



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

CARLA RAFAELA LEMOS SALES

**DESEMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM PARAUPEBAS NO
ESTADO DO PARÁ.**

BELÉM - PA

2015

CARLA RAFAELA LEMOS SALES

**DESEMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM PARAUAPEBAS NO
ESTADO DO PARÁ.**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito para obtenção de grau de mestre em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana de Azevedo Mathis.

Belém – Pará
2015

Ficha Catalográfica

Carla Rafaela Lemos Sales

Desemprego e Qualificação Profissional em Parauapebas no estado do Pará. Carla Rafaela Lemos Sales. Belém. Mestrado em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará. 2015.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Adriana de Azevedo Mathis.

Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2015.

Palavras-chave: Desemprego, Qualificação Profissional, Precarização do trabalho, Precariado, Informalidade, Empregabilidade, Feminização do trabalho, Vale S/A, Parauapebas.

CARLA RAFAELA LEMOS SALES

**DESEMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM PARAUAPEBAS NO
ESTADO DO PARÁ.**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito para obtenção de grau de mestre em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Adriana de Azevedo Mathis (Orientadora – PPGSS/UFPA)

Prof.^a Dr.^a Maria Antônia Cardoso Nascimento (Examinadora Interna – PPGSS/UFPA)

Prof.^a Dr.^a Monica Maria Torres de Alencar (Examinadora Externa – PPGSS/UERJ)

Apresentado em: ____ / ____ / ____

Conceito: _____

Belém – Pará
2015

DEDICATÓRIA

Dedico de forma muito especial ao meu pai Carlos e a minha mãe Laura, seres humanos brilhantes e fundamentais em toda a minha vida.

Dedico também a todos os trabalhadores e trabalhadoras que não cessam de lutar coletivamente, não obstante as frenéticas contrapartidas de um mundo humano que parece tender à desumanidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por acreditar que Ele representa aquilo que não é visível, mas, se vivido, torna-se concreto. Acredito que Ele, diferente de tantas visões, é diretamente proporcional a uma pequena palavra e um sentimento que quando vivido, transforma o impossível: o Amor.

Agradeço aos meus pais Carlos e Laura que com sabedoria souberam me conduzir em todas as etapas da vida, mostrando-me a beleza de sermos humanos e, mesmo com nossas forças mínimas, podemos alcançar superação.

Agradeço à amiga Ana Célia, aos meus irmãos Carlo e Lara, que por tantas vezes ofereceram escuta, compreensão e sustento nos momentos que se apresentavam mais difíceis e impossíveis de serem superados.

Agradeço ao meu namorado Allan, por vivenciar comigo as mais importantes etapas da minha vida sem reservas. Com seu carinho, apoio, paciência e presença, incentivou-me a acreditar sempre mais em mim quando eu pensava que nada mais podia.

Agradeço a essencial e insubstituível torcida e presença dos familiares e amigos.

Agradeço aos meus colegas, amigos e amigas que conquistei no percurso deste mestrado, por me mostrarem ainda mais que é possível ir além de um individualismo e competitividade para acolher o que clama o coletivo, mesmo quando se erra.

Agradeço a insubstituível e sábia orientação da Prof.^a Adriana que não mede esforços para me fazer mostrar que nesse percurso tudo é válido, porque tudo faz parte de um caminho e uma formação e, por isso, nada é em vão.

O Mérito e o Monstro

O metrô parou
O metro aumentou
Tenho medo de termômetro

Tenho medo de altura
Tenho altura de um metro e tanto
Me mato pra não morrer

Minha condição, minha condução
Meu minuto de silêncio
Os meus minutos mal somados
Sadomasoquismo são

Meu trabalho mais que forçado
Morrendo comigo na mão

[Pra dilatarmos a alma
Temos que nos desfazer
Pra nos tornarmos imortais
A gente tem que aprender a morrer
Com aquilo que fomos
E aquilo que somos nós]

Fernando Anitelli (O Teatro Mágico)

RESUMO

SALES, Carla Rafaela Lemos. DESEMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM PARAUAPEBAS NO ESTADO DO PARÁ. Belém. Mestrado em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará. 2015. 164 páginas.

Esta dissertação tem como objeto de estudo o desemprego entre trabalhadores que estão submetidos a processos de qualificação profissional pública. Tem como objetivo analisar a relação entre o crescente número de trabalhadores desempregados e a presença marcante da empresa transnacional Vale no município de Parauapebas. A pesquisa foi orientada metodologicamente pelo método crítico-dialético no intuito de ir além da aparência do fenômeno, e apreender como as tendências internacionais, nacionais e regionais associadas a realidade sócio histórica da região influem na particularidade do desemprego e da qualificação profissional de Parauapebas. Dentre as conclusões possibilitadas, destacam-se nos três capítulos que: as tendências no mundo do trabalho refletem o processo de precarização social do trabalho, destacando-se no município a informalidade, empregabilidade e feminização do trabalho que corroboram para o aumento do desemprego. Dessa forma, configuram-se em discursos e conceitos ideológicos que preveem o atendimento das necessidades de lucratividade do capital. Ao se verificar os rebatimentos do processo de precarização na Amazônia, percebe-se a funcionalidade da região à acumulação do capital e, por isso, encontram-se peculiaridades amazônicas. Diante disso, é possível caracterizar o perfil dos trabalhadores desempregados dos sujeitos entrevistados. Aponta-se como uma das principais conclusões que as exigências para a entrada no mercado de trabalho se configuram intencionais e individualizam os mecanismos de acesso e permanência ao mercado de trabalho, porque potencializam a competitividade através dos critérios seletivos e garantem a existência de um exército reserva de mão de obra extremamente funcional à expansão do capital.

Palavras-chave: Desemprego, Qualificação Profissional, Precarização do trabalho, Precariado, Informalidade, Empregabilidade, Feminização do trabalho, Vale S/A, Parauapebas.

ABSTRACT

This thesis has as study object the unemployment between the workers who are submitted to professional qualifications processes. It aims to analyze the relation between the unemployed workers growing and the strong presence of transnational company Vale in the Parauapebas municipality. The research was oriented methodologically by the critical-dialectical method in order to go beyond the appearance of the phenomenon, and apprehend how the international, national and regional trends associated with historical and social reality of the region influence the particularity of unemployment and professional qualifications of Parauapebas. Among the conclusions, are highlighted in the three chapters that: the world trends of work reflect the work precarious process, especially informality, employability and the feminization of labor which are the most characteristics found out in the municipality and contribute to increase in unemployment. Thus, are configured speeches and ideological concepts which provide the capital profitability needs. When verifying the repercussions of precarious process in the Amazon, we see the region functionality to the accumulation capital and, for this, they are Amazon peculiarities. Therefore, it is possible to characterize the interviewees' profile. It is pointed out as one of the main conclusions which the requirements for entry into the labor market are configured intentionally and to individualize the mechanisms of access and permanence to the labor market, because they potentialize competitiveness through selective criteria and ensure the existence of a reserve army of extremely functional labor to capital expansion.

Key-words: Unemployment; Professional Qualification; Precarious work; Precariat; Informality; Employability; Feminization of work; Vale S/A; Parauapebas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014, segundo sexo no Centro de Inclusão Produtiva.

Gráfico 2 – Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014 na faixa etária entre 16 e 68 anos, por sexo, segundo situação profissional.

Gráfico 3 – Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária entre 16 e 68 anos, por sexo, segundo renda familiar mensal.

Gráfico 4 - Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária de 16 a 68 anos, por sexo, segundo recebimento familiar de algum benefício de Programa Social.

Gráfico 5 - Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária entre 18 a 30 anos, por sexo, segundo situação profissional.

Gráfico 6 – Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária entre 18 a 30 anos, por sexo, segundo renda familiar mensal.

Gráfico 7 – Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária entre 18 a 30 anos, por sexo, segundo recebimento familiar de algum benefício de Programa Social.

Gráfico 8 – Matrículas realizadas no SENAI pelo Centro de Inclusão Produtiva de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária de 16 a 68 anos, por sexo, segundo situação profissional.

Gráfico 9 – Matrículas realizadas no SENAI pelo Centro de Inclusão Produtiva de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária de 16 a 68 anos, por sexo, segundo renda familiar mensal.

Gráfico 10 – Matrículas realizadas no SENAI pelo Centro de Inclusão Produtiva de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária de 16 a 68 anos, por sexo, segundo recebimento familiar de algum benefício de Programa Social.

Gráfico 11 – Representação numérica dos entrevistados por sexo.

Gráfico 12 – Representação numérica dos entrevistados por faixa etária e por sexo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014 na faixa etária entre 16 e 68 anos, por sexo, segundo situação profissional.

Tabela 2 – Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária entre 16 e 68 anos, por sexo, segundo renda familiar mensal.

Tabela 3 – Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária de 16 a 68 anos, por sexo, segundo recebimento familiar de algum benefício de Programa Social.

Tabela 4 – Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária entre 18 a 30 anos, por sexo, segundo situação profissional.

Tabela 5 – Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária entre 18 a 30 anos, por sexo, segundo renda familiar mensal.

Tabela 6 – Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária entre 18 a 30 anos, por sexo, segundo recebimento familiar de algum benefício de Programa Social.

Tabela 7 – Matrículas realizadas no SENAI pelo Centro de Inclusão Produtiva de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária de 16 a 68 anos, por sexo, segundo situação profissional.

Tabela 8 – Tabela 8 – Matrículas realizadas no SENAI pelo Centro de Inclusão Produtiva de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária de 16 a 68 anos, por sexo, segundo renda familiar mensal.

Tabela 9 – Matrículas realizadas no SENAI pelo Centro de Inclusão Produtiva de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária de 16 a 68 anos, por sexo, segundo recebimento familiar de algum benefício de Programa Social.

SUMÁRIO

4.	INTRODUÇÃO	12
5.	MERCADO DE TRABALHO, EMPREGO, DESEMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	22
5.1.	Desemprego e qualificação profissional em Parauapebas.....	22
5.2.	O debate marxista sobre o trabalho assalariado.....	30
6.	O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE E O PRECARIADO	49
6.1.	O trabalho na ótica de organismos internacionais.....	49
6.2.	A figura do precariado no processo de precarização do trabalho.....	57
6.3.	A Informalidade no processo de precarização do trabalho.....	71
6.4.	A Empregabilidade no processo de precarização do trabalho.....	80
6.5.	A Feminização do trabalho no processo de precarização trabalho.....	92
7.	A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA AMAZÔNIA	102
7.1.	A Amazônia para o capital.....	102
7.2.	A precarização do trabalho no município de Parauapebas: desemprego e qualificação profissional.....	114
7.2.1.	O que dizem os técnicos e gestores das políticas de emprego, renda e qualificação profissional sobre a realidade do emprego e desemprego em Parauapebas.....	115
7.2.2.	O perfil dos trabalhadores matriculados em cursos de qualificação profissional no Centro de Inclusão Produtiva em Parauapebas.....	119
7.2.3.	O que dizem os sujeitos da pesquisa sobre a vivência do desemprego em Parauapebas.....	132
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
	REFERÊNCIAS	155
	ANEXO – Roteiro de entrevista	163

INTRODUÇÃO

Em nível mundial, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) não revela notícias animadoras ao apresentar as tendências mundiais do emprego para o ano passado em seu relatório *Global Employment Trends 2014*¹. Segundo a organização, o desemprego no mundo alcançou um total de 202 milhões de pessoas em 2013, 5 milhões a mais que 2012, significando que o emprego cresce em menor ritmo que a força de trabalho. E expõe a tendência de crescimento da taxa de desempregados que pode atingir cerca de 215 milhões de pessoas nos próximos anos.

No relatório, a OIT (2014b) também chama a atenção para o crescente número de empregos vulneráveis² (que chegou a 48% no mundo) e da informalidade (na América Latina, as taxas giram um pouco abaixo de 50%); bem como o fato da diminuição de 2,7% de trabalhadores pobres em 2013, dos quais 375 milhões viviam com US\$ 1,25 por dia (11,9% do total) e 839 milhões viviam com 2 dólares ou menos por dia (26,7 % do total). Segundo a organização, essa taxa é uma das menores desde o início do século, contudo ressalta que ainda representa um enorme quantitativo de pessoas que vivem em condições precárias de vida.

Também segundo o relatório da OIT (2014), a taxa de desemprego é maior entre os jovens de 15 a 24 anos e expressa um número três vezes maior que os adultos: 74,5 milhões de jovens ficaram fora do mercado de trabalho em 2013, um aumento de 13,1% em relação ao ano de 2012. É ainda destaque, o fato de que esse grupo está entrando cada vez mais tarde no mercado de trabalho, pois dos 40 países pesquisados, 30 apresentam altos índices de jovens entre 15 e 29 anos que não trabalham e nem estudam de 2007 para cá, tendo a Turquia e a Macedônia as maiores taxas, respectivamente 34,6% e 32,1%. Nesse quadro, o Brasil ocupa o 10º lugar com 18,4% de jovens que se encontram em tal situação, dos quais 12,1% são homens, 21,1% são mulheres.

Diante das informações acima apresentadas, a OIT (2014b) demonstra preocupação com o crescente número de pessoas que optam em deixar o mercado de trabalho, devido a grande espera por emprego e insatisfação com o mesmo. Esse número cresce principalmente entre os jovens desempregados e mais descontentes com a sociedade, em relação àqueles já empregados. Na concepção da OIT (2014b) essa situação poderá acarretar uma deterioração e obsolescência das qualificações necessárias ao mercado, pois

¹ Os dados coletados fazem referência a dados da síntese espanhola e na versão completa inglesa do relatório.

² Segundo o relatório, são os empregos por conta própria e o desempenhado por trabalhadores auxiliares familiares (OIT, 2014, p. 10, tradução nossa).

no ano de 2013, o déficit mundial de emprego alcançou 62 milhões de empregos, dos quais, “32 millones de personas más que buscaban trabajo, 23 millones que se desalentaron y habían dejado de buscar y 7 millones de personas económicamente inactivas que optaron por no participar en el mercado de trabajo” (OIT, 2014c, p.2)³.

Desse modo, a proposta apresentada pelo organismo internacional é a destinação de recursos para serem aplicados em políticas estimuladoras na criação de empregos.

Según las simulaciones, en los países del G20 de ingresos altos, un restablecimiento del equilibrio tal podría reducir el desempleo en 1,8 puntos porcentuales para 2020, lo que significa la creación de 6,1 millones de puestos de trabajo. De este modo también se favorecería el logro de los objetivos fiscales. De hecho, los resultados de la simulación sugieren que tal enfoque de políticas resultaría en mejoramiento significativo del escenario status quo de base (OIT, 2014c, p. 5).

O relatório da OIT (2014b) ainda mostra que na América Latina e o Caribe, ao contrário de outras regiões do planeta, o crescimento do emprego é mais rápido que a expansão da população ativa. Entre 2010 a 2013, o desemprego sofreu uma queda de 8% na referida região, e a previsão é de que este fique em torno de 6,5% e 6,4% nos próximos anos. O declínio de 8% também se deu ao número de trabalhadores que recebem US\$ 2 por dia no mesmo período, com previsão de queda de 6,4% em 2014 para 5,3% em 2018. Concernente ao Brasil, o relatório aponta queda no desemprego de 2,3% entre 2007 (8,1%) e 2013 (6,5%, cerca de 6,89 milhões de desempregados), e prevê discreta diminuição da taxa de desempregados entre 2014 (6,5%, cerca de 7,08 milhões de desempregados) e 2015 e 2016 (ambos com 6,4%).

Em nível nacional, verifica-se, por parte de fontes oficiais do governo brasileiro, certo otimismo na geração de novos postos de trabalho. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (2014), o Brasil apresentou em 2013 um total de 20.211.364 desligamentos e 20.942.051 novas admissões. Uma variação bastante próxima, mas que é vista positivamente ao fato do número de admissões serem maiores que os desligamentos.

Observa-se, contudo, que esse discurso otimista em relação à queda do desemprego a partir de 2010, como demonstra o Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA)

³ No endereço eletrônico, a organização reproduz a fala do principal autor do relatório, Ekkhard Ernst: “A duração do desemprego prolongou-se de maneira considerável. Em alguns países como Espanha e Grécia, aqueles que procuram trabalho necessitam do dobro de tempo para encontrar um emprego do que antes da crise. Além disso, um número cada vez maior desses potenciais trabalhadores fica desalentado e sai da força de trabalho, o que produz uma deterioração e uma obsolescência das qualificações, bem como um aumento do desemprego por longo tempo” (OIT. A fraca recuperação econômica não chega ao emprego. disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/fraca-recuperacao-economica-nao-chega-ao-emprego>. Acesso em: 18/02/2014).

deve ser problematizado. Mesmo reconhecendo timidamente possíveis impactos no mercado de trabalho em decorrência da crise de 2008 – pois já apresentou no início daquele ano uma previsão de alta rotatividade entre admissão e demissão de trabalhadores (em torno de 16,6 milhões de demissões) –, o IPEA (2010) admite um crescimento de postos de trabalho no país. Na época a projeção era da criação de mais de 2 milhões de empregos para uma estimativa de mais de 18 milhões da demanda por trabalho, o que indica quase 90% da demanda não seria absorvida.

O instituto assume que em 2010 houve uma oferta total de 24,8 milhões de trabalhadores, dos quais 6,526 milhões são desempregados e destes, somente 29,1% dispõe de qualificação e experiência profissional (IPEA, 2010, p. 8). Além disso, da oferta total, 1,667 milhões estavam previstos para ingressar no mercado de trabalho, mas somente 45,1% destes estavam com experiência e qualificação profissional. No estado do Pará, segunda maior unidade federativa em termos de território⁴, estimava-se que quase 18% (51.255) de trabalhadores desempregados qualificados e com experiência seriam demitidos de um total de 289.702 demissões. E somente 25.619 dos que ingressariam no mercado estariam profissionalmente qualificados.

Por isso, apesar de reconhecer possíveis impactos da recente crise, o IPEA (2010) afirma uma rápida recuperação econômica do país corroborando a uma maior expansão do mercado de trabalho. Alega também que, se ainda existem locais com rebaixamento salarial, a escassez de mão de obra qualificada se torna um dos principais elementos causadores, provocando um aumento do desemprego. E recomenda “políticas públicas de combate a essa exclusão, visto que constitui-se um exército que não se encontra nas mesmas condições de competitividade no mercado de trabalho” (IPEA, 2010, p. 16).

Tendo em vista os resultados mundiais e brasileiros apresentados anteriormente e a diversidade de resultados e análises de estatísticas e projeções, observa-se sinalização de fragilidade na absorção de mão de obra no Brasil. Diante desse quadro, nas localidades onde há maiores taxas de desemprego, observa-se como principal justificativa pelos representantes do poder público a crescente falta de profissionais qualificados e sem

⁴ Segundo o IBGE (2014a), o estado do Pará, situado na região Norte do Brasil é a segunda maior unidade federativa do país em termos territoriais. Apresentava em 2013 uma população estimada em 7.969.654 habitantes (388.603 mil pessoas a mais que os dados recolhidos no Censo Demográfico de 2010). O Pará apresenta 144 municípios distribuídos em um território 1.247.954,666 km². Sua capital, Belém, situada no nordeste do estado, tinha uma população estimada no ano de 2013 em 1.425.922 habitantes e um território que continha 1.059,406 km². Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pa>. Acesso em: 24/02/2014.

experiência para as necessidades do mercado, como pode ser observado. Uma das respostas apresentadas por organismos internacionais como a OIT e instituições brasileiras como o IPEA, é um maior reforço no investimento em políticas para garantir o acesso ao mercado de trabalho⁵.

De fato, verifica-se um esforço do Estado brasileiro na criação de programas de qualificação para o mercado de trabalho, acompanhado de parcerias público-privadas que facilitem a absorção de mão de obra. Dentre eles, ganha destaque nos últimos anos o Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)⁶. O Programa, coordenado pelo Plano Brasil Sem Miséria, foi criado em 2011 no intuito de ampliar espaços gratuitos para a qualificação profissional e tecnológica e prevê ampliação das instituições federais de ensino no âmbito tecnológico, profissional e científico, através: do Programa Brasil Profissionalizado; da Rede e-TecBrasil; do Acordo de gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem que integram o Sistema S; da criação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) Técnico e Empresa; e o “Bolsa Formação”.

Em nível estadual, o PRONATEC vem ganhando destaque no Pará, mesmo com dados que apontam melhora na absorção de mão de obra. A relevância do programa também é reforçada no município de Parauapebas⁷, situado ao sudeste do estado.

⁵ Como, por exemplo, os programas financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), criado pela Lei Complementar nº 07 de 07 de setembro de 1970, e atualmente destina-se ao financiamento do Programa do Seguro-Desemprego (com as ações de pagamento do benefício do seguro-desemprego, de qualificação e requalificação profissional e de orientação e intermediação do emprego) e os Programas de Geração de Emprego e Renda.

⁶ Os critérios para participação no programa são: ou ser estudante do Ensino Médio de escola pública com idade a partir de 16 anos; ou ser desempregado que, em um período de 10 anos, está recebendo seguro-desemprego pela terceira vez; ou ser cadastrado ou dependente de pessoa cadastrada no CadÚnico (Cadastro Único de Programas Sociais) e receba benefícios de programas federais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família; ou ser indígena; ou agricultor; ou portador de deficiência; e também aqueles dispensados do Serviço Militar, do Exército e Aeronáutica. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/index.php>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2014.

⁷ O Município de Parauapebas nasceu em 1988, dia em que foi desmembrado do município de Marabá pela lei estadual nº 5443 do dia 10 de maio do referido ano. Entretanto, desde antes do documento que a declarava município, Parauapebas (localizada no sudoeste do Pará, a 645 km da capital Belém) cresceu devido ao intenso fluxo migratório provocado pela instalação de grandes projetos para a extração de recursos naturais, tais como o Projeto Grande Carajás, conduzido pela então Companhia Vale do Rio Doce (hoje Vale), e da enorme quantidade de ouro extraído de Serra Pelada. Maiores dados são revelados pelo o IBGE (2014b): “Cerca de 14.000 trabalhadores vieram para a implantação da mina de ferro. Para atender as necessidades de moradia de tanta gente, a Vale iniciou a construção de um núcleo habitacional fora da mina de Carajás. Batizaram o núcleo com o mesmo nome do rio que corta a região: Parauapebas, que em tupi guarani significa ‘rio de águas rasas’. Ao mesmo tempo, uma ocupação espontânea começava a tomar as margens da estrada PA-275, na região conhecida como Rio Verde. Em pouco tempo, a população de Rio Verde superava a do núcleo projetado pela Companhia Vale do Rio Doce e descobria a sua grande vocação para o comércio. Nessa época, Parauapebas pertencia ao Município de Marabá, e por sua distância da sede, não recebia a atenção devida. As dificuldades trazidas pela distância fez nascer o desejo de emancipação.” Disponível em:

Conhecido pelo seu potencial atrativo ao trabalho, devido estreita vinculação com a empresa transnacional Vale, as indicações de absorção de mão de obra no município revelam um quadro negativo: segundo o SINE, em 2012, ocorreram 33.920 desligamentos (55,72%) enquanto que as admissões chegaram somente a 26.953 (44,28%). Em 2013, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2014) houve 26.953 admissões (44,28%) e 33.920 desligamentos (55,72%). E somente nos três primeiros meses de 2014, verificam-se 47,64% de admissões e 52,36% de desligamentos. Além disso, o MTE (2014) indica diminuição de 34% na admissão de mão de obra no setor de extração mineral (atividade principal parauapebense) entre os anos de 2010 e 2013.

Tendo por base a realidade descrita acima e os dados e informações que serão apresentadas do decorrer deste trabalho, esta dissertação de mestrado pretende expor a análise da relação entre o crescente número de trabalhadores desempregados, excluídos dos bens e serviços sociais e a presença da transnacional Vale⁸, que desenvolve atividades de mineração na região de Carajás⁹, no sudeste do estado do Pará, no município de Parauapebas.

A análise que será apresentada decorre de um período de pesquisa que iniciou ainda no ano de 2013 a partir da aproximação com o objeto de pesquisa, através da realização de investigação exploratória na localidade. As primeiras observações revelaram o discurso comum entre instituições representantes do poder público e da empresa transnacional Vale de que o desemprego existente no município de Parauapebas decorre principalmente da falta ou baixa qualificação profissional dos trabalhadores ali existentes.

Tal quadro, associado ao interesse de pesquisa acerca dos impactos dos discursos e ações empresariais relacionados, sobretudo à Responsabilidade Social Corporativa

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150553&search=para|parauapebas>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2014b.

⁸ A transnacional Vale é uma das maiores empresas de extração mineral do mundo e se configura como principal agente de desenvolvimento econômico na região de Carajás, no sudeste do estado do Pará. Dessa região, particularmente os municípios de Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Canaã dos Carajás e Parauapebas, têm estrutura econômica, social e ambiental diretamente relacionada às atividades da empresa. (MATHIS & MATHIS, 2012).

⁹ Segundo o governo do estado do Pará, os municípios que compõem a região de Carajás são: Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia. Todos esses municípios têm suas atividades, direta e indiretamente, ligadas a extração mineral e apresentam como característica comum um contínuo fluxo migratório para a zona urbana dos municípios, que contém 70,04% da população total da área. GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. *Indicadores de Qualidade Ambiental dos Municípios da Região de Integração Carajás*. Belém: 2013, p. 8. Disponível em: <http://www.idesp.pa.gov.br/pdf/indicadoresQualidadeAmbiental/IndicadoresRICarajas.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2014.

(RSC)¹⁰, assim como a verificação da viabilidade da realização da pesquisa, tornaram-se os principais pontos que motivaram a investigação e a escolha da localidade.

Diante disso e, a partir da literatura básica sobre o objeto de pesquisa adotada, identificam-se os diversos discursos encontrados em Parauapebas refletiam superficialidade e incompletude e, portanto, não correspondiam à essência do fenômeno sobre o desemprego na região. De fato, a intenção em analisar a relação ali existente entre o aumento do desemprego e a presença marcante da transnacional, havia sido alcançada parcialmente com a pesquisa exploratória.

Nesse sentido, tendo por base o método crítico-dialético como referencial assumido, propôs-se acompanhar o movimento do objeto proposto para estudo e, por esse motivo, a pesquisa enveredou principalmente para a delimitação do perfil dos trabalhadores desempregados do município (um dos objetivos específicos). Vale ressaltar que este caminho não excluiu, mas sim complementou os demais objetivos que estavam sendo propostos, quais sejam:

- Analisar os fundamentos apontados pela Vale e pelas instituições estatais para justificar o desemprego e a manutenção da pobreza, causado pela falta de qualificação da população no município de Parauapebas.
- Analisar de que forma programas, políticas e ações de emprego e renda são coniventes com as necessidades de expansão das atividades da transnacional na região.

Assim, a realidade local parauapebense foi percebida vinculada às tendências internacionais que remetem a um processo de precarização social do trabalho. Nesse sentido, apreenderam-se os trabalhadores desempregados que se tornaram sujeitos da pesquisa como aqueles que se aproximam de um conceito de precariado¹¹ e, a partir desta concepção, foram definidos os sujeitos da pesquisa e as instituições escolhidas a fim de obterem-se as respostas necessárias.

É válido ressaltar que a análise do objetivo geral da investigação, e consequentemente dos específicos, se deu através da técnica análise do discurso, no intuito

¹⁰ Sobre isso, ver a pesquisa realizada para Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA), em 2011. Bem como a participação na pesquisa “Elites Locais nos Municípios Paraenses: quem são e qual a sua visão de mundo?”, em 2010, vinculada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA, que despertou maior interesse acerca de municípios e cidades da Amazônia vinculados a grandes empresas, sob a coordenação do Professor Dr. Armin Mathis e da Professora Dra. Adriana de Azevedo Mathis.

¹¹ A partir da literatura utilizada, o termo adotado será apresentado por diferentes definições e concepções, as quais não deixam, contudo, de conter rigor crítico.

de perceber a linguagem exposta em sua multiplicidade, sem descartar nenhum discurso oferecido pelo sujeito e, dessa forma, analisar de que maneira se apresentam a batalha de discursos, ou melhor, como as relações de poder estão presentes nos discursos. Isso porque se tem como base que a palavra é a materialidade por onde se manifesta o campo ideológico e a visão de mundo¹².

Para a realização da pesquisa *in loco*, destinaram-se quinze dias. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas com representantes do poder público municipal e os trabalhadores desempregados além de outros instrumentos e técnicas.¹³ Importa sinalizar, entretanto, que as entrevistas com um representante da transnacional Vale responsável pela interlocução da empresa com o Sistema Nacional de Empregos (SINE) não ocorreu; mesmo assim, houve inúmeras conversas informais com funcionários da transnacional que transitavam pelo município. Além disso, também não foi possível a entrevista com um responsável do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) pela distribuição dos cursos do órgão para o Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), devido à pessoa responsável estar no período de férias.

Por outro lado, a surpresa de encontrar no município uma única e recente estrutura que concentra todo o processo de formação profissional ao encaminhamento para o mercado de trabalho, tornou-se um importante recurso para a efetivação da pesquisa. Através da Diretoria de Trabalho, Emprego, Renda e Cidadania (DTERC), vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), realizaram-se entrevistas com profissionais e representantes de outras instituições a ela ligadas: Centro de Inclusão Produtiva (onde funciona o ACESSUAS) e o SINE. Assim, seja na DTERC, no SINE ou no Centro de Inclusão Produtiva, foram realizadas 6 (seis) entrevistas com representantes do poder público municipal.

A intenção de realizar entrevistas em repartições públicas que administram e articulam programas de qualificação em conjunto com instituições do Sistema S, ou encaminham trabalhadores para o mercado de trabalho, ou determinam o perfil de qualificação necessária para as atividades minerais; tinha como intenção e conseguiu obter e reforçar informações sobre “quais”, “a quem”, “por que”, necessidades são ofertadas e atendidas com os programas de qualificação profissional, bem como em que tipo de profissões os trabalhadores podem se encaixar após as qualificações recebidas.

¹² Tendo por base a discussão de Bakhtin (2010), Brandão (2012), Brait (2012), Silva (2005) e outros autores que aplicaram a técnica em seus estudos, possibilitando a aproximação, reflexão e o exercício da técnica.

¹³ Como a observação, anotações em diário de campo, gravações de entrevistas previamente autorizadas.

Já as entrevistas com os trabalhadores desempregados ocorreram no Centro de Inclusão Produtiva, pois este espaço institucional proporcionava o acesso aos sujeitos da pesquisa já que neste local são realizados os cursos ministrados pelos organismos do Sistema S através do PRONATEC. A escolha do local também levou em consideração as dimensões territoriais do município e a dificuldade de transporte (público e particular) para ir ao encontro dos informantes, bem como o fato de que parte deles se encontrava no local para a realização de outro curso de formação profissional.

Os sujeitos da pesquisa foram convidados por meio de contato telefônico realizado com mais de trinta trabalhadores desempregados que participaram em cursos gratuitos de qualificação profissional ofertados do SENAI ao PRONATEC, na tentativa de alcançar um bom número para análise e caracterização do perfil destes trabalhadores. Mesmo com essa delimitação da pesquisa, alguns entrevistados com quem se entrou em contato e que fizeram cursos de qualificação pelo SENAI não conseguiram comparecer. Por esse motivo, foram realizadas entrevistas com ex-alunos SENAI e SEST/SENAT, já que ambas as instituições têm cursos voltados diretamente para atender as necessidades e interesses da Vale e contratadas.

Na realidade, objetivava-se a realização de entrevistas com 15 jovens na faixa etária entre 18 a 29 anos (10 homens e 4 mulheres)¹⁴, levando em consideração que a juventude está sendo o grupo mais afetado pelas tendências mundiais do desemprego, conforme será apresentado no primeiro capítulo. Teve-se a intenção de comparar o que tem acontecido em relação aos jovens e o mercado de trabalho em Parauapebas nesses 27 anos desde a sua criação, já que o município tem as relações de trabalho diretamente influenciadas pelas tendências internacionais, através da presença da empresa Vale. Além disso, a delimitação desses números levou em consideração que, a partir da pesquisa exploratória, o SINE é o principal local do município que mensalmente recebe e encaminha milhares de pessoas desempregadas para o mercado de trabalho. Ademais, a definição de mais entrevistas com homens se dá com base na informação de que a população empregada no município é majoritariamente masculina devido ao alto índice de discriminação ao trabalho feminino na indústria.

¹⁴ A determinação desta faixa etária tem por base o Estatuto da Juventude, disposto na lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), e determina no § 1º, em seu artigo 1º que são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 a 29 anos. Entretanto, selecionou-se a faixa etária de 18 a 29 anos.

Contudo, outro obstáculo a ser apontado é o fato de que muitos dos trabalhadores desempregados convidados para as entrevistas encontraram dificuldades para comparecer ao Centro de Inclusão Produtiva, diante da condição de precariedade em que vivem: ou iam para a entrevista ou garantiam mais um serviço (“bicos”) para o sustento daquele dia. Assim, realizaram-se 14 entrevistas (11 homens e 3 mulheres) que variavam entre quinze a quarenta e cinco minutos, conforme o perfil particular de cada sujeito.

A escolha da entrevista com essa amostragem se deu pelo fato da possibilidade de análise do perfil da população que se encontra fora do mercado de trabalho, e, a partir daí, a probabilidade de obter desse grupo o que eles pensam sobre a situação em que se encontram, sobre os cursos de qualificação oferecidos e saber quais melhoras tiveram (ou não) após a qualificação que receberam. Em suma, levar em consideração o pensamento da população usuária que participaram de cursos de formação profissional, mas que ainda estão desempregadas, mesmo que dois do total de sujeitos entrevistados estivessem há apenas um mês empregados (um com registro em carteira e outro sem registro). Por esses motivos, apesar dos imprevistos relatados, entende-se que as necessidades e interesses deste estudo foram alcançados da mesma forma diante da profundidade dos relatos adquiridos¹⁵.

Essas e outras informações foram organizadas na exposição que ora será feita, revelando congruências e incompatibilidades em relação às tendências internacionais, nacionais e locais do mercado de trabalho, as visões dos diversos pensamentos com quem se realiza intenso diálogo teórico, e os demais discursos proferidos por instituições públicas, privadas (em especial a empresa transnacional Vale) e os sujeitos da pesquisa.

Nessa perspectiva, o primeiro capítulo apresenta uma discussão acerca do mercado de trabalho, emprego, desemprego e qualificação profissional, a partir da apreensão dos reflexos das tendências internacionais, nacionais e regionais do mercado de trabalho na realidade local do município de Parauapebas. Nesse sentido, o capítulo também começa a revelar – tendo como ponto de partida a compreensão de Marx (2013) sobre o trabalho como categoria fundante da sociabilidade – que as atuais configurações do mercado de

¹⁵ O caminho teórico-metodológico da investigação conduziu o trabalho para caminhos que não estavam sendo esperados e que acabaram se tornando achados na pesquisa. Trata-se, sobretudo, dos dados concernentes à inserção precária das mulheres no mercado de trabalho. As informações obtidas anteriormente da alta discriminação do trabalho feminino não consideravam a precarização sofrida por esse público e, ao ser detectado a forte presença de mulheres nos cursos de qualificação profissional e com os densos relatos das trabalhadoras entrevistadas, chamou a atenção que esse fato precisava ser mais detalhado e aprofundado; diante da necessidade de melhor delimitar o perfil dos trabalhadores incluindo ambos os sexos.

trabalho, ao obedecerem a determinadas diretrizes de organismos internacionais, denotam proporcionalidade no aumento do número de desempregados e a expansão do capital.

Tais configurações refletem, na realidade, o processo de precarização social do trabalho, o qual desde a segunda metade do século XX se intensifica e mostra no seu conteúdo a intencionalidade de contribuir eficaz e efetivamente aos interesses de expansividade do mercado. É nesse sentido que o capítulo segundo aponta teoricamente as principais tendências desse processo e a explicação de como o conceito de precariado é adotado para expor os resultados alcançados na pesquisa, por meio da caracterização e análise dos trabalhadores desempregados. Sendo que são aprofundados os conceitos mais claramente encontrados no município de Parauapebas, quais sejam: a informalidade, a empregabilidade e a feminização do trabalho.

Após o debate teórico acerca das principais tendências parauapebenses em relação ao mercado de trabalho, apresenta-se no terceiro e último capítulo como o processo de precarização do trabalho se dá na particularidade amazônica. Dessa forma, resgata-se historicamente a funcionalidade da região às necessidades do capital, a fim de melhor apreender as realidades que circunscrevem as fronteiras, nos termos de Martins (2009), onde se encontra Parauapebas. Para, enfim, apresentar o perfil dos trabalhadores desempregados parauapebense matriculados nos cursos de qualificação profissional pelo PRONATEC, descrevendo-o em números de acordo com delimitações da pesquisa, mas principalmente verbalizando a vivência dos sujeitos entrevistados¹⁶.

Por fim, as conclusões da pesquisa ratificam e reiteram que a particularidade do município de Parauapebas compreende tendências mundiais do mercado de trabalho associadas à funcionalidade histórica da região e da localidade para a expansão de produção e lucratividade. Nesse sentido, mesmo que a análise das falas dos representantes do poder público local, dos funcionários da empresa transnacional Vale, e dos trabalhadores desempregados, mostrem certa percepção de que há algo a mais por detrás do crescimento do desemprego, há obediência às orientações dos organismos internacionais, tais como Organização Internacional do Trabalho (OIT), Banco Mundial, etc. Não há, portanto, reflexão e questionamento críticos dessas diretrizes, mas sim reiteração de um conteúdo ideológico hegemônico de perpetuação e expansão do capital.

¹⁶ Para a apresentação das falas dos sujeitos entrevistados, eles são identificados pelas letras iniciais dos seus respectivos nomes, a fim de preservar o anonimato das informações adquiridas. Algumas letras são acompanhadas de um número, significando a diferenciação de dois ou mais indivíduos que possuem identificação com a mesma letra.

2. MERCADO DE TRABALHO, EMPREGO, DESEMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.

Este capítulo tem a intenção de apresentar como as tendências internacionais, nacionais e regionais do mercado de trabalho influenciam na realidade local do município de Parauapebas. Além disso, apresenta a concepção da categoria de trabalho adotada para fundamentar a investigação, tendo por base apreensões marxianas e marxistas que revelam a relação contraditória existente entre capital e trabalho e, por isso, ainda influenciam diretamente na realidade recente do mercado de trabalho.

2.1. Desemprego e qualificação profissional em Parauapebas.

Tendo em vista a indicação de crescimento do desemprego no município de Parauapebas, importa sinalizar o discurso do governo do estado que acredita em um maior e melhor aproveitamento das riquezas naturais regionais para o “desenvolvimento econômico” e o “fim da pobreza e desigualdades sociais”, a partir do recente Plano Estadual de Mineração do Pará (ou Plano Estadual de Mineração 2030), o que, segundo o governo, não tem ocorrido até o presente momento.

Todavia, a partir de investigação realizada *in loco*, confrontou-se a realidade local com as tendências mundiais, nacionais e estaduais já apontadas sobre a temática, bem como dados expostos pela própria empresa transnacional Vale e os órgãos públicos e privados do município de Parauapebas. Com base nos dados coletados, constata-se concepções convergentes e divergentes entre a posição assumida pela empresa Vale na região e os diversos entrevistados.

No que concerne à posição assumida pela transnacional Vale, a empresa investe cada vez mais na divulgação de ações sustentáveis de responsabilidade socioambiental (em conjunto com governos e sociedade como discurso de preservação ou recuperação da integridade local onde atua)¹⁷. Isso porque a empresa necessita responder a uma série de diretrizes de organismos internacionais – como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), etc. –, no que se refere

¹⁷ Desse modo, a empresa cria documentos internos que respondam às orientações mundiais, tais como o Guia de Direitos Humanos, Código de Conduta Ética, Política de Desenvolvimento Sustentável. Com base nesses documentos internos e para reiterar obediência às legislações internacionais, a Vale advoga, através do Relatório de Sustentabilidade (documentos de 2011 e 2012), a “defesa da vida” acima das necessidades de produção e o “desenvolvimento sustentável”.

à garantia dos direitos humanos, dos direitos trabalhistas, e do desenvolvimento sustentável¹⁸.

Nesse sentido, no que concerne aos profissionais direta e indiretamente empregados pela transnacional, o relatórios indicam que 78% do total estão concentrados no Brasil. Em, 2011 a empresa teve 187,7 mil empregados em 38 países onde está presente, dos quais 79,6 mil são empregados próprios e 108,1 mil são terceirizados. Além disso, 62% dos trabalhadores são das localidades onde a empresa desenvolve suas atividades, dos quais 34% compõe a alta gerência. Em 2012, o número de empregados chegou a 195,6 mil em 33 países, dos quais 85,3 mil são empregados próprios e 110,3 mil são terceirizados. O estado do Pará é o segundo estado com maior concentração de empregados, com 19%, atrás de Minas Gerais que concentra 41%, quase a metade da mão de obra.

Segundo a perspectiva da empresa nos referidos documentos, em muitas localidades onde realiza suas atividades não há mão de obra qualificada disponível no tempo dos projetos realizados, por isso, desenvolve, desde 2004, o Programa de Formação Profissional (PFP). Em 2011, o programa voltou-se à formação profissional técnico-operativo de jovens brasileiros das comunidades em torno que buscam o primeiro emprego, estágio a estudantes universitários e técnicos, especialização profissional com pós-graduação, recrutamento de engenheiros para projetos com vista à maior especialização, aperfeiçoamento de recém-formados para cargos de liderança na empresa através do *Trainee*, e a formação de pessoas com deficiência para atividades operacionais e administrativas da empresa.

Com relação à remuneração de trabalhadores efetivados, a Vale relata nos seus relatórios obediência aos salários-mínimos de cada localidade onde está instalada, com bonificações para bons desempenhos. Quanto ao quadro profissional, a transnacional afirma a não discriminação do trabalho feminino. Entretanto, encontra-se nos relatórios que, entre seus funcionários próprios, a concentração masculina é a maior em relação à feminina: em 2011, 87,7% eram homens e somente 12,3% eram mulheres. Em 2012, o percentual feminino aumentou para 13%, do qual a maior parte das mulheres se encontra em cargos técnicos (operacionais e administrativos), com 49,6% e somente 3,5% estão em cargos de nível gerencial.

¹⁸Os principais fundamentos para as diretrizes é o Global Reporting Initiative (GRU), o Pacto Global da ONU e os princípios do Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM).

Ainda segundo os documentos da Vale, no que concerne à rotatividade de empregados na empresa¹⁹, houve crescimento de 2011 (uma taxa de 4,7%) para 2012 (5,1%, 4.304 trabalhadores). O aumento em 2012 representa o desligamento de 3.674 profissionais homens e 630 mulheres. Do total do referido ano, 1.059 empregados tinham menos de 30 anos, 2.521 tinham entre 30 e 50 anos e 724 tinham acima de 50 anos²⁰.

Os dados apresentados pela transnacional Vale não entram em detalhes sobre a sua atuação e influência no município de Parauapebas no que se refere ao mercado de trabalho. Contudo, a partir de um exercício relacional entre as posições assumidas pela empresa e a investigação exploratória realizada no local, constata-se que o discurso da empresa Vale porta determinadas assimetrias em relação às informações apresentadas pelos órgãos municipais responsáveis pela gestão e implantação das políticas de emprego e renda no município, tais como: o Sistema Nacional de Emprego (SINE) local, Conselho Municipal de Assistência Social (COMASP) e a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) local.

Ao se referir à falta de qualificação profissional, o Sistema Nacional de Emprego (SINE) local²¹ entende enquanto principal entrave para a dinâmica do mercado de trabalho, pois dificulta a absorção da mão de obra local e atrai frequentemente trabalhadores oriundos de outros municípios. Segundo o órgão, são realizados cerca de 3000 encaminhamentos por mês de trabalhadores para o mercado de trabalho, contudo as vagas não são totalmente ocupadas por conta da falta de qualificação. De fato, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2014b) indica que do total da População Economicamente Ativa (PEA), 71.569 pessoas (35,6%), não possuem instrução e/ou apresentam apenas o fundamental completo.

¹⁹ Segundo os relatórios, a taxa de rotatividade ou turnover corresponde a soma entre demissão voluntária ou não, incluindo os casos de aposentadoria, dividida pelo número total de empregados próprios da Vale.

²⁰ Os dados chamam a atenção e levam a relacionar com o Informe Mineral 2013 do Departamento Nacional de Produção Mineral, que indica queda do Índice de Produção Mineral entre os anos de 2011 a 2013, no qual a produção de ferro (principal minério extraído em Parauapebas) sofreu queda de 3,8%. Sendo que, até o segundo semestre do ano passado, o ferro é o minério mais exportado do país, com participação de 79,7% das exportações de demais minérios (como ouro, cobre, manganês, caulim, etc.). Além disso, o documento destaca queda na mão de obra no mesmo período, afirmando estreita ligação do mercado de trabalho com o comportamento produtivo de minério. Nesse sentido, aponta redução de 87% no saldo de mão de obra entre 2011 e 2013. Disponível em: http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=9114. Acesso em: 14/04/2014.

²¹ O SINE é um órgão que atualmente está vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, e recebe financiamento do FAT, para articular municípios e estados ações do Programa Seguro-Desemprego. Entretanto, quando foi criado pelo decreto nº 76.403 de 08 de outubro de 1975, tinha (e ainda é uma de suas principais funções) organizar um sistema que facilitasse a entrada no mercado de trabalho. O que é o SINE. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/sine/oquee.asp>. Acesso em: 24/02/2014.

É nesse sentido que, em relação ao desemprego, observa-se o discurso comum, inclusive por representantes do poder público, como as informações do Conselho Municipal de Assistência Social (COMASP) e a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) do município de Parauapebas, de que a falta de qualificação profissional se apresenta enquanto principal entrave para a dinâmica do mercado de trabalho e torna dependentes as ações de políticas públicas, dificultando seu planejamento; devido, principalmente ao intenso fluxo migratório de indivíduos oriundos, sobretudo do estado do Maranhão atraídos pelo trabalho²². Entretanto, essa atração não significa absorção de demanda de trabalho, e mesmo as qualificações oferecidas pelos programas e projetos ofertados no município não oferecem garantia de emprego.

Na realidade, as coletas de dados primários (fontes oficiais de pesquisa) e secundários (entrevistas, reuniões de trabalho, observação) indicam uma explosão demográfica no município, pois, em apenas 25 anos, Parauapebas apresentou 166.342 habitantes em 2012, segundo o IBGE (2014b). Já a Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) revela, no mesmo período, em torno de 259.469 habitantes, 55% a mais do que o apresentado pelo IBGE (2014b)²³. De qualquer forma, ambos os dados apresentados mostram como é grande a quantidade populacional em um município recente.

Ao mesmo tempo em que os órgãos públicos e privados e também a Vale defendem a tese de que a baixa qualificação profissional provoca o aumento das desigualdades sociais, o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)²⁴, sinaliza um aumento na qualidade de vida e queda na concentração de renda e das taxas de desigualdade de renda no município de Parauapebas.

²² Segundo informações na SEMAS, identifica-se um encaminhamento sistemático de migrantes de outras secretarias municipais do estado do Maranhão para a SEMAS em Parauapebas. O que pode reforçar o intenso fluxo migratório na região. Ainda de acordo com o SINE e a SEMAS, esse crescente contingente populacional, torna cada vez mais difícil o planejamento e o atendimento às demandas da população já residente, e as ações de políticas públicas são frequentemente dependentes da migração.

²³ As perspectivas populacionais apontadas pelo IBGE (2014b) é que Parauapebas alcance 250 mil habitantes somente em 2017 e, em 2021, chegue a 500 mil habitantes. Em 2013, o instituto de pesquisa estimou a população em cerca de 176.582 habitantes.

²⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), elaborado pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, a partir da média geométrica dos índices das dimensões renda, educação e longevidade, com pesos iguais. Quanto mais próximo de 1, melhor é o IDHM. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL/ATLAS 2013. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013. Acesso em: 01 de outubro de 2013.

Em 2010, o IDHM de Parauapebas, foi de 0,715; este valor representa o maior índice em relação a sua microrregião, assim como em relação ao Pará, estado que teve um índice de 0,646. No que diz respeito ao percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos, segundo a renda domiciliar per capita, entre 1991 e 2000, houve um aumento deste percentual, saindo de 46,7% para 55,3% da renda apropriada pelos 10% mais ricos. E, no período de 2000 e 2010, houve uma redução e o percentual chegou a 42,26%, mostrando-se menor que o percentual do Estado do Pará (50,17%) e do Brasil (48,93%), em 2010.

Todavia, pode-se destacar determinadas contradições intrínsecas ao processo, particularmente, no que se refere aos dados apresentados por fontes oficiais e as entrevistas realizadas com gestores e funcionários públicos do município, e entre estes e as informações defendidas pela Vale. A primeira contradição é observada no fato de que o crescimento populacional não representa qualidade de vida para os habitantes de Parauapebas. Também, vale ressaltar, no município, a imensa produção de riquezas com a extração de minérios e o desenvolvimento das atividades minerais que ocorre em relação direta com o aumento da pobreza e da miséria na região.

Importa registrar que, em 2012, o valor da arrecadação municipal, através da Compensação Financeira pela Arrecadação de Recursos Minerais (CFEM), representou 81% em relação aos municípios arrecadadores da CFEM no estado do Pará (INFORME MINERAL DO PARÁ, 2013). Somam-se a esses dados, as informações do Censo Demográfico do IBGE (2010) sobre o PIB per capita de Parauapebas representado no valor de R\$ 124.181,23 por habitante. Todavia, mesmo com o alto valor produzido no município, uma contradição se manifesta no valor dos rendimentos da sua população, pois, de acordo com a mesma fonte, 83% das pessoas recebiam de 0 a 2 salários mínimos no ano de 2010, apenas dois anos antes das informações sobre a exploração mineral paraense exposta²⁵.

Merece destaque as informações do SINE local ao descrever o mercado de trabalho bastante discriminatório em relação às mulheres, principalmente, no que diz respeito ao estado civil. Tais informações são confirmadas com os dados do Sistema Público de

²⁵ Além disso, o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS, 2014) aponta que em janeiro de 2014 foram cadastradas no CadÚnico 80.377 pessoas do município com renda mensal entre zero a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Mas nem todos os cadastrados recebem algum benefício de transferência de renda. Nesse sentido, no Portal da Transparência (2014), observa-se aumento do repasse do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) para transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza no município de Parauapebas. Segundo o Portal da Transparência, em 2013, os números alcançaram um recorde de repasse e beneficiários: foram repassados R\$ 12.122.778,00 a cerca de 10.170 pessoas.

Emprego e Renda (ISPER), do MTE, a respeito da diferença na remuneração média paga a pessoas do sexo masculino e feminino. No que concerne à extração mineral, principal atividade econômica, por exemplo, houve uma diferença salarial de R\$ 371,25 entre homens e mulheres em 2011 (o que contraria as informações da Vale)²⁶.

Observa-se ainda divergência em relação à informação da Vale, no que tange à remuneração de seus empregados. Como se observou anteriormente, a referida transnacional toma por base os salários mínimos dos locais onde atua, e as qualificações oferecidas pela empresa aumentam em até 60% a renda familiar do trabalhador. Porém, o MTE (2014) revela diminuição na remuneração média paga aos trabalhadores, no qual o setor de mineração, apesar de ter a maior remuneração média, é o que mais tem apresentado retração de salários, com uma queda de 44,64% entre 2011 e 2012 e, 36,84% entre 2012 e o primeiro semestre de 2013.

No que concerne aos programas de formação de mão de obra, o município tem executado programas de formação para suprir o enorme quantitativo de desqualificação profissional através do PRONATEC, em uma parceria entre a União, Estado e Município (Ministério de Desenvolvimento Social, Secretaria de Assistência Social e o SINE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional do Comércio (SENAC), e as empresas particulares tais como cursos técnicos e empresa de consultoria.

Todavia, a pesquisa revela que as ofertas de cursos não são capazes de atender a demanda do mercado local e as exigências de cursos de altas qualificações. Segundo a SEMAS e o COMASP, nos atendimentos realizados no SINE e o PRONATEC, de cada 10 pessoas que chegam a Parauapebas, 9 querem trabalhar na Vale, mas a média é de 1 pessoa que consegue se inserir profissionalmente na transnacional e a grande maioria se insere em com remuneração relativamente baixa.

Nesse sentido, o SENAI, enquanto principal centro de qualificação industrial do município, afirma que a demanda dos cursos de qualificação oferecidos se baseia nas necessidades da Vale e de suas terceirizadas. Em consulta à instituição, constata-se que os cursos estão relacionados à atividade da empresa²⁷. Porém, o SENAI coloca que nem todos

²⁶ A informação sobre a discriminação feminina no mercado de trabalho pode ser confirmada com os dados do MTE (2014): em dezembro de 2012, quase 8 mil homens estava formalmente empregado no setor mineral, contra 1.475 mulheres.

²⁷ Por exemplo: Condutores de Veículos de Transporte de Produtos Perigosos; Condutores de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros; Noções de Mecânica Industrial; Segurança na Operação de Guindaste Veicular; Técnicas em Comandos Elétricos; Técnicas em Gestão de Almoxarifado; Atualização; Qualidade no Atendimento, etc.

ofertam vagas gratuitas para o PRONATEC, e que geralmente são ofertados cursos simples compatíveis com a necessidade da empresa transnacional.

Em consulta aos sites eletrônicos que facilitam a inserção e o atendimento de trabalhadores pelo Programa, em 2013, destinaram-se 16.108 vagas para qualificação profissional ao estado do Pará, das quais se efetivaram 14.558 matrículas. E, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (2014a), 306 vagas foram disponibilizadas para 10 cursos de qualificação em Parauapebas. Os cursos ofertados foram: Armador de Ferragem, Auxiliar Administrativo, Cabeleireiro, Camareira em Meios de Hospedagem, Manicure e Pedicure, Operador de Caixa, Pedreiro de Alvenaria, Pedreiro de Alvenaria Estrutural, Recepcionista em Meios de Hospedagem, Recepcionista em Serviços de Saúde²⁸. Ou seja, nenhum dos cursos atende as exigências da Vale.

Já no primeiro semestre de 2014, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (2014b)²⁹, serão ofertadas 251 vagas gratuitas para o PRONATEC no município de Parauapebas. Até o início do mês de abril, segundo o endereço eletrônico do Programa, os cursos de qualificação profissional oferecidos são: mecânico de manutenção de veículos automotores, operador de caixa e pedreiro.

Porém, ainda se constata divergências entre as informações anteriormente analisadas, pois segundo o Centro de Inclusão Produtiva do município, onde é realizado o cadastramento geral e distribuição das vagas através do ACESSUAS (Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho), os cursos ofertados pelo SENAI variam conforme acordo realizado entre as instituições pelas necessidades do município, e reiteram como já havia sinalizado o SENAI, que nem todos os cursos da instituição são ofertados gratuitamente. No mês de abril, foram abertas vagas para soldador em processo TIG, eletricista industrial, operador de computador e mestre de obras.

É válido destacar que para solicitar participação no Programa, em alguns CRAS, a prioridade é dada para os usuários mais frequentes dos serviços do centro ao qual estão vinculados. Para cada centro de referência, são disponibilizados números de vagas não fixos, conforme acordo estabelecido entre o Centro de Inserção Produtiva e o órgão que disponibiliza o curso. Sendo que um dos critérios para o cadastramento no ACESSUAS para a ocupação de vagas ofertadas é o encaminhamento de um centro de referência.

²⁸ Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2013/marco/22032013-pronatecBSM-vagaspermunicipios.pdf>. Acesso em: 14/04/2014.

²⁹ Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/janeiro/Pronatec-Vagas-1sem2014-municipios.pdf>. Acesso em 31 de março de 2014.

Ainda durante a realização da pesquisa exploratória, aproveitou-se a realização de reuniões de trabalho por órgãos do poder público municipal de Parauapebas com a população rural de uma comunidade integrada a um grande latifúndio do município e de uma comunidade resultado das lutas de trabalhadores do Movimento dos Sem-Terra, nas quais se teve a possibilidade de observar o histórico dessas localidades, realizar observações do local e dos discursos proferidos na reunião. Nesses momentos, constatou-se juntamente com informações proferidas pela Secretaria de Educação em uma entrevista, a não absorção da população jovem no mercado de trabalho, acompanhada de um abandono da mesma do sistema escolar em especial no Ensino Médio, devido às péssimas condições educacionais (que vai desde estrutura física, quadro de profissionais, a ausência de apoio à formação e inserção para o mercado de trabalho). Destaca-se também nessas reuniões que a qualificação oferecida aos jovens diz respeito a trabalhos com baixa remuneração, ou, por exemplo, vinculados aos trabalhos rurais sem apoio material ou instrumentos de trabalho adequados³⁰.

Para confrontar as informações acima e tendo em vista àquelas da SEMAS, do SINE local, da população rural e a observação *in loco* do enorme quantitativo de pessoas que chegam ao SINE em busca de trabalho (incluindo trabalhadores que já receberam algum tipo de qualificação), observou-se inicialmente em um período de três meses o endereço eletrônico do SINE e se constata que os empregos em destaque fornecidos no município estão entre os setores que oferecem baixa remuneração, variando de um a dois salários mínimos – quais sejam, por exemplo, auxiliar de mecânico, atendente, cozinheiro, doméstica – ou sem muitas garantias trabalhistas – como promotor de vendas, vendedor externo, etc.

Nesse sentido, obtém-se uma diversidade de informações sobre os cursos de qualificação profissional oferecidos no município, bem como pontos em comum que os caracterizam: 1) o perfil da população atendida pelos cursos gratuitos oferecidos pelo PRONATEC (em especial os trabalhadores desempregados), 2) as lacunas e divergências encontradas no fornecimento entre as fontes que proporcionam qualificação profissional, 3) a sinalização de que a maior atração de profissionais locais é para cargos de baixa qualificação ou baixa remuneração, 4) os objetivos dessa qualificação profissional para atendimento às necessidades da empresa transnacional Vale e 5) as demais características e

³⁰ De fato, verificou-se em pesquisa que, no Brasil, a média salarial das profissões, as quais estão sendo oferecidos os cursos ao PRONATEC, giram em torno de um salário mínimo e meio a dois salários mínimos e meio.

contradições encontradas no município de Parauapebas no que se refere ao mercado de trabalho e fortes indicações de relação intrínseca do mesmo com presença da Vale; questiona-se:

Essas reflexões levam a pensar que a Vale não tem conseguido absorver mão de obra local, tal como afirma nos seus relatórios de sustentabilidade. E, também, leva a questionar o porquê da existência de cursos de formação com esse formato e para atender que tipo de necessidades de qualificação profissional. Para aprofundar a problemática de estudo em pauta, a pesquisa realizada questiona a relação entre o crescimento de trabalhadores desempregados no município de Parauapebas excluídos dos bens e serviços sociais e a presença da empresa transnacional Vale na região e, como trabalhar questões do desemprego e da qualificação profissional na localidade, a partir de um escopo supra local e, ao mesmo tempo global.

No intuito de relacionar a realidade local com as tendências nacionais e internacionais, resgata-se no próximo tópico a revisão teórico-metodológica fundamentada na perspectiva que tal relação é reflexo das contradições entre capital e trabalho. Tal referencial orientou as primeiras aproximações e aprofundamento com o objeto de pesquisa, principalmente porque revela que a principal tese defendida pelos atores anteriormente investigados sobre a falta de qualificação profissional local, mostra-se superficial e incompleta, e não corresponde à essência do fenômeno sobre o desemprego na região.

2.2. O debate marxista sobre o trabalho assalariado.

Marx concebe a categoria trabalho como categoria fundante da sociabilidade humana, porquanto é uma atividade particular realizada somente pelo homem (no seu sentido mais genérico): um ser orgânico capaz de realizar ações previamente orientadas a uma finalidade, objetivando a satisfação de suas básicas. Nisso consiste o trabalho e, por meio dele, o homem estabelece uma relação com a natureza e se reproduz, modifica, transforma a si mesmo e a realidade onde vive.

Segundo o próprio Marx,

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele

modifica, ao mesmo tempo sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. [...] No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto um resultado que já existia idealmente (MARX, 2013, p. 255-256).

No conjunto das forças produtivas (força de trabalho e os meios de produção) com as relações sociais (que podem ser de trabalho ou de propriedade) é caracterizada a sociabilidade humana e as leis sociais³¹ de cada época, pois é o modo de produzir que distingue as diferentes épocas econômicas, e não aquilo que se faz. E, na medida em que se modificam as relações sociais de produção, a sociedade cresce e se torna mais complexa, apresentando mais contradições³².

A partir dessa compreensão, é na sociedade capitalista que o homem chega ao máximo de suas forças produtivas, com as ações dos indivíduos mais complexas e mais contraditórias (mais individuais). Modifica-se a forma na relação entre homem e natureza e, como em nenhuma outra sociedade, a produção da força de trabalho (dentre elas a riqueza socialmente produzida) não é socializada, mas apropriada e restringida a poucos. É no modo de produção capitalista que o homem se vê totalmente desprovido dos seus instrumentos produtivos e, assim, passa a vender sua própria força em troca do dinheiro, caracterizando o trabalho assalariado. Portanto, nesta sociedade o assalariamento é considerado como necessário na aquisição das necessidades humanas básicas (alimentação, moradia, etc.) para a grande maioria dos homens³³.

³¹ Huberman (1979) coloca que a sociedade construída pelos homens reflete contexto histórico, de tempo e espaço em que estão inseridos. O autor se refere especialmente aos economistas da época da Revolução industrial, que equiparavam as leis sociais às leis naturais e, portanto, são fixas e eternas. Porém, aquelas se modificam na história, enquanto estas não.

³² Sobre isso, Lessa e Tonet (2011) colocam que em cada momento histórico, o trabalho e os modos de produção se deram de uma forma, desde as formas mais simples e aumentando progressivamente a complexidade de cada sociedade e, proporcionalmente, suas contradições.

³³ No decorrer deste texto, muito se lerá sobre **necessidades humanas básicas**. Por isso, cabe ressaltar a discussão apontada por Mathis, Nascimento e Gomes (2010), que discorrem sobre as necessidades na tradição marxista. Segundo as autoras, há uma diferenciação entre necessidades básicas e necessidades sociais humanas. As necessidades básicas são entendidas como necessidades orgânicas e são necessárias à manutenção da vida, ou seja, para fazer história os homens precisam se alimentar, morar, beber, dormir, etc. No que se refere às necessidades humanas concretas, estão além de necessidades construídas no modo de produção capitalista (que divulga necessidade por dinheiro e posse) e comportam necessidades individuais e sociais. Com base em Agnes Heller (1998), afirmam que elas surgem na história e “portam desejos e intencionalidades dirigidas para determinado objeto ou ação (necessidade de atividade cultural, necessidade de realização, necessidade de reflexão, amizade, amor)” (MATHIS, NASCIMENTO, GOMES, 2010). No caso deste texto, citar-se-á com frequência necessidades básicas, no intuito de instigar que na sociedade capitalista não se propõe satisfazê-las ou propõe mínima satisfação delas, o que faz grande parte da população à margem da riqueza socialmente produzida sequer terem satisfeitas suas necessidades humanas concretas.

Em *O Capital*, Marx apreende a força de trabalho como mercadoria³⁴. Sendo que, no processo de produção de valor das mercadorias, a força de trabalho produz novas mercadorias e somente ela pode acrescentar valor ao que é produzido. Em resumidas contas, expõe-se que nesse mesmo processo de circulação de mercadorias, origina-se o capital e a sua acumulação através da obtenção da mais-valia³⁵. Entretanto, Marx ressalta uma proporcionalidade entre capital e força de trabalho, pois o crescimento do capital provoca o aumento da força de trabalho.

A reprodução da força de trabalho, que tem incessantemente de se incorporar ao capital como meio de valorização, que não pode desligar-se dele e cuja submissão ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais aos quais se vende, constitui, na realidade, um momento da reprodução do próprio capital. *Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado*". (MARX, 2013, p. 690, grifos nossos).

Isto é, o aumento de trabalhadores assalariados pressupõe o crescimento da riqueza, o acúmulo do capital, e o desenvolvimento e aperfeiçoamento do modo de produção capitalista. Contudo, tal crescimento não significa qualidade de vida, do contrário, o crescimento da riqueza implica aumento da força de trabalho e da pobreza. Nesse sentido, é interessante como Marx mostra o entendimento da economia clássica sobre a funcionalidade da multiplicação da classe trabalhadora para acumulação de capital (e a proporcionalidade entre ambos). O autor revela o pensamento de John Bellers: “quanto mais trabalhadores houver, tanto mais ricos haverá. O trabalho dos pobres é a mina dos ricos” (MARX, 2013, p. 691). Expõe também a concepção de Bernard de Mandeville (pensador do século XVIII):

é do interesse de todas as nações ricas que a maior parte dos pobres jamais esteja inativa e, no entanto, gaste continuamente o que ganha [...] Os que ganham a vida com seu trabalho diário [...] não têm nada que os estimule a serem serviços senão suas necessidades, que é prudente mitigar, mas insensato curar. A única coisa que pode tornar diligente o homem trabalhador é um salário moderado. [...] a riqueza mais segura está numa multidão de pobres laboriosos. [...] Para fazer feliz a sociedade [...] e satisfazer ao povo mesmo nas circunstâncias mais adversas, é necessário que a grande maioria permaneça tão ignorante quanto pobre. O conhecimento expande e multiplica nossos desejos, e quanto menos um homem deseja, tanto mais facilmente se podem satisfazer suas necessidades (MARX, 2013, p. 691, grifos nossos).

³⁴ Segundo Marx (2013), a força de trabalho é concebida como a componente variável da composição do capital, enquanto que os meios de produção compõem o capital constante. Além disso, por ser mercadoria, submete-se, então, a criação de um mercado específico para a força de trabalho, o mercado de trabalho.

³⁵ Com base em Marx (2013), entende-se por mais-valia o excedente, ou ainda, o acréscimo de valor gerado no processo de reprodução do capital; no qual o dinheiro enquanto mercadoria gera mais dinheiro ao capitalista acima daquele investido nas forças produtivas (meios de produção e força de trabalho). Vale ressaltar que esse excedente se dá sobre a força de trabalho, única capaz de gerar valor, através do mais trabalho (seja em mais ou menos tempo) com salário inferior às horas trabalhadas. Portanto, é da força de trabalho que o capitalista extrai a mais-valia.

Por detrás das necessidades de acúmulo e valorização de capital está a mais-valia gerada a partir da produção de mercadorias que contenham mais trabalho daquilo que é gasto. Nesse sentido, a força de trabalho se faz vendável por gerar esse excedente, pela sua capacidade de conservar os meios de produção e reproduzir o seu valor como capital. Por isso, a própria exploração da força de trabalho é uma grandeza fundamental para acumulação de capital. Sua venda e revenda e conseqüente crescimento na reprodução do capital são imprescindíveis porque aumentam a relação de dependência da classe trabalhadora para com o próprio capitalista. Para este,

A força de trabalho é comprada, aqui, não para satisfazer mediante seu serviço ou produto, às necessidades pessoais do comprador. O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que o que ele paga [...]. *A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital adicional em trabalho não pago.* Portanto, as condições de sua venda, sejam elas favoráveis ao trabalhador em maior ou menor medida, incluem a necessidade de sua contínua revenda e a constante reprodução ampliada da riqueza como capital. (MARX, 2013 p. 695, grifos nossos).

Enquanto modo de produção e para se reproduzir, o capitalismo também necessita de um processo constante de inovação nos meios de produção, a qual surge na acumulação de capitais pela concorrência entre os capitalistas. Nesse processo acumulativo, tal inovação economiza trabalho a fim de baratear a produção e as mercadorias, pois uma menor massa de trabalho se torna suficiente para a acumulação e centralização de capital. Ao se economizar trabalho, aumenta-se a produtividade e exploração da força de trabalho empregada e se torna cada vez menor a demanda por trabalhadores em relação aos meios de produção.

Enquanto reforça e acelera desse modo os efeitos da acumulação, a centralização amplia e acelera, ao mesmo tempo, as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam a parte constante deste último à custa de sua parte variável, reduzindo, com isso, a demanda relativa do trabalho (MARX, 2013, p. 703).

Isto é, na medida em que se desenvolve o modo de produção capitalista, ocorre um processo duplo no qual o acúmulo de capital se dá não só pelo trabalho assalariado como também pela não absorção da força de trabalho disponível. Como se observa, o aumento da acumulação provoca modificações na força de trabalho. A demanda por ela decresce porque o investimento nos meios de produção acelera a produção, sem a exigência de mais

trabalhadores. Mas, ao mesmo tempo, tem-se um crescente populacional da classe trabalhadora. Nesse sentido, Marx afirma:

A diminuição relativa de seu componente variável, acelerada pelo crescimento total, e numa proporção maior que o próprio crescimento deste último, aparece, inversamente, como um aumento absoluto da população trabalhadora, aumento que é sempre mais rápido do que o do capital variável ou dos meios que este possui para ocupar aquela. A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua. (MARX, 2013, p. 705).

Por isso, Marx (2013, p. 706) desvela uma lei peculiar ao modo de produção capitalista, na qual é tendência a crescente a população trabalhadora, ocasionada na acumulação de capital que atrai e repele ao mesmo tempo a força de trabalho. Tal população se torna um excedente de trabalhadores às necessidades do capital, que vem a ser chamada por Marx de exército industrial de reserva. Para o autor, ela se torna funcional ao modo de produção capitalista e, conseqüentemente, à acumulação de capital, pois

se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista. *Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece as suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional* (MARX, 2013, p. 707, grifos nossos).

Existe, portanto, um aumento absoluto da classe trabalhadora (não empregada), gerando um adicional excessivo para as necessidades médias à valorização do capital. Isso porque os investimentos nos métodos de trabalho não significam a multiplicação dos postos de trabalho³⁶. O desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força de trabalho “capacita”, segundo o autor, o capitalista a uma maior exploração do trabalho, seja de forma individual, como também pela substituição de poucos trabalhadores mais qualificados por muitos trabalhadores menos qualificados, o que barateia a força de trabalho, ao mesmo tempo em que garante a produtividade.

Em vista disso, Marx (2013) ratifica o aumento do número (da massa) de trabalhadores com o crescente da valorização de capital como necessário à perpetuação do

³⁶ Diante disso, Marx aponta que não se exclui o aumento da grandeza absoluta da força de trabalho: “com a acumulação do capital desenvolve-se [...] o modo de produção especificamente capitalista e, com ele, a acumulação do capital” (MARX, 2013, p. 700). E ainda: “o crescimento do capital social se consuma no crescimento de muitos capitais individuais” (MARX, 2013, p. 701).

processo de dependência para com o capitalista. Nessa ampliação, a exploração e a dominação sobre a força de trabalho crescem de acordo com o aumento das dimensões do capital. Contudo, também revela que, para além da exploração e a dominação, a superpopulação de trabalhadores gera pobreza, constituindo os extremos funcionais para a reprodução da sociedade do capital: quanto mais riqueza, mais pobreza, assim como observado anteriormente. Nas palavras do autor, o

pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza (MARX, 2013, p. 719).

Em outro trecho, expõe: “A acumulação de riqueza num pólo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital” (MARX, 2013, p. 721). Assim, maior riqueza, significa maior número de uma superpopulação relativamente excedente e maior nível de pauperização da sociedade. Por consequência, o modo de produção na sociedade capitalista revela sua face desumana:

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois o aumento das potências da riqueza. Mas *quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.* Como todas as outras leis, ela é modificada, em sua aplicação, por múltiplas circunstâncias, cuja análise não cabe realizar aqui (MARX, 2013, p. 720, grifos nossos).

Ou seja, as tendências apontadas por Marx mostram que além da acumulação de capital necessitar do aumento da exploração da força de trabalho, da mesma forma, necessita de excedente de mão-de-obra que provoca, por exemplo, o barateamento salarial da classe trabalhadora empregada. Assim, na medida em que há desenvolvimento, acumulação e centralização de capital, mais se agudizam as desigualdades sociais e, nela, a pobreza.

Todavia, é de se considerar que Marx escreveu em uma época predominantemente industrial, o que o fez chamar essa população excedente de “exército industrial de reserva”, composta, sobretudo, por uma população trabalhadora desempregada ou semiempregada³⁷. Além disso, de Marx para cá, o capitalismo sofreu e sofre metamorfoses e os trabalhadores não mais se concentram somente na indústria. No decorrer da história, o trabalho e a produção ganha conotações diversas quanto às formas de organização e controle, que aprofundam a exploração do trabalho e o crescimento de contingentes de trabalhadores compreendidos enquanto exército reserva de mão de obra.

Nessa perspectiva Alencar e Granemann (2009), ao discorrerem acerca da configuração do trabalho no capitalismo contemporâneo, percebem a vinculação estreita do uso intensivo da força de trabalho, através da sua superexploração, e do aumento exigente e característico da produtividade e lucratividade. Em torno desses objetivos, aprofundam-se as contradições intrínsecas da sociedade do capital, especialmente a partir da flexibilização de direitos e conquistas trabalhistas.

Nesse sentido, a regulação social do mercado é submetida em tempos de capital financeiro, a determinados interesses que movem a intervenção estatal de forma oposta à mão de obra trabalhadora. A produção de supérfluos de contingentes de trabalhadores é um dos graves reflexos e, como tendência, se aprofunda cada vez mais. O desemprego, é dessa forma para as autoras, uma das manifestações da atual configuração do capitalismo mundial subsidiado por discursos permeados de ideologias e que camuflam a essência contraditória desta sociedade.

O ressurgimento atual do desemprego, enquanto um fenômeno crônico e global, é apenas a ponta de um *iceberg*. A cultuada política do “pleno emprego” dos anos de ouro do capitalismo não nos deve fazer esquecer: tais políticas foram bastante localizadas nos países do centro do capitalismo onde o desemprego foi controlado por um período e para parcelas de trabalhadores. Na periferia do modo de produção capitalista e para expressivas frações da classe trabalhadora no centro do modo de produção, por exemplo, para os imigrantes das ex-colônias europeias, o “pleno emprego” nunca foi uma possibilidade. Na realidade, o desemprego é a expressão de um processo muito mais amplo no campo do embate entre o capital e o trabalho e constitui o modo de ser desta relação. Nos últimos 30 anos é, pois, a expressão privilegiada da ofensiva do capital sobre o trabalho. Não se pode deixar de considerar que as bases desse processo estão profundamente relacionadas à dinâmica histórica do capitalismo que se consolidou principalmente nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial (ALENCAR e GRANEMANN, 2009, p. 163).

³⁷ Sobre isso revela o autor: “Toda a forma de movimento da indústria moderna deriva, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semiempregada” (MARX, 2013, p. 708).

Impossibilita e/ou dificulta a entrada de trabalhadores na lógica de (super-)exploração do capital é, como já entendido por Marx (2013), estratégia de valorização do capital. Entretanto, na atualidade, a dinamicidade e o aumento da massa de uma superpopulação excedente e sobrança de trabalhadores se dá em escala ampliada, como observam as autoras. O desemprego, portanto, assume caráter crônico tal qual são as necessidades e funcionalidade de sua existência para o processo de produção e aumento de lucros. Com base em Mézaros (2002), entendem que

[...] está-se diante de um ataque em duas frentes à classe operária em todo o mundo que se revela no desemprego crônico em todos os campos de atividade, disfarçados como práticas trabalhistas flexíveis, eufemismo para a política deliberada de fragmentação e precarização da força de trabalho e para a máxima exploração administrável do trabalho em tempo parcial, e também se revela numa redução significativa do padrão de vida até mesmo dos trabalhadores em ocupações de tempo integral. No entanto, o reconhecimento da existência dessa população sobrança, redundantes para as requisições do capital estão longe de poder ser consideradas supérfluas como consumidoras que asseguram a continuidade da reprodução ampliada e da autovalorização do capital. [...] essa força de trabalho supérflua continua mais necessária do que nunca para possibilitar a reprodução ampliada do capital (ALENCAR e GRANEMANN, 2009, p. 164).

É interessante a percepção das autoras no que se refere à duplicidade da necessidade do capital em relação à força de trabalho, ao mesmo tempo em que expulsá-la do mercado de trabalho é funcional à sua expansividade, também necessita dela enquanto potencial consumidor da produção. Isso porque, através desses dois caminhos que possibilitam o crescimento do capital, vinculam-se as realidades de desemprego e da precarização do trabalho que proporcionam e garantem a fragilização da classe trabalhadora, submetendo-a de maneira cada vez mais dependente da venda precária de sua força de trabalho como meio de obtenção e satisfação de necessidades básicas de sobrevivência.

Mais recentemente, Alencar (2011) apresenta uma discussão aprofundada acerca do desemprego enquanto produto da acumulação capitalista e como resultado das soluções encontradas do capital às suas crises estruturais, e não simplesmente como um ocaso em certos períodos históricos como uma decorrência única do avanço tecnológico. Assim sendo, para a autora, a inovação tecnológica é uma escolha social e, por isso, não determina em um primeiro momento a qualidade e a quantidade do emprego, já que o resultado do aprimoramento da tecnologia “pode significar mais emprego, consumo, tempo livre ou desemprego, precariedade e intensificação do trabalho sob a determinação das

formas de regulação do sistema produtivo e de distribuição dos ganhos de produtividade” (ALENCAR, 2011, p. 99).

Ao ir à profundidade na discussão marxiana acerca do excedente de trabalho no capitalismo, Alencar (2011) solidifica sua argumentação sobre a vinculação intrínseca do contingente de trabalhadores nesta condição como uma contradição própria da forma social de produção capitalista. Por esse motivo, assim como expressou anteriormente³⁸, apreende que o desemprego na contemporaneidade não é novo, mas se desenvolve enquanto importante estratégia e contribuição para acumulação ao se tornar “um elemento da política econômica pronta a favorecer o capital” (ALENCAR, 2011, p. 108)³⁹, num contexto em que este se encontra na fase de financeirização.

Destacam-se ainda nesse contexto as políticas direcionadas ao pleno emprego, as quais por meio de uma base ideológica voltada à garantia da hegemonia do capital restringem-se ao crescimento econômico e reforçam, paradoxalmente, o aumento de uma superpopulação de trabalhadores. Nesse sentido, o desemprego atual contém parcela de trabalhadores que sequer ingressaram no mercado de trabalho, ou ainda, ingressaram de forma precária. Uma verdadeira tendência de expulsão da força de trabalho extremamente funcional à hegemonização.

O desemprego dos dias de hoje difere por seu caráter heterogêneo tornado visível no desemprego aberto e o de longa duração, sua face mais visível, mas que apenas limitadamente é capaz de exprimir a realidade do crescente fenômeno da desocupação. O desemprego oculto permite, no entanto, uma melhor compreensão deste fenômeno, à medida que pode ser relacionado à subutilização da capacidade de trabalho, configurada como consequência do processo de racionalização produtiva com o predomínio da externalização das atividades (ALENCAR, 2011, p. 112).

Noutras palavras, a condição de desemprego na atualidade confere o caráter crônico e, sobretudo, imensurável crescimento de massas de desempregados em nível global. Atrelada de forma intrínseca à crise estrutural do capitalismo, especialmente a última do século XX, a superpopulação de trabalhadores se reflete em todos os âmbitos do mercado de trabalho através da flexibilidade e precarização do trabalho, assim como às consequências e manifestações destes.

³⁸ Refere-se a Alencar e Granemann (2009).

³⁹ Nesse sentido, a autora pontua: “Dentre os meios de reconstrução do exército industrial de reserva nos marcos do capitalismo contemporâneo, situa-se a transferência do capital para regiões com excesso de força de trabalho, com a restrição de investimentos nos seus países de origem; e, ainda, a generalização das inovações tecnológicas tornando cada vez mais supérfluo o trabalho vivo, ao tempo em que se desenvolvem estratégias que intensificam o trabalho daqueles que estão inseridos – sejam estes trabalhadores que ingressam “central” ou “periféricamente” no processo produtivo” (ALENCAR, 2011, p. 108).

Na mesma linha de pensamento, Maranhão (2008) reitera criticamente que a superpopulação da força de trabalho é condição inerente à expansão global do modo de produção capitalista. O autor resgata, por exemplo, o capítulo 24 d'O Capital, no qual Marx expõe como a venda da força de trabalho contribui decisivamente para a acumulação primitiva de capital, diante da separação do homem dos meios de trabalho, obrigando-o a tornar sua força de trabalho vendável. E, nesse sentido, resgata em textos da juventude de Marx, a saber, nos Manuscritos Econômico-filosóficos, que:

“O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens” (MARX, 2002, p. 211 apud MARANHÃO, 2008, p. 100).

Diante da difusão do conceito “exclusão social”, relacionado à superpopulação de trabalhadores e que vem ganhando espaço no âmbito do combate à pobreza gerada e em crescimento no modo de produção capitalista⁴⁰, o autor a entende como um conceito que revela a aparência e não a essência fenomênica das relações sociais contraditórias entre capital e trabalho e os seus consequentes impactos, tais como desemprego crescente e ampliação da pauperização, que se agudizam em tempos de crise do capital.

Por isso, destaca que, com a mundialização de capital, ajustes neoliberais continuam a garantir a acumulação e hegemonia político-econômica financeira, criando, para tanto, “mecanismos artificiais para gerar crises financeiras controladas e forçar a transferência de fundos públicos ou domésticos para as mãos das empresas transnacionais” (MARANHÃO, 2008, p. 117). Nesse quadro, ainda são desenvolvidas estratégias para baratear a força de trabalho, cuja ainda é principal mercadoria do processo de valorização de capital, dentre as quais a contínua substituição de homens (que se tornam excedentes) pelas tecnologias altamente desenvolvidas (realizadas por trabalhadores altamente qualificados) sem, contudo, diminuir a exploração do trabalho.

É por isso que a criação ampliada da superpopulação relativa – ou seja, de uma ampla oferta de braços ociosos que ocupem os novos postos de trabalho precarizados e empurrem os salários dos trabalhadores ativos para baixo – tem se

⁴⁰ Diante desse quadro contraditório da economia capitalista contemporânea, diversos autores das mais variadas correntes sociológicas têm desenvolvido teorias que oferecem explicações e subsidiam respostas práticas para o atual crescimento do desemprego e da pobreza. Nessa trilha que surge o conceito de “exclusão social” (MARANHÃO, 2008, p. 95). Importa sinalizar ainda que se apreende que o termo “exclusão” utilizado por Alencar e Granemann (2009) e Alencar (2011) não está atrelado a este conceito, pois a leitura das autoras leva a entender que excluir é algo intrínseco no modo de produção capitalista e, portanto, torna-se restrito discutir “exclusão” somente no limite das políticas sociais nesta sociedade.

tornado um fator fundamental para a atual constituição de uma economia mundial baseada na força de trabalho barata e precária. Assim, a reestruturação capitalista tem desenvolvido novos mecanismos de expulsão da força de trabalho e criado novas formas e integração desses trabalhadores excedentes (MARANHÃO, 2008, p. 118).

Para tanto, organismos internacionais definem políticas e ações de caráter flexível (do ponto de vista legal), setorizadas e com forte conteúdo ideológico a serem seguidas pelos estados nacionais para garantir o consumo, inclusive daqueles que não estão inseridos no mercado de trabalho. Todavia, a intenção não é proporcionar-lhes satisfação de necessidades básicas e qualidade de vida; mas porque o capital é dinâmico e seu ciclo se completa no consumo de mercadorias para novamente produzir. Isto é, necessita da ampliação de consumidores para ampliar-se. Porém,

Ao transnacionalizar as novas formas “flexíveis” de produção (e circulação) de mercadorias e mundializar as diretrizes político-econômicas do FMI, o capital gerou uma superoferta de força de trabalho que, por sua vez, fez o preço dessa mercadoria cair drasticamente. A partir daí, foram dadas as condições para que se erguesse uma nova divisão internacional do trabalho e uma *economia mundial baseada na exploração do trabalho barata* advinda de regiões no interior de cada país ou, muitas vezes, exportadas das nações periféricas (MARANHÃO, 2008, p 121, grifo do autor).

Através de relações de trabalho cada vez mais flexíveis e com uma nova divisão internacional do trabalho⁴¹, a mundialização da economia vem se constituindo e ultrapassando os limites nacionais, alimenta os grandes centros financeiros, o mercado mundial e o alto nível de desenvolvimento tecnológico dos grandes países centrais do capitalismo, à custa das regiões periféricas que carregam produção de mercadorias a baixo custo, como produtores primários, onde se encontra, por exemplo, o Brasil.

Entretanto, e por garantir o rebaixamento salarial, o excedente populacional de trabalhadores tem sua importante contribuição para a reprodução do capital na atualidade. Maranhão (2008) o entende como condição *sine qua non*, na qual “os países periféricos têm se transformado em imensos reservatórios de força de trabalho barata e precária para as megacorporações transnacionais” (MARANHÃO, 2008, p. 123), já que a ampliação da

⁴¹Com base em autores da Sociologia do Trabalho, apreende-se que a Nova Divisão Internacional do Trabalho apresenta novas formas de facilitação e contribuição dos países periféricos do capitalismo para a acumulação e centralização de capital. A esses países, em detrimento das causas levantadas pelos países centrais, são orientadas: a produção de produtos a baixo custo, redução de salários e, conseqüentemente, a redução da proteção e direitos sociais dos trabalhadores, flexibilidade na contratação, isenção fiscal e de impostos. Ver ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo, 2013.

liberdade do capital restringe as opções para o trabalho, a não ser a “venda do país” a qualquer preço.

É nesse mesmo contexto que as políticas sociais dos estados nacionais obedecem aos direcionamentos de agências multilaterais tendo como foco indivíduos afetados pelo desemprego e pela pobreza. Na concepção do autor, tais políticas, com forte utilização de recursos ideopolíticos reforçam a adaptação do trabalhador às condições de trabalho que dinamicamente se modificam sem, contudo, deixar de serem precárias e inseguras. Dá ênfase no Brasil às políticas voltadas às

- 1) as diversas formas de políticas de renda mínima que têm o objetivo de oferecer uma renda, alternativa à renda salarial, que se transforma em meio de subsistência para aqueles trabalhadores considerados pobres pela estatística oficial; 2) as várias políticas de formação profissional, que desenvolvidas por governos, centrais sindicais e instituições empresariais, têm possibilitado a qualificação contínua da força de trabalho disponível de acordo com as demandas do capital (MARANHÃO, 2008, p. 126).

Pelo interesse da investigação proposta, chama atenção o segundo item apontado por Maranhão (2008), o qual tem complementação argumental com a tese de Amaral (2001). A autora, que segue a mesma linha de pensamento anterior, também se refere ao excedente populacional de trabalhadores no modo de produção capitalista. Apesar de seus estudos serem anteriores dos últimos autores utilizados, tornam-se atuais e complementares por discutir programas de qualificação e requalificação a partir da segunda metade da década de 90, mas que são presentes e intensificados ainda hoje.

Em *Qualificação, sociedade civil e desidentidade de classe*, Amaral (2001) expõe que na contemporaneidade os direitos e conquistas sociais dos trabalhadores se tornam limitações à liberdade de acumulação de capital. Destaca, como ações para que não haja restrições, uma flexibilização do mercado visando a “negação das possibilidades de novas frente de mercado, de alavancagem de competitividade, de incorporação de massas de desempregados nas políticas públicas” (AMARAL, 2001, p. 30).

Por isso, o capital se alia com instituições estatais para a geração de iniciativas de formação profissional a fim de organizar o trabalhador às necessidades burguesas. Tais iniciativas se tornam alvos principais da intervenção do capital convertendo-as em política de emprego, e se tornam importantes ferramentas político-ideológicas no intuito de mascarar as contradições entre capital e trabalho, como colocou Maranhão (2008).

Nesse contexto, intensificam-se programas de qualificação e requalificação profissional, construídos sob diretrizes de organismos internacionais, outrora citados,

principalmente a partir da segunda metade da década de 90, conforme a autora. No caso brasileiro, os direcionamentos se convertem em política social, com específica gestão financeira e um fundo público próprio (o FAT). A intenção, dessa forma, é mobilizar órgãos governamentais, empresariais, representantes de trabalhadores na construção de um discurso homogeneizador entre os mesmos.

Contudo, tais iniciativas deslocam, “os problemas do desemprego, de precarização do trabalho e da ausência de políticas de emprego para o âmbito da qualificação do trabalhador” (AMARAL, 2001, P. 34). Ou seja, trata-se

de uma estratégia que envolve a socialização da ideia de participar com os trabalhadores a necessidade de adesão às propostas de mudanças requeridas pelo capital e cujas determinações residem na ofensiva articulada pelo capital na tentativa de responder às contradições que lhes são inerentes (AMARAL, 2001, p. 34).

E nisso consiste uma das principais críticas de Amaral (2001): os processos de qualificação e requalificação não significam manutenção ou absorção da força de trabalho pelo mercado, pois a desvalorizam, afinal, esse não é o objetivo do modo de produção capitalista, como vem sendo discorrido neste texto. Destarte, a autora afirma que a destruição da força de trabalho remete ao conceito de superpopulação relativa de trabalhadores excedentes, exposto por Marx, pois

parcelas cada vez mais crescentes dos trabalhadores serão expurgadas do mercado de trabalho. Os que nele permanecem, estarão disputando os recursos dessa área, gerando concorrência entre os próprios trabalhadores, que, mais tarde, terão o valor da sua força de trabalho igualmente desvalorizado (AMARAL, 2001, p 37).

Com base na autora, verifica-se um forte conteúdo político-ideológico dos programas de qualificação e requalificação profissional, pois, a partir do momento em que lhes são oferecidas oportunidades e possibilidades através dos programas, a não inserção ou permanência no mercado de trabalho passa a ser justificada pelas suas escolhas de vida dos trabalhadores, responsabilizando-os pelos seus infortúnios no mercado de trabalho. Além disso, nesse processo atende-se mais as demandas das empresas que as próprias necessidades do trabalho. Ou ainda, as necessidades do capital se tornam as necessidades do trabalho.

Até o momento, viu-se como a superpopulação de trabalhadores excedentes no modo de produção capitalista é também funcional à acumulação, centralização e reprodução do capital, tendo em vista que, provoca uma superexploração dos trabalhadores

empregados, que gera mais riqueza e, conseqüentemente, mais pobreza. E, assim, é possível apreender em poucas palavras, como a pobreza também é mantida nesse modo de produção através do trabalho. E, como já se percebe, atualmente expande-se cada vez mais políticas e programas sociais para minimizar a pobreza e inserir trabalhadores no mercado de trabalho, qualificando-os.

Contudo esse discurso se revela ideológico no sentido de que, em uma perspectiva crítico-dialética, não se pode acabar com pobreza, desemprego no modo de produção capitalista. Por isso, indicam-se contradições na materialização das indicações de ajustes que preveem um desenvolvimento político, econômicos, sociais e ambientais, recomendados por organizações internacionais através do redirecionamento das políticas sociais da América Latina sob a fundamentação do novo desenvolvimentismo⁴².

Na realidade, destaca-se na região latino-americana uma desnacionalização industrial, em que a burguesia nacional se subjaz à burguesia e ao mercado internacional, com enorme apoio e abertura do Estado para a contínua invasão do capital internacional. A região passa a ser paradoxalmente alvo de estratégias contra a pobreza e gerando sempre mais a maximização de lucros os países centrais do capitalismo, através da exportação de *commodities* (recursos naturais, com destaque para os minerais), devido sua grande riqueza natural.

Nesse sentido, Amaral, Mota e Peruzzo (2010), entendem que as indicações das organizações internacionais substituem o direito ao trabalho, geram um consenso entre as classes e escondem a superexploração do trabalho causada, por exemplo, pela crescente exportação de *commodities*. Refletem um reforço à hegemonia do modo de produção capitalista através do consenso estabelecido entre capital, Estado e representações da classe trabalhadora. Por isso, chamam a atenção à estrita finalidade das indicações internacionais, qual seja melhorar o padrão de consumo da classe trabalhadora, e alertam que o aumento de consumo não significa melhoria na qualidade de vida e, muito menos, na desconcentração de renda:

Na nova divisão internacional do trabalho, cabem às economias periféricas fundamentalmente três papéis: franquear seu espaço econômico à penetração das grandes empresas transnacionais; coibir as correntes migratórias que possam

⁴² Sobre neodesenvolvimentismo, Amaral, Mota e Peruzzo (2010) destacam que esse processo está sob fundamento do novo desenvolvimentismo, o qual surge contemporaneamente à “emergência e expraimento de uma nova etapa do capitalismo – o especulativo – na qual o capital produtivo está subsumido ao capital fictício, restringindo, significativamente, a expansão do capital substantivo na sua capacidade de remuneração” (AMARAL, MOTA et. al, 2010, p. 37).

causar instabilidade nos países centrais; e aceitar a triste e paradoxal função de pulmão e lixo da civilização ocidental (AMARAL, MOTA et. al, 2010, p. 53).

De fato, a análise de Salvador (2012) sobre o financiamento da política social brasileira no início do século XXI, complementa a argumentação acima, pois se verifica que os direcionamentos dos organismos internacionais influem diretamente na gestão do financiamento da política social dos países periféricos. Segundo o autor,

o fundo público tem papel relevante para a manutenção do capitalismo na esfera econômica e na garantia do contrato social. O alargamento das políticas sociais garante a expansão do mercado de consumo. Ao mesmo tempo que os recursos públicos são financiadores de políticas anticíclicas nos períodos de refração da atividade econômica. (SALVADOR, 2012, p. 124).

No que se refere ao mercado de trabalho, o autor aponta os recursos como “fonte que viabiliza a reprodução da força de trabalho, por meio de salários indiretos, reduzindo o custo do capitalista na sua aquisição” (SALVADOR, 2012, p. 126). Dessa forma, apresenta os recursos públicos como a apropriação do Estado de parte da exploração do trabalho, através do recolhimento de impostos, contribuições, taxas, e a mais-valia produzida socialmente⁴³, bem como sua funcionalidade para o capital por meio dos crescentes impostos e contribuições pagas pelos trabalhadores, enquanto que as entidades financeiras são isentas ou pouco pagam tributos⁴⁴.

Ao dialogar com Pochmann e Campos (2008), verifica contrastes entre o maior investimento em políticas voltadas ao mercado de trabalho a partir de 2004, que afirmam queda da taxa de desempregados, crescimento médio dos empregos formais e o aumento da permanência no emprego. Tais índices, na realidade, se devem à custa de uma grande heterogeneidade do mercado de trabalho no país, marcada pela elevação de empregos sem carteira assinada, trabalhadores autônomos, independentes, etc. (SALVADOR, 2012, p. 133).

Ou seja, o investimento nas políticas de qualificação para o trabalho, na verdade proporcionam o crescimento da flexibilização das relações de trabalho, como: “funcionário público demissível, contrato temporário, safra, obra certa, prazo determinado, aprendiz, primeiro emprego”, retirando ou reduzindo direitos trabalhistas como o seguro-

⁴³ Para complementar essa afirmação, utiliza do pensamento de Behring (2010), no qual os recursos públicos são “parte do trabalho excedente que se transformou em lucro, juro ou renda da terra, sendo apropriado pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções” (SALVADOR, 2012, p. 126).

⁴⁴ Na sua análise sobre a arrecadação tributária brasileira de 2009, constatou que os impostos e contribuições pagos pelas entidades financeiras correspondem a R\$22,64 bilhões, enquanto que os tributos sobre a renda dos trabalhadores pesaram R\$ 110, 86 bilhões.

desemprego, férias, e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). (SALVADOR, 2012, p. 135).

O autor indica, ainda, dados importantes sobre as principais fontes de financiamento da política de trabalho. Dentre elas, destaca-se como origem direta dos recursos financeiros arrecadados com as contribuições sociais, o mercado financeiro FAT. Do montante que se arrecada, revela o autor, 40% são encaminhados para o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e 20% destinados à Desvinculação das Receitas da União (DRU).

Dessa forma, paradoxalmente, “o financiamento da política social do trabalho no Brasil está cada vez mais dependente de aplicações financeiras e, portanto, de elevadas taxas de juros, que são fruto da política monetária que impede o desenvolvimento econômico e a geração de empregos no país” (SALVADOR, 2012, p. 143). Isso significa que o financiamento das políticas sociais brasileiras – dentre as quais a do trabalho – estão voltadas para alimentar o mercado financeiro, pois as origens das receitas arrecadadas pela União recaem diretamente sobre a renda e a exploração da força de trabalho, através das altas taxas dos tributos; contribuindo, assim, à reprodução e contínua expansão do capital.

Nesse sentido, importa sinalizar Souza da Silva (2012), a qual expõe que as atuais políticas e programas sociais, por “estarem inseridos no circuito das finanças, alimentam a lógica do capital portador de juros e contribuem indiretamente para o aumento da exploração da classe trabalhadora” (2012, p. 238). Verifica-se que a conversão de tributos em programas e política de trabalho, podem até gerar postos de trabalho, porém indicam a inserção em um mercado de trabalho sujeito à precarização tendencial que vem ocorrendo e se aprofundando. Continua, pois, existindo grande centralização de capital e no seu extremo oposto, a grande proporção de pobreza. Nesse meio termo, está uma crescente população de trabalhadores excedentes se manifesta tendendo, ora às sujeições precárias de trabalho, ora à miséria.

Seguindo esse raciocínio, Ugá (2004) reitera a vinculação dessas políticas com o combate à pobreza e maior centralização de capitais ao chamar a atenção para a concepção categórica dada à pobreza e a centralidade que se tem dado a ela a partir da década 90. Também a autora destaca o grande investimento e orientações de organismos internacionais no combate à pobreza, tais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) para os países periféricos do capitalismo, onde está inserido o Brasil e demais países da América Latina. E revela, diante disso, que na realidade o discurso tem a

finalidade de proporcionar aos países centrais um acúmulo de riquezas provindo dos países latino-americanos e não leva em consideração as condições a que estes foram e são construídos historicamente.

Para ratificar tal afirmação a autora argumenta com base na análise de relatórios do Banco Mundial e verifica no final do século XX como são determinadas as políticas de desenvolvimento para a América Latina, especialmente com as diretrizes do Consenso de Washington (1989). O principal discurso é a renegociação das dívidas e submissão das políticas de governo desses países para conquistar a confiança dos organismos internacionais. Dessa forma, o Estado deve se tornar catalisador e facilitador dos mercados, complementando-os e estimulando-os⁴⁵.

No que se refere ao âmbito do mercado de trabalho, o direcionamento do Banco Mundial ao Estado se dá no investimento em políticas sociais residuais e focalizadas para os considerados incapazes ao trabalho, correspondendo aqueles que se encontram na miséria. Noutras palavras, Ugá revela que para o Banco Mundial a pobreza significa a “incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo” (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 27 apud UGÁ, 2004, p. 58). Destarte, para complementar e garantir o bom funcionamento dos mercados, a estratégia de combate à pobreza se faz fundamental.

Para a definição de padrão de vida mínimo na concepção de pobreza, o Banco Mundial leva em consideração a disponibilidade de consumo, por meio da renda média da região onde o indivíduo vive, a fim de ter um mínimo de satisfação das necessidades básicas (como alimentação, educação, etc.). Concernente à incapacidade, orienta-se e convoca-se a criação de políticas para oportunizar economicamente maiores rendimentos aos pobres para que deixem de serem considerados como tal, bem como a prestação de serviços sociais para a diminuição de pobreza e aumentar “capital humano”⁴⁶, partindo da ideia de que quanto mais se trabalha, mais renda se tem.

⁴⁵ Aqui a autora se refere ao que seria a “boa governança”, a qual, segundo o Banco Mundial consiste em: “criar um regime regulatório que atue juntamente com os mercados para promover a competição; criar um ambiente macro-econômico estável para a ação dos mercados [...]; eliminar a corrupção, que poderia subverter os objetivos das políticas, deslegitimando as instituições públicas que dão apoio aos mercados e, ainda, assegurar os direitos de propriedade” (WORLD BANK, 2002, p. 99 apud UGÁ, 2004, p. 58).

⁴⁶ A autora concebe o discurso de capital humano como o investimento que o indivíduo deve fazer em si mesmo, que potencialize o seguinte desencadeamento: aumento da sua educação, melhoria nas suas habilidades e conhecimentos, maior produtividade enquanto trabalhador, que contribui a uma maior competitividade, para, por fim, haver um crescimento nos rendimentos individuais (UGÁ, 2004, p. 59).

Segundo a autora, inicialmente na década de 90, a ideia de combate à pobreza defendida pelo Banco Mundial tem por finalidade gerar indivíduos aptos para a competitividade do mercado. Ou seja,

A ideia presente seria, portanto, que, ao educar-se mais, o indivíduo torna-se mais apto a competir com os outros por um emprego melhor no mercado e, conseqüentemente, a obter uma renda maior. Assim, haveria uma contínua necessidade de ele buscar ser mais competitivo que os outros, por meio do aumento de sua “empregabilidade”. (UGÁ, 2004, p. 59).

Posteriormente, a atuação do Estado é justificada à restrição aos pobres, a fim de ajudá-los a desenvolver suas capacidades até serem capazes de lutar por seu desenvolvimento pessoal no mercado. Para a autora, os enormes impactos e transformação causados, seja para as políticas sociais, seja para o mercado de trabalho podem ser resumidos em indivíduos competitivos e os incapazes. Substituem-se trabalhadores “empregados” e “desempregados” por, respectivamente, “competitivos” e “incapazes” (UGÁ, 2004, p. 60).

O competitivo é aquele capaz de atuar livremente no mercado, uma vez que tem competitividade (empregabilidade) para conseguir um emprego, assegurar que não vai perder o que tem ou, ainda se acontecer de perdê-lo, conseguir um novo emprego. O indivíduo incapaz é aquele que não consegue nada disso. Ele não tem empregabilidade, nem é competitivo, uma vez que não pôde (ou não quis) investir em seu próprio “capital humano”. (UGÁ, 2004, p. 60).

Entende-se, portanto, que as estratégias das atuais políticas e programas de qualificação, inseridos no discurso de combate à pobreza tem sido peça-chave para a hegemonia do modo de produção capitalista. A abertura dos estados nacionais para o capital internacional (em especial dos países periféricos como o Brasil) indicada por organismos internacionais nos direcionamentos de políticas e ações vem significando cada vez mais a extorsão e exploração de seus recursos naturais e humanos. Tal abertura também influencia posturas adotadas por grandes empresas mundiais, destacando-se as transnacionais, no que concerne ao “tratamento da pobreza e do desemprego”.

As discussões apresentadas até o momento serviram para resgatar as injunções principais da exploração do trabalho humano no contexto do capitalismo em que a precarização da força de trabalho é o motor da acumulação capitalista. Trata-se do processo de precarização do trabalho que está na raiz do capitalismo e tem revelado profundas feridas especialmente nos trabalhadores enquanto um coletivo. Nesse meio, as complexas contradições entre capital e trabalho expandem-se para todos os âmbitos da

sociedade e, por isso, também as orientações e recomendações internacionais têm sido um importante recurso em reforçar a adequação da força de trabalho aos interesses e moldes do capital. O capítulo seguinte chama a atenção para a particularidade desta precarização do trabalho no tempo presente com destaque para a categoria precariado.

3. O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE E O PRECARIADO.

Importa sinalizar que as tendências mundiais no mundo trabalho, em conjunto com a realidade singular amazônica, têm influenciado decisivamente para a particularidade encontrada no município de Parauapebas. Historicamente o Brasil, e por consequência os estados e municípios, tem feito grande esforço para seguir as diretrizes exigidas por organismos internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Logicamente isso acarreta diferentes consequências e, por essa razão, os documentos que expressam a ideia dessas instituições e orientam os Estados Nacionais não podem deixar de serem analisados, para situar o caminho brasileiro percorrido, especialmente quanto as políticas de emprego e qualificação profissional.

A construção deste capítulo tem como referência os principais processos que influenciam o aprofundamento da precarização encontrados na realidade parauapebense, e ajudam a apreender teoricamente o perfil dos sujeitos da pesquisa. Por isso, logo em seguida à análise dos documentos internacionais e nacionais, abre-se um diálogo teórico sobre as seguintes categorias que refletem a particularidade do município conforme a pesquisa realizada: o precariado, a informalidade, a empregabilidade e a feminização do trabalho.

3.1. O trabalho na ótica de organismos internacionais.

Em primeiro lugar, é importante destacar que na busca dos fundamentos que vêm orientando as políticas brasileiras de emprego e formação profissional, nota-se a reprodução das recomendações internacionais, em especial da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O ano de 2015 inicia com a importância de encerrar um ciclo de políticas e orientações na busca global do Trabalho Decente⁴⁷, conforme será exposto nas próximas páginas. Nesse período de execução de agendas estratégicas houve avanços, porém é inegável o aumento da precarização e a insegurança do trabalho, mais identificada

⁴⁷ A OIT (2008) defende que o conceito de Trabalho Decente “está embasado em quatro pilares: a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil e eliminação de todas as formas de discriminação); b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; e d) diálogo social” (CEPAL, PNUD, OIT, 2008, p. 12). De acordo com a Organização, a compreensão deste conceito deve levar em consideração um “elemento central e transversal” que é “a igualdade de oportunidades e de tratamento e o combate a todas as formas de discriminação — de gênero, raça/cor, etnia, idade, orientação sexual, contra pessoas com deficiência, vivendo com HIV e Aids etc.” (CEPAL, PNUD, OIT, 2008, p. 12).

em regiões onde há uma maior produtividade e contemporaneamente aumento das desigualdades sociais.

A análise sobre o documento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que projeta o trabalho decente para as Américas entre os anos de 2006 e 2015, percebe um incentivo ao crescimento da região das Américas por meio da produtividade focada no trabalhador, como é possível ver no item “Contexto geral e tendências socioeconômicas e do trabalho nas Américas”.

O produto por trabalhador – ou produtividade do trabalho – é um elemento central para o progresso econômico e social, como assinalou um relatório recente da OIT, pois é um mecanismo de transmissão importante entre o mundo da produção e o mercado de trabalho (OIT, 2006, p. 1).

De acordo com a OIT (2006), o desenvolvimento dos países americanos é medido conforme a capacidade de produção por trabalhador. Contudo, ao serem notadas taxas de aumento do desemprego e do emprego informal, tem-se como justificativa a rigidez dos contratos de trabalho e determinadas leis trabalhistas.

A justificativa para esses processos era que todas essas instituições do mundo do trabalho constituíam uma forma de rigidez que devia ser eliminada para possibilitar a criação de emprego formal. No entanto, depois de uma década, a experiência de vários países mostra que, apesar dessas reformas, em lugar do aumento do emprego formal, o que se produziu foi um incremento do desemprego e da informalidade, acentuando-se ainda a precarização dos empregos, associada à insegurança das remunerações, à menor proteção social, à maior rotatividade da força de trabalho etc. Argumentou-se que os maus resultados se deviam ao fato de as reformas não terem sido completadas, ficando na metade do caminho. No entanto, não dispomos de qualquer evidência de que uma dose maior de reformas desse tipo traria melhorias a essa situação. Pelo contrário, a experiência recente faz pensar que mais reformas talvez a piorasse ainda mais (OIT, 2006, p. 3).

No decorrer do documento, pontua-se a insatisfação populacional com os respectivos governos de seus países e certa aversão à democracia, haja vista que não têm garantido serviços sociais e, principalmente, entrada no mercado de trabalho.

O mercado de trabalho é o espaço em que as pessoas não só obtêm uma renda para sua subsistência, como também onde encontram os meios para sua realização pessoal e integração à sociedade. Se o mercado de trabalho não proporciona essa possibilidade de realização, gera-se uma insatisfação, que se inicia no plano do trabalho, mas rapidamente se estende a outros planos da vida em sociedade (OIT, 2006, p. 4).

Tendo em vista a realidade dos países da América Latina e Caribe, objetivos e metas são estipuladas até 2015. Dentre elas, ao se falar sobre os objetivos para formação profissional, o relatório demonstra preocupação no acompanhamento dessa educação

conforme as modificações do mundo do trabalho, para atender as necessidades dinâmicas de competitividade e produtividade, em especial para os “grupos vulneráveis” (OIT, 2006, p. 65).

Espera-se, para tanto, uma valorização das instituições que regulam todo o processo de formação profissional, como o Ministério do Trabalho, a fim de encontrar novas formas de formulação, gestão e implementação para financiamento dessas políticas. Indicam ainda um reforço e maior cooperação entre os serviços públicos e privados de emprego a fim de que a concorrência não esteja acima na intermediação de mão de obra. O objetivo é estabilizar esses espaços para “que assegurem o investimento e a acumulação em questões tais como estratégias de focalização, detecção de demandas de qualificação, inovação pedagógica ou formação de formadores, entre outras” (OIT, 2006, p. 66).

Destacam-se também as orientações para os serviços de emprego dos países dessa região quanto o acesso ao emprego via relações pessoais. De acordo com o relatório, isso contribui para o afunilamento e restringe a destinação de vagas, comprometendo principalmente aqueles mais vulneráveis no acesso a empregos de maiores rendimentos. Esse é o caso, por exemplo, das mulheres.

Sobre o Brasil, apesar de o relatório demonstrar obediência do país em determinados aspectos, também ressalta uma característica específica, qual seja a contradição entre o aumento do emprego formal e a destinação dessas vagas especialmente para trabalhadores com menor escolaridade, o que significa a ausência de profissionais mais especializados.

Noutro documento intitulado “Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente”, elaborado em conjunto pelas organizações OIT, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), apontam-se resultados e proposições para impactos do mundo do trabalho. Revelando os riscos e os avanços do Brasil e seu histórico recente no processo de globalização, almejam a conquista de trabalho decente, assim o definindo:

Trabalho decente é um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, e que garanta uma vida digna a todas as pessoas que vivem do trabalho e a suas famílias. Permite satisfazer às necessidades pessoais e familiares de alimentação, educação, moradia, saúde e segurança.

Também pode ser entendido como emprego de qualidade, seguro e saudável, que respeite os direitos fundamentais do trabalho, garanta proteção social quando não pode ser exercido (desemprego, doença, acidentes, entre outros) e assegure uma renda para a aposentadoria. Por seu caráter multidimensional, também engloba o direito à representação e à participação no diálogo social. Em todos os lugares, e

para todas as pessoas, o trabalho decente diz respeito à dignidade humana (CEPAL, PNUD, OIT, 2008, p. 12).

Tais organizações avaliam como o Brasil vem adotando as medidas para cumprir os objetivos e metas. Reconhecem o agravamento das relações de trabalho, um maior investimento de recursos para o trabalho, mas destacam a necessidade de maior intervenção estatal nas políticas que envolvem a construção de um trabalho decente. E, diante disso, propõe um incentivo a maior produtividade, ao investimento na empregabilidade do trabalhador.

a) a geração de postos de trabalho foi insuficiente, mesmo com o menor crescimento da população economicamente ativa; b) o crescimento mais acelerado da produtividade da mão-de-obra restringiu-se a um grupo de setores produtivos; nos demais, houve pequena expansão ou estabilidade, o que indica que em parte das ocupações a modernização esteve associada à informalidade do trabalho; c) houve proliferação de empregos temporários e sem contrato, aumento da população ocupada sem acesso à seguridade social, flexibilização das condições para o término dos contratos de trabalho, redução de indenizações por demissão e limitações ao direito de greve; d) o desemprego e a informalidade aumentaram; e) os rendimentos do trabalho se deterioraram em um número significativo de países; f) o setor terciário ganhou peso no emprego. Em contrapartida, o gasto público na área social aumentou de maneira generalizada na década de 90 — tanto em valores absolutos quanto em proporção ao total dos gastos públicos — em parte para atuar sobre as dificuldades causadas pelo lento crescimento econômico e pelas transformações do mercado de trabalho. Assim, ao mesmo tempo em que o Estado se retraía de sua função de promotor da atividade produtiva, reconhecia, por meio da maior despesa social per capita, a necessidade de adotar políticas públicas para reduzir a pobreza e promover bem-estar social, respondendo a demandas explicitadas pela reconstrução democrática (CEPAL, PNUD, OIT, 2008, p. 11).

O limite das discussões sobre trabalho recente para as organizações que elaboraram o documento gira em torno da geração de “empregos de qualidade, com proteção social e respeito aos direitos do trabalho, e que permita às pessoas serem partes integrais da sociedade” (CEPAL, PNUD, OIT, 2008, p. 12). Para a CEPAL, PNUD e OIT (2008), o emprego de qualidade seria a formalização dos empregos. Nesse sentido, sugerem que a competitividade deve contribuir para o trabalho decente na medida em que o equilíbrio e a articulação entre a política econômica e política social forem exercitados, pois o

conjunto das políticas públicas deve assegurar que todas as pessoas tenham acesso equitativo ao mercado de trabalho, o que supõe enfrentar as segmentações, desigualdades e discriminações que impedem que parcela da população se incorpore adequadamente à atividade econômica e desenvolva seu potencial produtivo (CEPAL, PNUD, OIT, 2008, p. 12).

A ideia acima apontada também tem fundamento na teoria do desenvolvimento humano⁴⁸, na qual se divulga a ampliação de capacidades e escolhas individuais, através do gozo de direitos como a educação, a uma renda, saúde, democracia, que lhes proporcionem melhor qualidade de vida.

Ainda de acordo com o documento, a globalização é positiva no sentido de proporcionar mais fluxos de investimentos e criação de blocos econômicos que incentivam a economia e favorecem o crescimento dos países, com a liberalização do comércio internacional. E, em casos como o Brasil, a exportação sendo maior que a importação significa maior geração de postos de trabalho, mesmo que isso implique a geração de custos (por exemplo, em virtude da estabilização de preços).

Contudo, reconhece também que tal liberalização do comércio internacional cria e destrói postos de trabalho, de acordo com a instalação ou retirada de empresas em determinadas localidades; além do impacto na força de trabalho com o incentivo a competitividade em países de grande número de mão de obra e fracas leis trabalhistas, o que vai gerar a redução de salários. Além de destacar um alto nível de informalidade atenuado pela discriminação racial e de gênero, expulsão dos jovens no mercado de trabalho no país.

Mesmo ao falar da abertura do comércio e reconhecer o assolamento dos trabalhadores com menos qualificação (ou ainda os não empregáveis), o documento ressalta a importância da criação de novas categorias profissionais e cargos de maior qualificação. Entretanto não cita as condições para a existência de trabalhadores não empregáveis.

A abertura comercial pode estimular a demanda por mão-de-obra qualificada, em detrimento daquela com menor qualificação, e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade do emprego em alguns segmentos produtivos e aumentar a heterogeneidade do mercado de trabalho e da estrutura produtiva. A expansão do comércio internacional também cria possibilidades de ganhos de eficiência, se houver especialização nas áreas comparativamente mais vantajosas — o que pode, a longo prazo, beneficiar o nível de emprego global (CEPAL, PNUD, OIT, 2008, p. 102).

Concernente à procura de força de trabalho mais qualificada para dar conta das inovações tecnológicas, a CEPAL, PNUD e OIT (2008) acreditam que isso não implicou

⁴⁸ Apesar de já ter sido explanado anteriormente o significado do discurso de capital humano conforme Ugá (2004), é importante complementar e destacar com pensamento de Frigotto (1998; 2010) para uma apreensão crítica acerca da concepção da teoria do desenvolvimento humano ou teoria do capital humano, como chama o autor, o que conduz o processo de socialização, principalmente através da educação escolar e profissional, à modelagem de uma força de trabalho adequada e funcional ao mundo do trabalho e da produção.

muito na perda de postos de trabalho, pois houve a substituição e surgimento de novas qualificações. De acordo com as organizações,

o impacto das inovações sobre o emprego consiste mais em mudança na demanda por qualificações do que num crescimento sem emprego. As novas tecnologias destroem certas ocupações, mas criam novas ou estimulam a demanda por qualificações melhores e/ou diferentes (OIT, PNUD, CEPAL, 2008, p. 103).

Não obstante, recentemente a OIT (2010) também publicou um documento acerca da temática “emprego” no Brasil. A partir de uma visão fundamentalmente econômica expressa, logo na introdução, a ineficiência do poder público sobre o mercado de trabalho, seja na rotatividade, seja no poder de compra dos trabalhadores. Reconhece que a acumulação de capital tem sido apoiada pelos aparatos estatais e provocado o aumento da concentração de renda e das desigualdades.

Destaca-se, então, a relação entre a distribuição de renda desigual e concentrada e a pouca estruturação do mercado de trabalho que se manifesta, de um lado, na débil predominância do trabalho assalariado expressa na elevada participação do trabalho por conta própria na absorção da população ativa e, de outro, na extrema desorganização tanto do trabalho assalariado quanto do trabalho por conta própria. A desorganização do trabalho por conta própria se manifesta basicamente na elevada instabilidade da maioria dos negócios que permitem que uma parcela substancial da população ativa possa subsistir sem ser obrigada a vender a força de trabalho. Já a desorganização do trabalho assalariado se expressa fundamentalmente, de um lado, na alta frequência em que os contratos de trabalho não respeitam a legislação trabalhista existente e, de outro, na extrema instabilidade dos vínculos de emprego, mesmo quando respeitam as leis do trabalho (OIT, 2010, p. 7).

Mostra ainda o aumento dos contratos de trabalho no mercado formal, mas instáveis e com baixos salários que, em geral, estão pouco acima do salário mínimo estabelecido. A OIT (2010) complementa apontando o aumento da discriminação em especial para negros e mulheres, sendo estes os mais afetados nessa tendência acima descrita.

De acordo com o texto, existem alguns pontos principais nessa alavancada de empregos formais (mesmo com os impactos já revelados) a partir de 1990 e especialmente no início deste século. São eles: a) a elevação de impostos e contribuições sociais, para sustentar a política conservadora liberal de investimentos em superávit primário, estimulou que empreendimentos se formalizassem, assim como os contratos de trabalho; b) o atendimento da demanda doméstica de crédito foi recuperado; c) o crescimento do superávit de comércio com outros países que potencializou o crescimento de grandes empresas, maiores responsáveis na contratação formal de trabalho; d) os impostos e

contribuições sobre micro e pequenas empresas foram simplificados; e) aumento na fiscalização pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Acerca do crescimento da formalização das contratações de trabalho, o documento a entende como conquista porque significa que também as empresas estão na formalidade. E, sobre o processo de terceirização, descreve como ampliação de pequenas empresas prestadoras de serviços. Nesse processo, o texto discute especialmente sobre o incentivo às políticas de emprego e o papel do Estado.

O apoio do poder público ao empregado com vínculo formalizado reside fundamentalmente em procurar reduzir a instabilidade dos empregos, criar as condições para desenvolver a organização e a contratação coletiva do trabalho, além de elevar os padrões mínimos de trabalho e remuneração exigidos pelas leis do trabalho, passo a passo com o progresso da economia. Além disso, é possível melhorar o funcionamento do mercado de trabalho organizando a informação sobre vagas e candidatos, estruturando a intermediação, facilitando a reciclagem e proporcionando apoio pecuniário aos desempregados em trânsito entre diferentes empregos. Já o apoio do poder público ao empregado sem vínculo formalizado é fundamentalmente tornar mais estrita a fiscalização para impedir o descumprimento das leis. Finalmente, o apoio do poder público aos que estão fora do mercado de trabalho exige a distinção, nem sempre trivial, entre o que é simples estratégia de sobrevivência e o que já é uma pequena empresa (OIT, 2010, p. 25).

Mais a frente, complementa:

A interferência do poder público para promover o desenvolvimento da economia vai desde uma articulação das políticas monetária, cambial e fiscal, de modo compatível com um crescimento vigoroso da produção, passa por ações de apoio e promoção de setores estratégicos da economia e podem chegar a envolver a própria produção estatal de bens e proteção pública de serviços. A natureza da interferência do poder público necessária para garantir a qualidade dos empregos gerados, que também é fundamental para que o progresso da economia resulte em verdadeiro avanço do social, depende das características atuais e tendências recentes do mercado de trabalho no Brasil (OIT, 2010, p. 27).

Em outro documento mais recente, a OIT concebe o Trabalho Decente como

[...] ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT (o respeito aos direitos no trabalho, a promoção do emprego, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social), e condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável (OIT, 2012, p. 9).

Apontando dados mais atualizados sobre o mercado de trabalho no Brasil, revela algumas características persistentes mesmo após seis anos da publicação da agenda hemisférica estratégica. Na questão de gênero, por exemplo, mesmo com a crescente participação de mulheres, o documento coloca que a presença feminina no mercado de trabalho é inferior à masculina, além de uma menor remuneração, devido a uma tradicional

e cultural divisão sexual do trabalho. No Brasil, em 2009, “do contingente total de 23,1 milhões de mulheres definidas como ‘inativas’, entre 16 e 64 anos de idade, cerca de 92,0% (21,2 milhões de pessoas) realizavam afazeres domésticos” (OIT, 2012, p. 62), mas não era considerada inserida no mercado. E complementa ainda que esta “invisibilidade do trabalho feminino fica ainda mais evidente ao se constatar que as mulheres brasileiras ‘inativas’ economicamente dedicavam em média 33,3 horas semanais de trabalho com os afazeres domésticos” (OIT, 2012, p. 62)⁴⁹.

Analisando, porém, o mercado de trabalho paraense, descobre-se que houve uma queda da população empregada, entre 16 a 64 anos. Isso inclui a categorização entre homens e mulheres, brancos e negros, e diferencia a unidade da federação como uma das poucas do Brasil onde houve menor decréscimo do desemprego, além de ter também o menor decréscimo na região Norte.

Já em 2010, as mulheres ocuparam mais cargos em micro e pequenas empresas (37,5%), que nas médias e grandes empresas (30,8%). Levando em consideração que em geral estas são as maiores responsáveis na formalização de contratos e asseguram mais direitos trabalhistas em relação aos estabelecimentos de menor porte, a estatística indica um possível reforço no teor de precarização vivenciado mais pelas mulheres em relação aos homens (que ocupam 62,5% dos cargos nas micro e pequenas empresas e 69,2% dos cargos nas médias e grandes empresas). Esta hipótese ganha maior argumentação quando o mesmo documento mostra que as mulheres recebem nas micro e pequenas empresas R\$ 231 a menos que os homens nos mesmos estabelecimentos, e R\$ 420 a menos em comparação às mulheres empregadas nas médias e grandes empresas. Sendo que nas médias e grandes empresas as mulheres também recebem menos que os homens (- R\$ 591)⁵⁰.

Ainda sobre a absorção de cargos nos estabelecimentos, observa-se que micro e pequenas também empresas são, no mesmo período, as principais na contratação de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos (47,4%), enquanto que nas médias e grandes empresas somente 40,6% foram contratados.

Diante do exposto, a análise desses documentos, com base na linha teórica adotada nesta investigação e na própria análise da empiria, percebe contradição entre a crítica e o

⁴⁹ Esses dados se tornam ainda mais interessantes quando comparados à realidade encontrada no município de Parauapebas, em que há compatibilidade com o perfil das mulheres trabalhadoras como será exposto no último capítulo.

⁵⁰ Essas informações são analisadas e relacionadas no próximo capítulo nos comentários que introduzem a Tabela 2.

apontamento de consequências recentes das alterações organizativas do mundo do trabalho, e ao mesmo tempo, aponta sugestões que, na realidade, têm aprofundado essa realidade tão criticada. Por exemplo, o incentivo a maior produtividade, ao investimento na empregabilidade do trabalhador.

Observa-se, no discurso dos documentos, o atrelamento do combate ao desemprego voltado principalmente ao aumento da produtividade, com a aceleração de produtos por mão de obra. Ao ser discutido o trabalho decente há um forte vínculo econômico que divulga a existência de emprego de qualidade para todos juntamente com a elevação de níveis de produtividade e competitividade existente entre os setores de produção e, conseqüentemente, um aumento no nível econômico.

Enfim, percebe-se em vários pontos dos documentos um *mix* que expressa de forma clara a tensão entre capital e trabalho, pois conforme objetivos da agenda hemisférica, o objetivo está sendo também acompanhar como o trabalho decente está sendo realizado e pode ser melhorado no Brasil. Todavia, a leitura também mostra um reforço (ideológico) à produtividade e, conseqüentemente, acúmulo de riquezas que, necessariamente neste modo de produção, é concentrada a poucos. Vale ressaltar ainda a defesa de grandes empresas por parte das organizações, colocando-as como responsáveis na diminuição da informalidade, da contratação de mão de obra e maior proteção social⁵¹.

3.2. A figura do precariado no processo de precarização do trabalho.

A análise dos documentos acima não pode ser deslocada de um conteúdo teórico que possibilite uma visão crítica e aprofundada acerca da temática, a fim de visualizar quais os discursos e fundamentos ideológicos sobre causas do desemprego. Assim sendo, a partir de uma concepção crítico-dialética, busca-se revelar, apesar de significativos avanços, as contradições nas orientações que reforçam ainda mais a lógica do mercado.

Tendo em vista que os sujeitos da pesquisa ora apresentada se aproximam de um conceito de precariado⁵² na tentativa de localizar e definir os trabalhadores na atualidade

⁵¹ Por exemplo, podem ser citados títulos do documento elaborado pela CEPAL, PNUD e OIT (2008) que contrastam conforme a linha teórica adotada para análise. Um deles é intitulado “Ampliar a proteção social e conciliar seguridade com competitividade” (OIT, PNUD, CEPAL, 2008, p. 115), relacionando, pois, desenvolvimento social e econômico. Por esses e outros motivos destacados, as organizações defendem que “há uma relação entre trabalho decente e desenvolvimento humano” (OIT, PNUD, CEPAL, 2008, p. 117) no Brasil. Mas empiricamente e teoricamente não está sendo assim a realidade.

⁵² Importa sinalizar que, apesar de não haver um consenso na definição de um conceito de precariado na atualidade, utilizam-se alguns teóricos que propõe fazer tal exercício de conceituação, mesmo que não apresentem consenso entre si. Nesse sentido, apesar deste trabalho apresentar determinadas questões

diante do processo que os originou, qual seja a precarização. Inicia-se, desta forma, com a discussão teórica sobre tal processo, a qual será discutida por diversos autores do pensamento crítico no decorrer dos capítulos com seus diversos aspectos, principalmente aqueles que mais se destacaram na investigação.

Sobre a precariedade e a precarização do trabalho, Alves (2007) assume que em países periféricos como o Brasil, ambas se tornam agravantes quando somadas às dimensões complexas históricas oriundas do período colonial e a inserção do país ao novo sócio-metabolismo em época de capital financeiro. Nesse quadro, o autor entende a necessidade de distinguir as concepções entre “precarização” e “precariedade”, apresentando também as suas determinações: histórico-ontológico, sócio-institucional e histórico-genética.

Para Alves (2007) os processos de precarização do trabalho vivo e as formas históricas da precariedade social são inerentes ao capitalismo, em que “a expansão do modo de reprodução sócio-metabólica do capital significou a constituição ampliada de uma *superpopulação relativa*, totalmente à mercê da lógica do mercado” (ALVES, 2007, p. 112). Ao forçar que indivíduos sociais vendessem sua própria força de trabalho como forma de sobrevivência para se tornarem proletários, associada às formas de difusão de padrões civilizatórios típicas do capitalismo,

o capital como *relação social* tornou-se agente da *racionalização do mundo*, aparecendo como um processo social contraditório cujo cerne essencial caracterizou-se por um lado, pela constituição do *processo de precarização* como forma de desenvolvimento civilizatório e por outro lado, pela instauração da *precariedade social* como “condição humana” (ALVES, 2007, p. 112).

É nesse sentido que a condição histórico-ontológica da precariedade se baseia na concepção e utilização da força de trabalho como mercadoria. No que se refere ao conceito de precarização, o autor o apreende como fator processual e consequente da condição sócio-histórica da *precariedade*. Noutras palavras, defende que se “a precariedade é uma *condição*, a precarização é um *processo* que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho” (ALVES, 2007, p. 114).

pontuadas por autores como Castel (2008), Standing (2014) e Braga (2012) sobre a conceituação do precariado, entende-se que entre eles e as discussões apontadas por Antunes (2009) e Druck (2011) sobre a precarização do trabalho não são excludentes, mas complementares, pois apesar destes últimos autores não assumirem o conceito de precariado, tentam localizar ele na classe trabalhadora como exercício de fazer uma tipologia dos trabalhadores. Da mesma forma, sinaliza-se a contribuição de Alves (2007) acerca da conceituação de precarização e precariedade.

Dessa forma, a precarização é fator de consequência da condição ontológica da precariedade posta na venda da força de trabalho. Por isso, mesmo quando acontecem modificações no mundo do trabalho que representem a conquista de direitos sociais e políticos dos trabalhadores enquanto classe, não significa necessariamente que o estigma da condição estrutural de precariedade do trabalho vivo foi abolido⁵³. Isso porque o conteúdo da sociedade permanece fundamentado no modo capitalista de ser.

Destarte, o processo de precarização representa a diluição dos direitos conquistados especialmente no decorrer do século XX e indica, de forma clara, o caráter ontológico da precariedade. Segundo o autor, a “*precarização* possui um sentido de *perda de direitos* acumulados o decorrer de anos pelas mais diversas categorias de assalariados” (ALVES, 2007, p. 114), representando a “síntese concreta” do conflito entre capital e trabalho. E continua:

A precarização é um processo social de conteúdo histórico-político concreto, de natureza complexa, desigual e combinada, que atinge o mundo do trabalho, principalmente setores mais organizados da classe do proletariado. É difícil falarmos de precarização de trabalhadores proletários que sempre viveram à margem da seguridade social e da legislação previdenciário-trabalhista. A precarização possui um significado concreto: ela atinge o núcleo organizado do mundo do trabalho que conseguiu instituir, a partir da luta política e social de classe, alguma forma de controle sobre suas condições de existência através de mediações jurídico-políticas. Ela atinge, portanto, a base social e política do movimento socialista que se constituiu no século XX. A precarização atinge os proletários sujeitos de direitos e que hoje são vítimas da “flexibilização do trabalho”, sendo usurpados pelo poder das coisas ou pelas leis de mercado.

A precarização é um atributo modal da precariedade. É uma forma de ser sócio-histórica da condição ontológica da força de trabalho como mercadoria. Enquanto existir precariedade haverá possibilidade objetiva de precarização que pode assumir dimensões objetivas e subjetivas. A precarização não apenas desvela uma condição ontológica da força de trabalho como mercadoria, mas explicita novos modos de alienação/estranhamento e fetichismo da mercadoria no mundo social do capital. (ALVES, 2007, p. 115).

Enquanto resultado da precariedade e representando o estranhamento do trabalho, a precarização assume também formas no decorrer do amadurecimento da sociedade capitalista, revelando seu conteúdo sócio-histórico: ambas, precariedade e precarização surgem com o advento do trabalho assalariado, com destaque ao contexto da Europa Ocidental urbano-industrial; todavia se modificam no curso da história. Por exemplo, as formas objetivas e subjetivas das organizações de classe de trabalhadores proletários não

⁵³ O autor se refere, sobretudo, às perspectivas do reformismo socialdemocrata, como as experiências de Estado-providência.

são as mesmas durante os três séculos anteriores ao século XX⁵⁴, e este, por sua vez, também apresenta formas particulares de representação da luta de classes entre burguesia e o crescente número de trabalhadores. E, a classe que vive de venda de sua força de trabalho se apresenta em sua multiplicidade e não de forma homogênea.

Se em um primeiro momento assistia-se a organização em massa de trabalhadores através de instituições representativas de classe de caráter revolucionário ou não diante das precárias condições de trabalho e praticamente inexistência de proteção social, no início do século XX se propaga, como resultado dessa organização, a conquista de determinados direitos sociais com maior ou menor amparo do Estado, mesmo que não tenha abrangido o mundo do trabalho em sua totalidade. A não abrangência dos direitos sociais do mundo do trabalho como um todo representou, nos primeiros momentos do século XX “uma onda longa de precarização social que anuncia a constituição de uma nova precariedade salarial nos países capitalistas industrializados” (ALVES, 2007, p. 119).

Da mesma forma, a partir da segunda metade do século passado ocorrem profundas modificações sociais e no mundo do trabalho que alteraram e ampliaram de forma significativa a condição de precariedade e do processo de precarização. Para Alves (2007), a atualidade do desenvolvimento do capitalismo em escala global sustentada em sua fase financeira compreende formas complexas resultados de um período de crise estrutural e de decadência histórica do capital, na qual “a precarização do trabalho em suas múltiplas dimensões é apenas um elemento residual deste sócio-metabolismo de novo tipo” (ALVES, 2007, p. 125). Isso porque a lógica do capital ultrapassa as fronteiras da indústria e invade sistematicamente as mais diferentes atividades da vida social⁵⁵.

Alves (2007) apreende como consequência súbita do atual momento a insegurança em relação ao emprego, à seguridade e previdência social e na representação política e sindical. Esses sinais da precarização expõe de forma explícita a precariedade inerente à sociedade do capital. Segundo o autor,

O processo de precarização do trabalho, que aparece sob o neologismo da *flexibilização do trabalho*, impõe-se não apenas por meio da perda de direitos e

⁵⁴ Nesse sentido, o autor assevera: “A precarização dizia respeito ao processo de proletarização que constituía, naquela época, a condição de proletariedade universal. Enfim, nos primórdios do capitalismo moderno, em sua fase pré-industrial, proletarização, precarização e precariedade do trabalho tinham a dimensão exposta, em toda sua intensidade e amplitude, de um cataclisma civilizatório. O capital nasce e se desenvolve expondo com vigor suas contradições dilacerantes” (ALVES, 2007, p. 121).

⁵⁵ Para o autor, vive-se hoje sob a lógica do capital industrial fundada em uma “sociedade de serviços”. E, por isso, assume a difusão de “um imenso contingente de trabalhadores assalariados vendedores de mercadorias e prestadores de serviços como mercadorias dos mais diversos tipos, denominados por ele de ‘proletário-mascate’” (ALVES, 2007, p. 139).

do aumento da exploração da força de trabalho, por meio do alto grau de extração de sobretabalho de contingentes operários e empregados da produção social. *A precarização do trabalho se explicita por meio através do crescente contingente de trabalhadores desempregados supérfluos à produção do capital* (ALVES, 2007, p. 126, grifos nossos).

E aqui, torna-se interessante a discussão do autor sobre os “supérfluos do sistema do capital”, onde ele apreende e reitera a funcionalidade dos mesmos à reprodução do sócio-metabolismo desta sociedade, não como forma de acumulação de valor, mas como funcionais à dinâmica própria do capitalismo. Eles não servem para baixar os salários de quem está empregado como outrora, mas para produzir o “medo” e a “subjetividade-fetichê” que conduz os trabalhadores ao consentimento da flexibilidade, esta tão importante para a reprodução da vida social e das relações sociais de produção contemporâneas⁵⁶.

A exacerbação da superpopulação relativa em seus componentes estagnados possui uma função dinâmica na ordem vigente. Isto é, a liberação de trabalhadores aparece como um contingente de miseráveis cuja única função social é constituir em suas múltiplas impressões midiáticas, *o imaginário do sócio-metabolismo da barbárie*. De certo modo, o crescimento do precário mundo do trabalho e de seus componentes estagnados nos grandes centros urbanos contribui menos para a dinâmica da acumulação de valor e mais para a dinâmica sócio-reprodutiva do consentimento simbólico da ordem do capital. Enfim, o sócio-metabolismo da barbárie, cujo *processo de precarização* constitui um de seus elementos compositivos, possui um vínculo estrutural com os consentimentos espúrios e a “captura” da subjetividade operada pelo capital nos locais de trabalho (ALVES, 2007, p. 127).

Assim sendo, o autor conduz o leitor a entender que a complexidade e profundidade da atual condição de precariedade e conseqüentemente do processo de precarização estão ligadas intrinsecamente à exacerbação do estranhamento que atinge diretamente as dimensões objetivas e subjetivas dos trabalhadores, que os individualiza e determina maior controle sócio-metabólico fazendo com que a precariedade e a precarização invadam a totalidade da vida social, não somente da força de trabalho como mercadoria. Por isso, assume que o “processo de *precarização* do século XXI é muito mais perverso do que aquele que ocorreu nos primórdios do capitalismo industrial, na medida em que ele se desenvolve numa etapa avançada do processo civilizatório em que a produtividade do trabalho social adquiriu dimensões inauditas” (ALVES, 2007, p. 131).

⁵⁶ Nas palavras do autor: “É o *medo* dos ‘novos bárbaros’ que alimenta as novas formas de consentimentos espúrios. É ela que produz a subjetividade-fetichê do sócio-metabolismo do capitalismo flexível. Antes de ser um fato histórico, a barbárie social é um construto simbólico que constitui afetos regressivos na alma humana. O medo é o maior ‘combustível’ da *indústria dos novos consentimentos espúrios* da vida social. Ela constitui a precarização da subjetividade insubmissa” (ALVES, 2007, p. 127).

Antunes (2009) resgata a compreensão ontológica do trabalho enquanto realização essencialmente humana e enquanto momento fundante de toda sociedade. Pensar o trabalho nesse sentido é entender que a vida humana não pode ser resumida a ele, do contrário, ele a aprisiona, aliena e a torna infeliz⁵⁷. O autor diz respeito ao assalariamento e alienação tal como ocorre na sociedade capitalista, em que o trabalho se torna meio e não o objetivo central. O trabalho, então,

[...] se converte em desrealização do ser social, alienação e estranhamento dos homens e mulheres que trabalham. E esse processo de alienação do trabalho não se efetiva apenas no resultado de perda do objeto, do produto do trabalho, mas também no próprio ato de produção, resultado de atividade produtiva já alienada. O que significa dizer que, sob o capitalismo, o trabalhador não se satisfaz no labor, mas se degrada; não se reconhece, mas se desumaniza no trabalho (ANTUNES, 2009, 232).

No amadurecimento da sociedade atual regulamentada pelos interesses expansivos de capital, o trabalho vai se modificando na sua organização e gestão conforme as exigências de produtividade. A tendência do caráter do trabalho é sempre na funcionalidade de sua exploração para o acúmulo de lucros. Contudo, especialmente a partir da década de 1970, com o processo de reestruturação produtiva, ele adquire complexas e contraditórias novas formas de organização e controle que o conduz a difusão global de trabalho precário⁵⁸. Na era da cibernética, a precarização tende a atingir todos os

⁵⁷ Conforme o autor, “[...] se a vida humana se resumisse exclusivamente ao *trabalho*, seria a efetivação de um esforço penoso, aprisionando o ser social em uma única de suas múltiplas dimensões. Se a vida humana necessita do trabalho humano e de seu potencial emancipador, ela deve recusar o trabalho que aliena e infelicitiza o ser social” (ANTUNES, 2009, p. 232).

⁵⁸ Nesse sentido, é interessante resgatar o trabalho das autoras Mota e Amaral (1998) que refletem sobre a nova reestruturação produtiva, inserindo-a no contexto da mundialização financeira do capital de cariz neoliberal, destacando-a como: uma resposta do capital encontrada para suas crises, por meio de uma transferência sistemática de capital para o mercado financeiro, acoplada à flexibilização do modo de organização e controle do trabalho, em um contexto de elevado padrão tecnológico. Os rebatimentos dessa reorganização estrutural na esfera pública se dão com a redução do tamanho do Estado com o corte dos gastos sociais, influenciando diretamente na concepção e materialização das políticas sociais. Como consequência, a reestruturação das formas de organização e controle do trabalho se modifica e impõe mecanismos de ampliação da taxa de exploração afetando radicalmente a organização dos processos de trabalho, expandindo a terceirização, a informalidade, a destruição de postos de trabalho, fragilidade dos poderes de regulação do Estado. Sobre isso, Iamamoto (2008) complementa ao pontuar outras tendências: novas políticas de gestão; enxugamento da força de trabalho; intensificação do trabalho e aumento da jornada sem correspondente aumento dos salários, através do trabalhador polivalente, que concentra diversas atividades em um só indivíduo; estímulo à competição entre os trabalhadores, que dificulta a organização sindical; convites à participação na garantia das metas empresariais; ampliação do trabalho precário, temporário, subcontratado, e ampla regressão dos direitos; flexibilização das formas de remuneração. Apesar de não ser o objeto de estudo na sua obra, Mota (2009), ao discorrer brevemente sobre as consequências da reestruturação produtiva no âmbito do trabalho, complementa: a reedição de antigas formas de trabalho (como o por peça, em domicílio); a instituição de novos processos de trabalho (envolvendo altas tecnologias, superespecialização e precarização absoluta); a redefinição da divisão internacional do trabalho (onde os países ricos transferem o trabalho sujo e precário para os países periféricos do capitalismo).

contingentes de trabalhadores e ela se manifesta de diversas formas, seja através do empreendedorismo, cooperativismo, do trabalho voluntário, e, ao invés de serem iniciativas de organizações de trabalhadores, passam a ser incentivados pelas empresas em prol de suas respectivas necessidades e interesses.

A nova condição de trabalho está sempre perdendo mais direitos e garantias sociais. Tudo se converte em precariedade, sem qualquer garantia de continuidade. O trabalhador precarizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre ocupação e não ocupação e também em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Flexibilização, desregulação da relação de trabalho, ausência de direitos. Aqui a flexibilização não é riqueza. A flexibilização, por parte do contratante mais frágil, a força de trabalho, é um fator de risco e a ausência de garantias aumenta essa debilidade. Nessa guerra de desgaste, a força de trabalho é deixada completamente descoberta, seja em relação ao próprio trabalho atual, para o qual não possui garantias, seja em relação ao futuro, seja em relação à renda, já que ninguém o assegura nos momentos de não ocupação (VASAPOLLO, 2005, p. 10 apud ANTUNES, 2009, p.234).

Em outras palavras, a flexibilização proporciona às empresas a flexibilidade para escolherem como gerir suas mercadorias, sejam elas a própria produção ou a força de trabalho. E tudo está interligado, pois, se ela proporciona maiores rendimentos e expansividade empresarial, significa que o trabalho está sendo cada vez mais precarizado, diante da complexidade e desproporcionalidade existente entre capital e trabalho.

Essa flexibilidade modifica também a própria configuração do trabalho, pois há uma multiplicação das atividades salariais, fazendo com que emerge, segundo Antunes (2009) a *classe-que-vive-do-trabalho*, composta por todos aqueles (homens e mulheres) que vendem sua força de trabalho sem serem os donos de seus meios de produção. Para o autor, surgem nessas modificações características e tendências particulares da atual configuração do trabalho: aumento da instabilidade no trabalho; terceirização, subcontratação; aumento do número de mulheres no mercado de trabalho, porém com baixas remunerações em relação aos homens; inchaço de trabalhadores no setor de serviços; exclusão dos jovens do mercado de trabalho e inclusão deles no desemprego estrutural e característico da sociedade capitalista; exclusão de trabalhadores com idade próxima aos quarenta anos, os quais, uma vez desempregados, dificilmente conseguem se inserir em nova atividade; aumento de trabalho infantil; crescimento de instituições do terceiro setor, como as ONG's; crescimento do trabalho a domicílio, que atrelado ao trabalho doméstico, aprofunda a exploração do trabalho feminino.

Levando em consideração as diversas formas de organização e controle do trabalho existente no decorrer do amadurecimento da sociedade capitalista, Druck (2011) concebe a

precarização social do trabalho numa relação de continuidade entre o velho e o novo, que se metamorfoseia e ao mesmo tempo não abandona o seu conteúdo. Dessa forma, a autora apresenta como este processo se configura enquanto estratégia de dominação do capital, especialmente nesta fase de financeirização da economia de cunho neoliberal e aspectos flexíveis de acumulação, que desencadeou profundas modificações reestruturantes da produção e do trabalho a partir da década de 1970.

O conteúdo da precarização e flexibilização é permeado, sobretudo pelas características efêmeras, voláteis e descartáveis seja da produção, seja do produtor (nesse caso a força de trabalho de homens e mulheres), diante das velocidades sempre maiores e intensas em que coisas (mercadorias) são produzidas. Nota-se também aqui, a continuidade de um processo similar em outras fases do capitalismo com novas formas de conduzir e gerir o trabalho.

Em cada fase, o intuito é sempre a expansão do lucro através de diversificadas formas de exploração do trabalho. Contudo, é na atual etapa que ela se torna cada vez mais intensa através do alto desenvolvimento tecnológico. Como consequência, também o desemprego e diversas formas precárias de trabalho se aglomeram⁵⁹.

Nesta era [...], o capital leva até as últimas consequências o fim único de fazer mais dinheiro do dinheiro, não mais tendo como meio principal a produção em massa de mercadorias, mas sim a especulação financeira, pautada na volatilidade, na efemeridade, no curtíssimo prazo, sem estabelecer laços ou vínculos com lugar nenhum, sem compromissos de nenhum tipo a não ser com o jogo do mercado (financeiro em primeiro lugar), pautado numa desmedida concorrência internacional que não aceita qualquer tipo de regulação (DRUCK, 2011, p. 43).

Fica exposta a escolha forçada entre ter qualquer emprego ou não ter nenhum, diante de uma brutal concorrência que empurra a força de trabalho à submissão dos ditames capitalistas.

O fetiche do mercado que se desdobra em diferentes expressões, a exemplo do fetiche da flexibilização, isto é, de sua autonomização frente aos homens em suas relações sociais e de trabalho, como uma inversão entre sujeito e objeto. E a flexibilização passa a determinar o comportamento dos sujeitos como uma força exterior e natural, sem que eles – os sujeitos – sejam capazes de reagir e reassumir o controle sobre os processos sociais (DRUCK, 2011, p. 44).

⁵⁹ É importante destacar aqui a compreensão de Paulani (2010) que reconhece os direitos trabalhistas como uma forma de integração dos trabalhadores a esta sociedade, diante de uma “política econômica hiperortodoxa que penaliza com o desemprego a classe que, em princípio, está exercendo moral e intelectualmente a liderança” (PAULANI, 2010, p. 128).

Nesse sentido, importa destacar os tipos de precarização do trabalho conforme a autora: a) vulnerabilidade estrutural na inserção do mercado de trabalho que produz mais desigualdades sociais; b) intensificação do trabalho, com metas inalcançáveis e a formação de um perfil de trabalhador polivalente, e do processo de terceirização, que estimula maior produtividade; c) péssimas condições de saúde e insegurança no trabalho, pois, na realidade a preocupação das empresas é como isso pode implicar na produção; d) o não reconhecimento dos trabalhadores enquanto classe ou como um coletivo, e, da mesma forma, uma perda de identidade individual; e) consequente fragilização das organizações e representações de trabalhadores; f) e perdas de direitos trabalhistas.

A partir do pensamento dos autores, percebe-se a recorrência aos trabalhadores enquanto classe, os quais, submetidos ao atual processo de precarização social do trabalho, apresentam formas diferenciadas da sua condição de exploração em relação a outros períodos históricos. Isso significa dizer que a análise da *classe-que-vive-do-trabalho*, tal como afirma Antunes (2009), precisa acompanhar a dinamicidade e tendência contemporânea da forma de organização e controle do trabalho que modifica (sem, contudo, abandonar a essência da exploração do trabalho) o modo como essa classe se porta diante da hegemonia burguesa e entre a própria categoria, através dos rebatimentos das ideias flexíveis em tempos de capital financeiro.

Por esse motivo, recorre-se a autores que se dedicaram a acompanhar a tendência de modificação dos trabalhadores nesse processo, especialmente em relação ao conjunto de trabalhadores compreendidos enquanto população excedente ou exército reserva de mão de obra, situados na condição de desemprego⁶⁰. Apesar de apresentarem conceitos divergentes para expor a apreensão sobre a atual configuração dos trabalhadores, os autores permitem (re)significar a formação do precariado, conceito que ainda não apresenta uma definição precisa, mas que permite e compreende até o momento expor o contingente de força de trabalho imerso no processo de precarização social do trabalho.

É nesse sentido que Castel (2008) utiliza o conceito de supranumerários, entendendo-o como resultado específico do processo de precarização modificado e intensificado a partir da década de 1970. A concepção do autor é interessante para compreender a discussão sobre o precariado na medida em que traduz as questões da

⁶⁰ Utilizam-se esses termos para fazer referência a definição de Marx (2010) acerca do “exército industrial de reserva”.

realidade efetiva apresentada neste trabalho, apesar de não concordar integralmente com sua análise.

Os supranumerários são os considerados inúteis para o mundo e compõem os trabalhadores assalariados mais qualificados e mais estáveis e os menos qualificados e em situação contínua de precariedade. Em outras palavras, são resultado da precarização que, conforme Castel (2008) concebe o emprego e o desemprego em uma época que exige maior produtividade e competitividade diante da atual modernização. O processo de precarização desestabiliza o mundo do trabalho e é processo central no capitalismo. Assim como descrito em Druck (2011), para o autor é um processo que se constitui vinculado à divulgação da flexibilidade sempre no intuito de ajustar o trabalhador moderno às atuais necessidades do mercado.

[...] o desemprego não é uma bolha que se formou nas relações de trabalho e que poderia ser reabsorvido, começa a tornar-se claro que a precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual de modernização. São as consequências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade que efetivamente, fazem sombra para muita gente (CASTEL, 2008, p. 516).

Por conta disso, e levando em consideração que as empresas mais competitivas são as mais excludentes, a empresa moderna é fortemente capaz de vulnerabilizar e de excluir, já que a constante exigência de qualificações adequadas às transformações tecnológicas tende a ser o principal meio de seletividade de trabalhadores. Isso os atinge em todas as faixas etárias, mas principalmente, jovens, mulheres e trabalhadores com idade acima de 55 anos. Ao se reportar aos jovens, o autor comenta que “elevando o nível das qualificações exigidas para a admissão, ela desmonetariza uma força de trabalho antes mesmo que tenha começado a servir” (CASTEL, 2008, p. 519).

Assim, mesmo aqueles que possuem maior formação profissional começam a não conseguir ocupar cargos relacionados à sua qualificação. Eles acabam sendo realocados pelas empresas em funções e atividades mais precárias e, dessa forma, ocupam cargos daqueles que possuem baixas ou não possuem qualificações, como uma reação em cadeia. Nesse sentido, Castel (2008) advoga uma tese contrária à visão otimista da crise que, leva muitos autores a pensar que ao melhorar e multiplicar as qualificações seria possível à empregabilidade. Noutras palavras, chama a atenção que é ilusão pensar que somente um aumento de escolaridade garanta uma vaga no mercado de trabalho. Como diz o autor,

A corrida à qualificação pode produzir efeitos propriamente perversos. Se a admissão é dirigida preferencialmente para os superqualificados, os que buscam emprego mas são pouco qualificados encontram-se, de fato, excluídos do tipo de emprego que estavam aptos a ocupar por mais qualificados que eles, mas menos aptos que eles quanto a esses empregos (CASTEL, 2008, p. 520).

Contudo, do ponto de vista de uma sociedade democrática, não se pode deixar de atacar o problema das qualificações para o emprego. Todavia, como afirma o autor,

[...] uma sociedade não pode mais ignorar o mercado, assim como a física, não pode ignorar a lei da gravitação universal. Mas se é suicida ser contra o mercado, daí não resulta que seja necessário entregar-se a ele. A problemática da coesão social não é do mercado, a solidariedade não se constrói em termos de competitividade e de rentabilidade. Estas duas lógicas são incompatíveis [...] (CASTEL, 2008, p. 523).

É dessa forma que o “desemprego recorrente constitui, pois, uma importante dimensão do mercado do emprego” (CASTEL, 2008, p. 528). Além de em nada influenciar nas estruturas e fundamentos das atuais configurações da sociedade capitalista, o desemprego se torna ainda mais funcional para as necessidades de expansividade do capital, juntamente com a precarização do emprego.

Diferentemente de Castel (2008), Braga (2012) se propõe a atualizar o conceito de população excedente no contemporâneo processo de precarização pelo conceito de “precariado” ou trabalhador precarizado. Esse conceito exercita expor as péssimas e despóticas condições em que se defronta a mercadoria trabalho, nas quais se encontram, por exemplo, a população não qualificada ou semiquificada, representada na sua grande maioria por desempregados e trabalhadores em condições precárias. Por isso, o precariado consiste na “fração de classe espremida entre a permanente ameaça da exclusão social e o incremento da exploração econômica” (BRAGA, 2012, p. 16).

Para o autor, a “precariedade” é componente e condição existencial do salariado. E nesse componente criam-se, separam-se e distinguem-se dois extremos que se alimentam mutuamente, porém apresentam consequências distintas. São eles: a força de trabalho altamente qualificada e a não qualificada ou com baixa qualificação. E as consequências são: para os trabalhadores superqualificados há uma maior proteção trabalhista e salários mais elevados em detrimento da reprodução do crescimento de trabalhadores desqualificados às exigências e necessidades do capital, com salários mínimos e precários.

Assim, o proletariado precarizado é para Braga (2012), a figura mais subordinada e explorada dos trabalhadores enquanto classe, pois está abaixo de todas as qualificações, estratificações e cargos trabalhistas; não exerce autoridade e nem é responsável pelo

contrato de mais trabalho; além de ser a força de trabalho mais mal paga. O precariado é “parte da classe trabalhadora em permanente trânsito entre a possibilidade da exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica” (BRAGA, 2012, p. 19) e é próprio à reprodução do capitalismo periférico.

Nesse sentido, é importante ressaltar ainda que na concepção de Braga (2012) não se enquadra no conceito de precariado o “pauperismo”. Esse seria o “estágio” em que os trabalhadores não teriam qualquer importância de exploração econômica enquanto classe, já que, como Marx apontou, o pauperismo se constitui em “refúgio” para os que estão totalmente excluídos como força de trabalho no modo de produzir da sociedade capitalista⁶¹.

Ainda na perspectiva de melhor apreender as discussões acerca do conceito de precariado, recorre-se a Standing (2014), o qual, apesar de adotar uma abordagem diferenciada daquela assumida neste trabalho⁶², propõe-se a detalhar população integrante deste contingente de trabalhadores que permite a realização de comparativos e divergências em relação a realidade encontrada no município de Parauapebas, especialmente no que concerne aos rebatimentos do processo de precarização social do trabalho no comportamento, pensamento e vivências no individual e coletivo do precariado.

Standing (2014), assim como os demais autores citados, resgata os últimos acontecimentos no século XXI como resultado das decisões políticas e econômicas mundiais, especialmente com o avanço do neoliberalismo, e está diretamente ligado ao processo de globalização a partir da década de 1970, que remetem a emergência do precariado enquanto classe que questiona antigas e atuais estruturas causadoras de desemprego, insegurança no trabalho⁶³. A partir de então, a introjeção das ideias flexíveis no mundo do trabalho significa o aumento da precarização e exploração dos que se encontram empregados e daqueles que estão desempregados. É neste momento que o autor

⁶¹ O autor se refere ao que outrora foi exposto tendo por base esta tese de Marx: “o pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva (MARX, 2013, p. 719)“.

⁶² Nesse sentido, destaca-se que a perspectiva assumida nesta pesquisa enveredou pelas apreensões expressas por Braga (2012) e Alves (2007) no que se refere à localização do conceito de precariado na classe trabalhadora frente ao processo de precarização social do trabalho, já que as perspectivas dos autores correspondem a linha teórica-metodológica adotada na investigação.

⁶³ Importa sinalizar que esses questionamentos têm sido expostos cada vez através de manifestações (ver *EuroMayDay*) que vem ocorrendo em nível mundial e revelam a esse grupo de trabalhadores que tais consequências ocorrem além dos limites territoriais dos seus países. O autor se refere principalmente à Europa tendo em vista sua nacionalidade inglesa.

defende o surgimento e o crescimento do precariado, o qual, durante este percurso, tem assumido uma dupla identidade: a de vítima e herói.

O precariado é, pois, filho da globalização e uma *classe em formação* (STANDING, 2014, p. 23), compreendida pelo autor como a classe que está abaixo de todas as demais, quais seja em ordem decrescente: elite, os assalariados, os *proficians*, a velha “classe trabalhadora” e, por último, o crescente precariado.

Entretanto, para Standing (2014), o precariado não é homogêneo, mas integra situação de precariedade que “implica a falta de uma identidade segura baseada no trabalho, considerando que os trabalhadores em alguns empregos de baixa renda podem estar construindo uma carreira” (STANDING, 2014, p. 27), além de não se sentir “parte de uma comunidade trabalhista solidária” (STANDING, 2014, p. 31). Tal precariedade vinculada, sobretudo à renda social, é subdividida em seis grupos pelo autor, mesmo que em todos haja a situação de vulnerabilidade, pois nem com esses grupos o precariado pode contar sempre.

Como características desse precariado, destaca um curto prazo em pensar e refletir naquilo que as relações onde está imerso danificam sua vida, diante de uma sobrecarga de informações e, por isso, com dificuldade acompanha o ritmo complexo de um mundo dinamicamente digitalizado. Essas características são fortemente encontradas nos sujeitos da pesquisa em Parauapebas, e são acrescidas destes sentimentos: raiva, diante da frustração de mínima mobilidade social, apesar da proliferação de títulos de ocupação; uma anomia e passividade, provindas do desespero; indiferença diante de derrotas constantes e culpabilização; ansiedade diante da insegurança crônica e o medo de perder o pouco que possui; alienação, apesar de reconhecer que aquilo que vive e sofre também acontece com um coletivo; carecem de autoestima e dignidade no trabalho que realizam; etc.

Quanto ao precariado presente no mercado de trabalho, o autor pontua formas flexíveis que o levam a esta condição: 1) redução de emprego vitalício; 2) terceirização; 3) emprego temporário; 4) desregulamentação do Direito do Trabalho e flexibilização das leis trabalhistas; 5) emprego de tempo parcial; 6) contratos de zero-hora, nos quais se recebe o contrato, mas não se sabe quantas horas de trabalho serão ou quando se irá receber; 7) licenças não pagas, assim como os descansos semanais não pagos; 8) aumento de estagiários, que recebem menos e executam funções administrativas, em geral; 9) contratos individuais, devido a retração dos sindicatos e da negociação coletiva; 10) aumento da informalidade; 11) crescimento do setor terciário; 12) trabalho à distância, que separa e

isola grupos de empregados; 13) regulamentação de profissões nos Estados Nacionais de acordo com os interesses do mercado, que também aumenta a competitividade internacional entre as profissões e rebaixa os salários; 14) aprofundamento da estratificação em todos os tipos de profissões, que produz algumas já destinadas ao precariado; 15) mercadorização da gestão, com o contrato de gestores externos a curto prazo; 16) flexibilidade salarial, que aumenta a insegurança da renda, para os temporários e a perda de benefícios, que passa a ser uma remercadorização do trabalho, concentrada na remuneração por salários nominais; 17) folgas não remuneradas.

Por outro lado, o desemprego também se torna precário, pois quem se encontra nesse quadro é forçado a ter múltiplos locais de trabalho no deslocamento para encontrar um, o que exige, de certa forma, disponibilidade integral. E, o encontro de empregos precários com salários baixos coagidos pela flexibilidade salarial, torna, segundo o autor, relativamente atraente o seguro-desemprego. Ao mesmo tempo, o desemprego é justificado pela falta de empregabilidade.

No modelo neoliberal, o desemprego tornou-se uma questão de responsabilidade individual, tornando-o quase ‘voluntário’. As pessoas passaram a ser consideradas como mais ou menos ‘empregáveis’ e a resposta foi torna-las mais aptas para o trabalho, atualizando suas ‘habilidades’ ou reformando seus ‘hábitos’ e ‘atitudes’. Isso facilitou a passagem para o estágio seguinte de culpar e demonizar os desempregados como preguiçosos e parasitas (STANDING, 2014, p. 77).

Para o autor ser precarizado “é ser sujeito a pressões e experiências que levam a uma existência precariada, de viver no presente, sem uma identidade segura ou um senso de desenvolvimento alcançado por meio do trabalho e do estilo de vida” (STANDING, 2014, p. 37). Ou seja, todos estão propensos a ingressar e a permanecer na condição de precariado, por diversas maneiras e diversos motivos. Segundo o autor,

[...] é preciso lembrar que o precariado não compreende somente vítimas; alguns entram no precariado porque não querem as alternativas disponíveis, alguns porque ele se adapta às suas circunstâncias particulares do momento. Em suma, existem variedades de precariado.

Algumas pessoas entram o precariado devido a infortúnios ou fracassos, algumas são conduzidas para ele, algumas entram na esperança de que ele será o trampolim para outra coisa, mesmo que não ofereça uma rota direta, algumas optam por estar nele de maneira instrumental [...] e algumas combinam uma atividade precariada com outra coisa [...]. Outros acham que o que têm feito durante anos, ou o que estavam treinando para fazer, torna-se parte de uma insegura existência precariada. (STANDING, 2014, p. 97).

A partir do processo de precarização social do trabalho e a emergência do precariado, faz-se necessário apreender outras realidades e conceitos que são tendências no

mundo do trabalho e também são encontradas no município de Parauapebas. É nessa perspectiva que a discussão sobre informalidade, que será apresentada a seguir, se faz importante para ampliar a análise seja do processo, sejam as consequências da precarização do trabalho na atualidade.

3.3. A Informalidade no processo de precarização do trabalho

Partindo da compreensão da estreita relação entre a precarização e a informalidade e levando em consideração a forte presença de ambas no município de Parauapebas, discorre-se teoricamente acerca das diversas compreensões que a informalidade tem apresentado. Como será observado, há certa dificuldade em defini-la diante da sua complexidade por ser dimensão constitutiva da estruturação do mercado de trabalho brasileiro, por sua vez, reflete as tendências e contradições entre capital e trabalho.

Segundo Alves e Tavares (2006), a informalidade de acordo com a definição da OIT, em 1972, apresenta-se como “composto por unidades produtivas não organizadas” (ALVES e TAVARES, 2006, p. 427), enquanto que o seu oposto seria a definição de setor formal. Já na década de 1970 a informalidade é divulgada como “atividades de baixo nível de produtividade e agruparia nele as categorias de trabalhadores não subordinadas à legislação brasileira” (ALVES e TAVARES, 2006, p. 428). A partir de 1980, há um avanço na definição que, com base em Cacciamali (1983), contém estas características:

- 1) o trabalhador vivia de sua força de trabalho e, em alguns casos, utilizava-se do trabalho familiar ou, mais raramente, subcontratava ajudantes como extensão de seu próprio trabalho; 2) tinha como objetivo a obtenção de uma renda para consumo individual e familiar, visando manter também sua atividade econômica; essa forma de trabalho não propiciava acumulação ao produtor direto; 3) o proprietário mantinha o domínio sobre a totalidade das etapas que compunham aquela produção (CACCIAMALI, 1983, p. 28-29 apud ALVES e TAVARES, 2006, p. 428).

Todavia, as autoras sinalizam que a partir da década de 1990, tem-se uma maior dificuldade no campo teórico em definir com precisão o conceito de setor informal diante das complexas transformações do mundo do trabalho, que ampliaram o número de indivíduos inseridos neste setor. Ao mesmo tempo, expressam que ambos os conceitos não dão conta de expor e explicitar a heterogeneidade do mundo do trabalho. Por isso, apresentam propostas de ampliação dos conceitos de setor informal e formal, pelo conceito de informalidade.

Nesse sentido, a concepção de informalidade aparece relacionada à precarização do trabalho, sustentada, por exemplo, pela flexibilização das leis trabalhistas. Ademais, é um processo que se intensifica na reestruturação produtiva econômica. Para Alves e Tavares, (2006), a economia informal tem relação intrínseca com as empresas capitalistas, pois

os trabalhadores informais dependem do movimento do mercado de trabalho regulamentado, ou seja, da renda dos trabalhadores assalariados para sobreviverem. Assim sendo, as rendas obtidas pelos informais têm decaído, devido à diminuição do poder de compra dos trabalhadores assalariados e dos desempregados. Outro fator responsável pela diminuição de sua renda é a forte concorrência entre os próprios informais, pois o número desses trabalhadores é cada vez mais crescente, levando-os a obter apenas o necessário para sua subsistência (ALVES e TAVARES, 2006, p. 430).

Dessa forma, o crescimento dos trabalhadores informais se mostra proporcional e intrínseco ao crescimento e fortalecimento das empresas capitalistas. Nesse intermédio, o trabalho informal coexiste com o formal na medida em que este se precariza e se sujeita como força de trabalho para sustenta-lo, assim como o mesmo contribui para o sustento do trabalho formal.

O trabalhador informal pauperizado só consegue sobreviver porque vive num grupo familiar em que outros membros estão empregados nos segmentos regulamentados, podendo garantir a sobrevivência e reprodução da força de trabalho familiar. Eles contam com a ajuda de membros da família nos momentos de acúmulo de trabalho. Essa ajuda se dá tanto nas atividades de produção quanto naquelas dedicadas ao comércio. Assim, os membros da família atuam como força de trabalho eventual e não paga, auxiliando tanto na produção de mercadorias quanto na reprodução do grupo familiar. E o tempo despendido para realizar esse trabalho nem é percebido como um tempo racional de trabalho, apesar de absorver dias úteis, fins de semana, noites e feriados (ALVES e TAVARES, 2006, p. 430).

Diante do exposto, justamente pelo caráter de heterogeneidade encontrada nas relações do mundo do trabalho, as autoras elencam as características diversas da informalidade. Para fins da pesquisa, importa detalhar aqueles nos quais se encontraram características entre os sujeitos da investigação:

a) Trabalhadores informais tradicionais, que vivem de sua força de trabalho e contam com a ajuda familiar ou temporária no auxílio de suas atividades. Segundo as autoras, esses trabalhadores são subdivididos em *menos instáveis* (a característica de prestação de serviços gera certa instabilidade, além de um baixo conhecimento profissional e/ou dificuldade no acesso aos meios de trabalho), *instáveis* (com pouca qualificação, geralmente realizam serviços temporários com remuneração ou por peça, ou por atividade realizada), *ocasionais* ou *temporários* (realizam atividades informais, como os chamados

bicos, quando se encontram desempregados, em situação de instabilidade ou mesmo ainda no trabalho formal, com o objetivo de retornar à condição de assalariamento). Importa sinalizar que aqui está incluída a grande maioria dos sujeitos da pesquisa como será percebido mais adiante e, por esse motivo, esse ponto está sendo mais aprofundado.

Assim sendo, os trabalhadores informais tradicionais estão sob uma forte incidência de precariedade já que obtêm uma renda baixa, não tem acesso a direitos sociais e trabalhistas básicos, submetidos à demanda do trabalho e/ou à necessidade de sobrevivência familiar (sem horário fixo de trabalho). Sua contribuição para a reprodução do capital na forma como sua precariedade é submetida ao processo de acumulação, através da exploração de uma força de trabalho que, apesar de ser informal, contribui para a efetivação da circulação e o consumo de mercadorias produzidas pelas empresas capitalistas.

b) Trabalhadores assalariados sem registro. Aqui também se encontram características presentes nos entrevistados, dentre as quais há a condição de empregado, porém sem o registro na carteira assinada.

c) Trabalhadores por conta própria sem vínculos empregatícios.

Ao apontar as tendências atuais do mundo do trabalho, as autoras discorrem acerca de uma característica encontrada no município de Parauapebas: o incentivo ao empreendedorismo, como forma de trabalho autônoma e uma alternativa ao desemprego. No caso parauapebense, essa alternativa é acrescentada pela busca de não concentrar força de trabalho no setor formal. Na realidade, é reflexo da flexibilidade do capital para fins de produção e reprodução, superando inclusive aquele que aparentava ser um de seus representantes (o patrão).

A vontade do capitalismo se expressa no conteúdo do trabalho, nas relações do trabalhador com as pessoas e com as coisas no processo de trabalho e no mercado de trabalho. [...] as formas decorrentes dessa “nova” organização não garantem a autonomia aos trabalhadores nem diminuem o poder do capital, na medida em que este continua prescindendo a natureza do trabalho e a quantidade a ser produzida, razão pela qual deve-se atentar para funções tipicamente patronais objetivadas na atuação de ativistas, que ao intermediar a relação capital-trabalho acreditam estar defendendo interesses dos trabalhadores (ALVES e TAVARES, 2006, p. 436).

Em outras palavras, a ausência de um patrão, o incentivo ao empreendedorismo como estratégia ao desemprego e o inchaço de trabalhadores em busca de emprego no setor formal, não atinge e nem abala a complexa relação capital-trabalho. Ao contrário,

aprofunda as contradições existentes e aumenta o grau de exploração de trabalho, características que são conteúdo da sociedade burguesa de mercado.

Portanto, a reestruturação produtiva do capital se mostra fundamental a sua própria reprodução e, como os discursos sobre flexibilização do trabalho, voltam-se a esta finalidade: a obtenção ao máximo de trabalho não pago. É uma flexibilização que adapta os discursos progressistas aos moldes da acumulação capitalista⁶⁴. Importa sinalizar a compreensão de Alves e Tavares (2006) de como a relação entre grandes e pequenas empresas vai se reorientando em vista da ampliação do grande capital. Tal relação remete ao que acontece, em especial, entre a transnacional Vale e as empresas que terceirizam seus serviços e concentram a maior parte da força de trabalho no município de Parauapebas.

As maiores empresas, dotadas de tecnologia mais moderna, organizam-se em função da mais-valia relativa, sem necessariamente abolir a absoluta, enquanto as pequenas empresas, que por razões óbvias não conseguem atingir o mesmo nível de desenvolvimento, recorrem aos mecanismo da mais-valia absoluta, esfera na qual vicejam as formas precárias de trabalho interiores à produção capitalista. Torna-se evidente que mais-valia absoluta e mais-valia relativa são inseparáveis (ALVES e TAVARES, 2006, p. 442).

Da mesma forma como apresentado pelas autoras supracitadas, Antunes (2013) não descarta a intrínseca contribuição da informalidade para a acumulação de capital ao apontar as tendências atuais do mundo do trabalho que, apesar de se apresentar em novas formas, mantém o conteúdo desta sociedade. Essas tendências não só justificam como são causa do alto índice de desemprego e os baixos rendimentos salariais, também presentes no município de Parauapebas.

Uma análise do capitalismo atual nos obriga a compreender que as formas vigentes de valorização do valor trazem embutidos novos mecanismos geradores de trabalho excedente, ao mesmo tempo que expulsam da produção uma infinidade de trabalhadores que se tornam sobrantes, descartáveis e desempregados. E esse processo tem clara funcionalidade para o capital, uma vez que permite a ampliação do bolsão de desempregados e reduz ainda mais a remuneração da força de trabalho, em amplitude global, pela retração salarial daqueles assalariados que se encontram empregados (ANTUNES, 2013, p. 14).

Segundo o autor a *nova morfologia do trabalho* integra o campo da informalidade (onde está a terceirização, o cooperativismo, o empreendedorismo, o voluntarismo, etc.). A complexidade desse processo contém o que mais contribui para gerar (mais-)valor

⁶⁴ Nesse contexto, os discursos que se tornam frequentes no combate ao desemprego também reproduzem uma ideologia que sustenta a expansividade do capital (como, por exemplo, a falta de qualificação profissional), pois na realidade subsiste um aparato jurídico que flexibiliza a relação entre quem emprega e quem é empregado, conferindo ilegitimidade a este processo.

necessário à reprodução do capital, situado na centralidade do trabalho que ao mesmo tempo produz a expulsão de trabalho. Tal expulsão proporciona o surgimento de outras formas de inserção nesta sociedade, em especial no Brasil, qual seja a submissão de trabalhadores a contratos temporários, a instabilidade no emprego, não ter registro em carteira, deixando-os em condição vulnerável direta do desemprego⁶⁵.

Diante disso, Antunes (2013) apreende que a informalidade em suas diversas e distintas formas valoriza o trabalho sem valorizar, contudo, a força de trabalho. E potencializa e intensifica, assim, a produção de mais-valia produzindo maior precarização e, por conseguinte, uma (super-)exploração do trabalho.

Uma vez que concebemos a informalidade como *ruptura com os laços formais de contratação e regulação da força de trabalho*, podemos acrescentar que, se a informalidade não é sinônimo *direto* de precariedade, sua *vigência* expressa, com grande frequência e intensidade, formas de trabalho desprovidas de direitos, as quais, portanto, apresentam clara similitude com a precarização. Desse modo, a informalização da força de trabalho vem se constituindo como mecanismo central utilizado pela engenharia do capital para ampliar a *intensificação* e ritmos e dos movimentos do trabalho e ampliar seu processo de valorização. E, ao fazê-lo, desencadeia um importante elemento propulsor da *precarização estrutural do trabalho* (ANTUNES, 2013, p. 17).

É válido para este trabalho também destacar as características sobre os trabalhadores imigrantes que Antunes (2013) revela⁶⁶. Apesar de conter diferenças em relação ao estudo realizado no município de Parauapebas, pontua uma realidade encontrada em comum quanto ao público a quem é destinada a informalidade. Como o município apresenta forte migração pelo trabalho, observa-se que os trabalhos mais precários da localidade são destinados a brasileiros provindos de regiões do país onde há maior índice de pobreza e miséria, principalmente o Nordeste. A eles são destinados os diversos *modos de ser* da informalidade.

Apesar da diferença encontrada entre este estudo e o de Antunes (2013), são extremamente válidas e confirmadas as características apontadas pelo autor sobre o trabalhador imigrante. As convergências continuam desta forma: além de ter horários de

⁶⁵ Na sequência do texto, o autor apresenta *diversos modos de ser da informalidade* tendo como base Alves e Tavares (2006), autoras já trabalhadas anteriormente.

⁶⁶ É importante frisar que se utiliza o termo “imigrante” conforme Antunes (2013) adota, porque o autor está se referindo aos seus estudos acerca da entrada de trabalhadores estrangeiros em países numa escala global. Contudo, mesmo se referindo à entrada desses trabalhadores em outra região ou país diferente da sua, o radical da palavra “imigrante” vem a ser “migrar”, significando o processo de mobilidade de pessoas de uma região para outra. Processo este encontrado e revelado historicamente no município de Parauapebas e que, portanto, não descarta a comparação entre a realidade do local da pesquisa ora apresentada e os estudos apontados pelo referido autor.

trabalho mais desconfortáveis (jornadas noturnas e fins de semana), Antunes (2013, p. 19) aponta que o “trabalhador imigrante encontra nas indústrias, construtoras, supermercados, distribuidoras de hortifrutícolas, agricultura, hotéis, restaurantes, hospitais, empresas de limpeza etc. seus principais espaços de trabalho, recebendo salários sempre depauperados”. Tais características são acrescidas na realidade parauapebense pela forte presença de empresas que terceirizam serviços da mineradora transnacional Vale.

Por fim, apreende-se ainda do autor a sua apresentação sintética e profunda acerca da *nova morfologia do trabalho* que ainda carrega a estrutura e conteúdo primeiros do modo de produção capitalista:

[...] no *topo* da pirâmide social do mundo do trabalho, em sua *nova morfologia*, encontramos os trabalhos ultraqualificados que se referem ao informacional e ao cognitivo; na *base*, a informalidade, a precarização e o desemprego, todos estruturais, ampliam-se; e, no *meio*, encontramos a hibridez, o trabalho qualificado, que pode desaparecer ou erodir em decorrência das alterações temporais e espaciais que atingem as plantas produtivas ou de serviços em todas as partes do mundo (ANTUNES, 2013, p. 22).

A fim de apreender mais a relação entre a precarização e a informalidade, colocadas por Alvares e Tavares (2006) e reiteradas por Antunes (2013) em um patamar de grande similitude, Druck (2013) complementa como esse processo assume extrema importância na atual fase de desenvolvimento capitalista em escala global. No que concerne à precarização, apesar de ter sofrido metamorfoses, ganha cada vez mais espaço e se generaliza provocando uma permanente situação de “instabilidade, insegurança, fragmentação dos coletivos de trabalhadores e brutal concorrência entre eles” (DRUCK, 2013, p. 56).

Ao analisar dados internacionais que reforçam a argumentação acima, a autora pontua o caráter abrangente, generalizado e central da precarização social do trabalho no Brasil, que se mostra ampliada e reconfigurada após os reflexos da precarização em nível mundial.

1) atinge tanto as regiões mais desenvolvidas do país (por exemplo, São Paulo) quanto as regiões mais tradicionalmente marcadas pela precariedade; 2) está presente tanto nos setores mais dinâmicos e modernos do país (indústrias de ponta) quanto nas formas mais tradicionais de trabalho informal (trabalho por conta própria, autônomo, etc.); 3) atinge tanto os trabalhadores mais qualificados quanto os menos qualificados. Enfim, essa precarização se estabelece e se institucionaliza como um processo social que instabiliza e cria uma permanente insegurança e volatilidade no trabalho, fragiliza os vínculos e impõe perdas dos mais variados tipos (direitos, emprego, saúde e vida) para todos os que vivem do trabalho (DRUCK, 2013, p. 61).

Para Druck (2013), mesmo com essas características mais gerais, a precarização se revela heterogênea e atinge diversos âmbitos do mundo do trabalho, representados nas: 1) formas de mercantilização da força de trabalho; 2) na organização e nas condições de trabalho; 3) na fragilização das condições de segurança no trabalho; 4) no não reconhecimento de pertencimento a uma classe por parte dos trabalhadores; 5) e na diluição de direitos. Todas essas características conduzem à informalização.

É possível relacionar o pensamento da autora com a análise da pesquisa realizada no município de Parauapebas, na qual a precarização é materializada nos âmbitos acima citados, em especial os dois últimos itens, em que a instabilidade provocada por esse processo gera uma maior submissão dos trabalhadores às precárias condições de trabalho. Isso causa uma maior individualização destes por meio do desemprego (haja vista a características dos sujeitos da pesquisa) que os desmobiliza, diante do acirramento da competitividade na busca pelo acesso e permanência no emprego.

É nesse sentido que Druck (2013) concebe o desemprego e os trabalhadores informais, como “sem-emprego” que, em uma relação de correspondência, atenuam a informalidade brasileira e mostram de forma clara que não há espaço para todos no trabalho mercantilizado⁶⁷.

Contudo, a autora ressalta todo esse processo está vinculado a outro, qual seja a terceirização enquanto principal forma de flexibilização e precarização. Estas, por sua vez, percorrem um mesmo caminho com a precarização, onde ambas almejam maior competitividade cada vez mais acirrada. Entretanto, a terceirização não é novidade, mas ao estar imersa nesse processo duplo de flexibilidade e precariedade, torna-se extremamente importante no processo de acumulação de capital. Ela passa a ser uma das garantias de que um emprego com registro em carteira se torna instável e ao mesmo tempo, mais produtivo. Além disso, é cada vez mais frequente exigente dos trabalhadores a estimulação de comportamentos em prol da competitividade.

Para aqueles que permanecem empregados, um dos sintomas da precarização das condições de trabalho resultante dos processos de reestruturação produtiva e da implementação de práticas toyotistas de organização nas últimas décadas é a *intensificação do trabalho*. Esta pode ser evidenciada pela extensão da jornada nos locais de trabalho e em domicílio (que não tem limite), pela aplicação da “polivalência”, pela aceitação de atividades e horas extras sem remuneração

⁶⁷ Para a autora, há uma linha muito tênue entre o desemprego e a informalidade, pois pesquisas qualitativas demonstram que trabalhadores informais desejam emprego com carteira assinada, mesmo que continuem em busca de emprego. Por isso se chama “desemprego oculto por trabalho precário” (DRUCK, 2013, p. 65).

(sobretudo os bancários), pela implementação da informática/microeletrônica (que aumenta substancialmente a produtividade do trabalho, além de impor um novo comportamento dos usuários em sua relação com o tempo de processamento das operações realizadas), pela inserção num “segundo” emprego (por necessidade de complementar a renda), pelo acúmulo de tarefas ou mesmo de funções, em razão do “enxugamento” de pessoal nas empresas ou até mesmo de uma doentia compulsão ao trabalho (os trabalhadores “compulsivos” são conhecidos no meio empresarial como “workaholics”) (DRUCK, 2013, p. 69).

Como se observa, apesar de seguir a mesma linha de pensamento crítica e apreender uma intrínseca relação entre todos os processos consequentes da reestruturação produtiva e, portanto da precarização do trabalho, Druck (2013) enfatiza o processo de terceirização atrelado à precariedade. Este que não deixa de estar relacionado à informalidade pelo fato de conduzir trabalhadores à informalização, como já sinalizado anteriormente. E, no intuito de percorrer melhor as concepções que ajudem a melhor compreender a ligação entre todas essas sucessões de mudanças em prol de maior produtividade, Marcelino e Cavalcante (2012) auxiliam no exercício de pensar a terceirização.

Os referidos autores propõem definir terceirização, pois, apesar de admitirem certa facilidade teórica para encontrar tendências que a caracterizam⁶⁸, há restrição de debate no campo crítico. Percebem que ainda não é clara a definição de terceirização e, por vezes, é confundida com outros conceitos como externalização e subcontratação. Assim, no decorrer do texto, discorrem para diferenciá-los e apresentar sua concepção.

No que concerne às características da terceirização, Marcelino e Cavalcante (2012) mostram que elas se desenvolvem sob o discurso de modernização das empresas desenvolvido, sobretudo, para melhor viabilizar a forma gerencial das empresas, flexibilizando relações de trabalho e descentralizando tarefas com empresas especializadas.

Todavia, na investigação realizada, os autores constatam que a grande maioria dos estudos acerca da temática relaciona a terceirização à precarização. Um exemplo citado por eles trata de consequências no âmbito do direito trabalhista, pois com a terceirização as relações entre uma empresa e trabalhadores (principalmente a intermediação de mão de obra) são direcionadas à empresa terceirizada e contratada. Dessa forma, as relações passam a ser entre empresa e empresa contratada (Direito Civil), e empresa contratada e trabalhadores (Direito do Trabalho). Assim, para a empresa contratante, não recaem possíveis julgamentos trabalhistas.

⁶⁸ Tais como flexibilização das leis trabalhistas, precarização das condições de trabalho (redução de salários, intensificação do ritmo de trabalho, riscos à saúde do trabalhador, etc.).

Concebendo a terceirização como “uma das formas de subcontratação e que ela não pode ser confundida com a divisão capitalista do trabalho em si” (MARCELINO e CALVACANTE, 2012, p. 338), os autores sugerem pensa-la a partir dos benefícios que tem proporcionado enquanto “o mais importante recurso estratégico das empresas para gestão e redução dos custos com a força de trabalho” (idem). E, por isso, conceituam-na:

[...] *terceirização é todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho e/ou a externalização dos conflitos trabalhistas. Ou seja, é a relação na qual o trabalho é realizado para uma empresa, mas contratado de maneira imediata por outra* (MARCELINO e CALVACANTE, 2012, p. 338, *grifos nossos*).

De acordo com tal definição toda a responsabilidade trabalhista é assumida pela empresa que contrata diretamente a força de trabalho, mesmo que as atividades realizadas sejam para atender outra empresa. Inclusive porque não interessa à empresa capitalista se direitos trabalhistas estão sendo garantidos ou se está havendo uma precarização do trabalho, mas se o processo de valorização de determinada mercadoria será maior. Pois a valorização de mercadoria guia o processo de trabalho.

Nesse processo explicitado pelos autores, especificamente na realidade brasileira, importa sinalizar o surgimento e proliferação de empresas especializadas para a prestação de serviços às grandes empresas. Além disso, expõem diversas outras características que fazem do processo de terceirização no Brasil ser heterogêneo e complexo, como, por exemplo, o trabalho temporário, cooperativas de trabalhadores que prestam serviços para uma empresa contratante, empresas externas ligadas a uma rede de fornecedores em prol de uma empresa principal ou subcontratadas para tarefas específicas, empresas de prestação de serviços internos a uma contratante, Personalidades Jurídicas, quarteirização ou terceirização delegada (ou “em cascata” para os autores), etc. (MARCELINO e CALVACANTE, 2012, p. 341).

E mais: essa diversidade não faz a terceirização ser sinônimo de subcontratação, mas uma de suas manifestações. A terceirização, para Marcelino e Cavalcante (2012), pressupõe o contrato entre empresas. Por esse motivo, não consideram terceirização: o trabalho domiciliar, o trabalho autônomo, o *joint ventures* (onde duas ou mais empresas partilhar interesses similares em igualdade de condições), o fornecimento de insumos e matérias-primas de uma empresa a outra. Nesse ponto encontram-se de maneira mais clara as divergências entre informalidade e terceirização, mesmo que é impossível não relacioná-las entre si, sobretudo a vinculação com a precarização.

Vale ressaltar ainda que, apesar da diferenciação apresentada pelos autores acerca de terceirização e subcontratação, é visível que ambas as formas contém fortes tendências de precarização do trabalho e uma maior acumulação de capital na contemporaneidade conduzido pelo ideário neoliberal e a “especialização flexível” como modelo de organização e controle do trabalho, tal qual foi o modelo fordista de produção.

Pensar, pois, o processo de precarização social do trabalho em tempos de reestruturação produtiva do capital, é apreender que nesse processo o incentivo à terceirização, informalidade, empreendedorismo como alternativa ao desemprego e discursos ideológicos como empregabilidade, na realidade refletem a possibilidade concreta de fomentar a exploração do trabalho diante da necessidade de aumento da produtividade e competitividade para a maximização de lucros. E, portanto, reforçam um conteúdo ideológico que não põe em xeque as relações de trabalho em uma sociedade de conteúdo essencialmente desigual, mas limita-se no questionamento do acesso ao trabalho.

3.4. A Empregabilidade no processo de precarização do trabalho

O conceito de empregabilidade também foi fortemente encontrado nos discursos da realidade do município de Parauapebas em uma percepção de que ele contém em si as diretrizes de formação e adequação da força de trabalho às necessidades do mercado. Assim sendo, é responsável na condução de homens e mulheres no processo de precarização e suas diversas manifestações que estão sendo descritos.

Entretanto, antes de iniciar a discussão teórica propriamente dita sobre o referido conceito, é válido destacar e pontuar os fundamentos nacionais que atualmente determinam a formação profissional brasileira. Como se sabe, estão sob a orientação dos organismos internacionais e refletem, pois, de certa forma, o pensamento por eles exposto. Dessa forma, apesar de não citar claramente o termo empregabilidade como objetivo, percebe-se a intenção de formação às necessidades do mercado.

De acordo com as Bases do Plano Nacional de Qualificação o objetivo é promover o processo de formação profissional como construção social, que corresponda às exigências dos postos de trabalho e contraponha a linha de pensamento que orientam a aquisição de conhecimento de maneira individual. Para tanto, tem como base as dimensões: a) epistemológica, na construção de um conhecimento técnico e social; b) social e política, que leva em consideração conflitos que permeiam o processo de formação; c) e a pedagógica, para a transmissão e acesso de conhecimentos.

Além disso, os fundamentos do Plano Nacional indicam a realização de uma qualificação como direito e como política pública que

devem contribuir para promover a integração das políticas e para a articulação das ações de qualificação social e profissional do Brasil e, em conjunto com outras políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação, deve promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação (PNQ, 2003, p. 24).

Também defende a qualificação na perspectiva de desenvolvimento sustentável e social que promova geração de trabalho e distribuição de renda que diminua as diferenças regionais e promova o aumento do consumo coletivo, assim como maior inserção no mercado consumidor das modernas empresas. Nesse sentido, as orientações nacionais sobre o processo de qualificação (MTE, 2011), em especial à orientação profissional, contêm estas etapas:

- Primeiramente, orienta-se a realização de um breve registro das últimas experiências profissionais e sintetizar o que se pensa sobre o trabalho para exercitar potencial, aptidões necessárias, por exemplo, em uma entrevista de seleção de emprego.
- Em um segundo momento, solicita-se experiências de trabalho, acúmulo de conhecimentos, ferramentas de trabalho importantes para outros, o que se quer como futuro profissional, como se quer alcançar o que se deseja.
- Em seguida, o aluno é convidado a fazer um histórico dos trabalhos e relações de trabalho da família quanto ao cargo exercido quando os filhos nasceram, o tipo de vínculo, período e permanência, desafios enfrentados e oportunidades obtidas, nível de solidariedade e autonomia.
- Logo, também reflete sobre os espaços de cidadania que teve e tem acesso quanto à formação escolar, tempo para a completude, o que fazer para completar essa formação, quais organizações que viabilizam o acesso à geração de renda e como utilizar os seus serviços.
- Ainda realiza um teste de conhecimento acerca das organizações que envolvem um possível emprego.
- O manual pontua como fazer um currículo.
- E, por fim, o aluno é convidado a fazer uma avaliação do processo de formação.

A análise do material comparada àquela fornecida na orientação profissional no município de Parauapebas observa convergências e divergências. Quanto às semelhanças, segue-se uma mesma linha de raciocínio no decorrer das etapas, porém, o MTE (2011) não cita, por exemplo, o termo empregabilidade e se utiliza de outros recursos que demonstram contribuir em uma reflexão mais crítica e profunda acerca da sociedade, das relações contraditórias presentes no trabalho, direitos, etc. Além dessa divergência, também não há referência quanto à realização de teste vocacional, conforme praticado no lócus da pesquisa.

Apesar das divergências acima descritas, até o momento, os documentos internacionais e nacionais, somados à execução das políticas por estes sustentadas no município de Parauapebas são, em geral, convergentes em nível de obediência às orientações e de complexidade entre o mundo do trabalho e o acúmulo de riquezas. Como já sinalizado anteriormente, a percepção de contradições refletem a adoção de uma visão de mundo crítica, a qual parte, sobretudo, da apreensão da funcionalidade do trabalho à expansão do capital.

Nesse sentido, como houve grande utilização do termo empregabilidade nos documentos analisados, pelos profissionais que atuam diretamente na execução de políticas de formação profissional e pelos os sujeitos desta pesquisa, realizar-se-á um diálogo teórico com alguns autores críticos que permite elucidar este conceito chave. De uma forma geral, esses autores avaliam que as políticas de fomento ao emprego, orientadas pelos documentos internacionais, em especial a qualificação profissional voltada à empregabilidade, contêm estreita relação com a reiterada necessidade de aumento de produtividade e competitividade.

O contexto de emergência dos novos conceitos e concepções é apreendido pela nova dimensão eminentemente econômica assumida pela educação a partir da década de 70, sob os efeitos da última crise e da reestruturação produtiva do capital. As novas e crescentes exigências do mercado provocaram transformações no mundo do trabalho e, conseqüentemente, determinavam novas formas de conduzir a educação profissional. Imersos nesse quadro, as nações periféricas do capital também assumem novos papéis, como será apresentado no decorrer da exposição dos resultados desta investigação. Importa sinalizar que, em meio a essas profundas modificações, o conceito de “empregabilidade” ganha destaque para moldar a força de trabalho aos critérios e necessidades de ampliação do capital. Isso significa que tais critérios serão fundamentais no momento de redução ou

alargamento da mão de obra de acordo com os períodos de retração ou expansão das forças produtivas.

Tomando como ponto de partida Machado da Silva (2003), estudioso crítico da temática, é possível perceber uma intrínseca relação da informalidade com a categoria empregabilidade, como pontuado anteriormente, e desta com o conceito de empreendedorismo (tomado com extensão da categoria). Para o autor, a conceituação e o entendimento sobre a informalidade sempre foi muito confusa e permeada de exageros ou simplificações em suas explicações. Diferentemente de outros autores já citados, Machado da Silva (2013) revela que a noção de informalidade data de 1960 diante do deslocamento de grande contingente de trabalhadores nos países considerados subdesenvolvidos. Todavia, o debate sobre a temática não pode se restringir à ocupação ou não em setor informal ou formal, o registro ou não em carteira de trabalho. Nessa perspectiva, o autor procura expor como ambos, empregabilidade e empreendedorismo, estão vinculados à expansividade da informalidade, porém retirando e esvaziando a compreensão desta e ocupando o seu lugar.

A correspondência entre informalidade e empregabilidade, dessa forma, é percebida pela forte tendência de precarização do trabalho, seja no setor informal ou formal, já que acompanhada das ideias flexíveis, refletem a intensificação e espoliação de diversas formas dos trabalhadores. Como exemplo, o surgimento contínuo de novas competências que deixam inúteis as qualificações anteriormente existentes, o processo de terceirização que conduz à ilegalidade da relação de emprego e põe em cheque o poder de controle do Estado sobre a garantia de direitos trabalhistas, o aumento de trabalhadores desempregados com baixa qualificação sem perspectivas em sair desta condição e que se submetem a precárias atividades. Estes últimos se subdividem geralmente na formação de pequenos empresários que com grande dificuldade conseguem manter um negócio por mais de um ano, e um pequeno grupo de trabalhadores um pouco mais qualificados que encontram grandes dificuldades em levar adiante seu negócio e dividir o tempo de lazer e trabalho.

Pensar, pois, a dinamicidade em que se modificam as exigências para a inserção no mercado de trabalho e sua relação com o foco no desenvolvimento e engajamento individual da força de trabalho, é apreender que a noção de empregabilidade expressa sua importância em legitimar novas maneiras de controle social. Ou seja, a empregabilidade “indica os novos requisitos funcionais da demanda de trabalho” (MACHADO DA SILVA, 2003, p. 165) e

[...] corresponde à perspectiva das empresas, ainda que, como seria de esperar, a estrutura do mercado de trabalho seja apresentada por elas como se fosse um dado de fato. Em princípio, dependendo das relações de força, os trabalhadores poderiam opor-se às exigências de “empregabilidade” [...] ou conformar-se com elas. Mas a polêmica sobre a “empregabilidade” não diz respeito apenas à aquisição de novas competências técnicas ou de novas atitudes, mais bem adaptadas às mudanças do regime produtivo. Ela contém uma dimensão simbólico-ideológica de convencimento/adesão (que permanece implícita em sua maior parte, pouco afetando o conflito social aberto e consciente), interferindo assim sobre a formação da auto-imagem e da visão de mundo dos trabalhadores (MACHADO DA SILVA, 2003, p. 165).

A empregabilidade é funcional em relação a moldar o trabalhador às características de polivalência exigidas e necessitadas pelas empresas. A partir da ideia de flexibilidade, forma-se um trabalhador que esteja disponível às diversas ocupações que poderiam suprir o emprego assalariado em longo prazo. Diante de sua concepção acerca da categoria, o autor chama atenção para o perigo da empregabilidade, qual seja a ratificação do processo de individualização do ser social.

Uma cultura do trabalho organizada em torno da categoria “empregabilidade”, como parece ser a que está em gestação, fere de morte os valores de solidariedade social tão dificilmente institucionalizados sob a fórmula “trabalho livre, mas protegido” e torna-se o centro do processo de legitimação ideológica da fragmentação social que, nesta hipótese, se tornaria irreversível. Enquanto esse risco não for afastado, os aspectos positivos das mudanças culturais em curso precisam ser considerados com muito cuidado (MACHADO DA SILVA, 2003, p. 166).

Diante do exposto e para fins de datação histórica, com autor Gentili (1998), é possível apreender como a escola, enquanto instituição formativa, tem seu papel modificado no contexto do pós-70, em que ela passa a ser concebida como um “espaço institucional que contribuía para a integração econômica da sociedade, formando o contingente (sempre em aumento) da força de trabalho que se incorporaria gradualmente ao mercado” (GENTILI, 1998, p. 80). Noutras palavras, como a educação, através da escola, poderia se constituir enquanto espaço formador e incentivador à competitividade do mercado⁶⁹.

⁶⁹ Importa sinalizar o pensamento de Gorz (1996) para contribuir na reflexão sobre a formação profissional para o capital. Conforme o autor, a exigência no capitalismo de separar a pessoa do capitalista subordina a força de trabalho às suas necessidades. Por isso, o autor afirma que a tecnologia e a divisão capitalista do trabalho se desenvolveram “em razão da sua eficácia no contexto do trabalho alienado e forçado [...] concebidas a fim de maximizar a produtividade *para o capital* de trabalhadores que não tinham razão alguma para se empenharem, já que os objetivos de sua produção lhes eram ditados por vontade inimiga” (GORZ, 1996, p. 83). É nesse sentido que o conhecimento profissional vai ser direcionado em detrimento da subordinação e separação dos meios do processo de produção. Assim, a introdução de tecnologias novas exigem outras qualificações. E, por consequência, o que já existia exige menos qualificação. Gera-se assim um *continuum* de subqualificações que distanciam cada vez mais o trabalhador de qualquer possibilidade de

Um impressionante arsenal empírico e uma não menos impressionante quantidade de estatísticas corroboravam, na perspectiva das interpretações oficiais, que uma sociedade rica deveria ser (necessariamente) uma sociedade de pessoas ricas, assim como uma sociedade competitiva deveria ser (indefectivelmente) uma sociedade de pessoas competitivas (GENTILI, 1998, p. 80).

Nesse sentido, percebe-se uma substituição da função da promessa integradora da escola a um papel de desintegradora, em detrimento do caráter estritamente privado que a instituição adquire, com a promessa da “empregabilidade” (GENTILI, 1998, p. 81). Assim, substitui-se a *necessidade* de integração para outras necessidades, tais como:

Necessidade do *mercado de trabalho* que precisava de trabalhadores qualificados para incorporar-se a uma atividade produtiva de alcances ilimitados; necessidade do Estado, não só porque ele mesmo transformava-se num âmbito importantíssimo de contratação e promoção do emprego, mas também porque a contribuição econômica da educação era identificada como um fator fundamental para as metas de desenvolvimento que o próprio aparato estatal definia por meio de seus órgãos de planejamento; necessidade das empresas, pela intensidade e rapidez da mudança tecnológica, necessidade das próprias instituições escolares (em todos os níveis), cuja vinculação com o sistema produtivo era definida como uma meta central no planejamento das políticas educacionais; necessidades dos sindicatos, para responder a uma demanda crescente dos trabalhadores e para poder socializar uma ferramenta fundamental nos mecanismos de negociação e gestão; necessidade das pessoas cujo investimento em capital humano permitiria a médio e longo prazo traduzir-se num incremento substantivo da renda individual (GENTILI, 1998, p. 84, grifo do autor).

Nesse contexto, educar para o emprego “levou ao reconhecimento [...] de que se devia formar *também* para o desemprego, numa lógica de desenvolvimento que transformava a dupla ‘trabalho/ausência de trabalho’ num matrimônio inseparável” (GENTILI, 1998, p. 89, grifo do autor). Nisto, a garantia do emprego se transforma em promessa de empregabilidade fundamentada numa meritocracia, onde as conquistas passam a ser sustentadas e justificadas pelo investimento individual em capital humano.

Na mesma linha de pensamento, Frigotto (1998) aponta as perspectivas do final do século XX, as quais se fazem ainda atuais seja pelas consequências, seja pela continuidade dos discursos e posições que, tendo por base primeiramente o mercado, fundamentam as

controle de produção. Esse processo aprofunda uma contradição intrinsicamente ligada ao capital: quanto mais se qualifica, mais se desqualifica qualquer trabalho: “a *desqualificação do trabalho* se dá juntamente tanto com a crescente qualificação social dos *trabalhadores* como com a *desqualificação* (ou desvalorização) social de qualquer trabalho enquanto força produtiva” (GORZ, 1996, p. 85). Nesse processo ainda, a formação escolar, ou seja, o papel da escola é de suma importância contributiva, na qual se forma para socializar com um fim: ensinar a venerar o *saber dos outros*, ensinar a ser submisso, a ter disciplina e respeito pela hierarquia. E, dessa forma, o autor conclui que a crise da Escola está ligada ao despotismo de fábrica, já que se forma para o exercício do trabalho, porém um trabalho qualificado à vida na fábrica.

políticas de emprego e educação profissional. Conforme o autor, o conceito de empregabilidade é um exemplo de como a educação (formal ou profissional) se voltam para a garantia de competitividade.

[...] os processos educativos e formativos, que ao mesmo tempo são constituídos e constituintes das relações sociais, no contexto acima indicado, passam por uma resignificação no campo das concepções e das políticas. Estreita-se ainda mais a compreensão do educativo, do formativo e da qualificação, desvinculando-os da dimensão ontológica do trabalho e da produção, reduzindo-os ao economicismo do emprego e, agora da empregabilidade (FRIGOTTO, 1998, p. 4).

Nesse sentido, de acordo com Frigotto (1998), os desempregados, por exemplo, podem optar pelas opções de se tornar empregáveis por meio de qualificações exigidas pelo mercado, inserir-se no mercado informal ou na economia de sobrevivência. Ser empregável, portanto, passa a ser incentivado com um fundo público destinado para cursos de qualificação, mas que, para o autor, “garante apenas um patamar mínimo de escolaridade ou de subsídio aos mais pobres” (FRIGOTTO, 1998, p. 15). Isso porque as necessidades mercadológicas invadem a concepção de educação e fazem desta um percurso de formação de habilidades, valores e conhecimentos básicos necessários à produção.

O autor sugere ainda que a ligação feita entre trabalho e educação voltada para a produção é uma visão economicista da teoria do capital humano, além de confundir trabalho e emprego. Tal teoria, difundida e orientada especialmente pelos organismos internacionais, tem servido como recurso político e ideológico na formulação de políticas educacionais⁷⁰.

O investimento em “capital humano” passou a constituir-se na chave de ouro para resolver o enigma do subdesenvolvimento e das desigualdades internacionais, regionais e individuais. Trata-se de um corpo teórico mais sofisticado do que a perspectiva psicologista da teoria da modernização, embora sua base parta desta (FRIGOTTO, 1998, p. 36).

Na realidade, o autor quer chamar a atenção para quê e quem serve esses direcionamentos, já que eles são resultado do processo de reestruturação produtiva do capital e de uma globalização excludente. Estes, somados a flexibilização e precarização do trabalho, corroboram a centralização privada da ciência e tecnologia em prol da expansão de lucro e asseveram o desemprego estrutural, e, como já dito, induz a força de trabalho para os moldes educacionais conforme os interesses do mercado.

⁷⁰ O autor dedica outras obras, como “A produtividade da escola improdutiva” (2010) para discutir mais a fundo a essência desta teoria que, com seu forte conteúdo ideológico, converte as capacidades humanas e a educação (em todos os âmbitos) em potentes estímulos à produtividade e expansão do capital.

Diante disso, o conceito de empregabilidade aparece associado ao de flexibilidade porque significa estar disponível às necessidades dos empregadores e para qualquer tipo de trabalho, em troca de um emprego sustentado por ampla flexibilidade e perda de direitos trabalhistas. Acrescenta-se a isso o fato a perda de ânimo de classe da força de trabalho diante da intensidade de conteúdo ideológico presente desde a orientação à execução de políticas educacionais de qualificação.

O papel dos processos educativos, mormente a formação técnico-profissional, qualificação e requalificação, neste contexto, é de produzir cidadãos que não lutem por seus direitos e pela desalienação do e no trabalho, mas cidadãos “participativos”, não mais trabalhadores, mas colaboradores e adeptos ao consenso passivo e [...] a tornarem-se déspotas de si mesmo (FRIGOTTO, 1998, p. 48).

Concernente às modificações das atuais políticas de qualificação profissional para atender às novas configurações do mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva, Souza (2006) as percebe “como um produto da negociação entre o Estado e o empresariado” (SOUZA, 2006, p. 476), incluindo também sindicatos e outras organizações da sociedade civil. Além disso, o autor revela uma particularidade do Brasil em comparação a países considerados desenvolvidos, que se dá no fato de tais políticas serem direcionadas aos trabalhadores precarizados com a finalidade de moldá-los geralmente aos empregos de menor remuneração e direitos trabalhistas, mas que são extremamente funcionais à expansividade de produção.

De acordo com Souza (2006), a educação profissional brasileira sofreu reformas na década de 1990 para melhor ajustar a força de trabalho às novas exigências de organização e controle do trabalho com vistas à acumulação. Ao buscar seguir fielmente as orientações do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Estado Brasileiro melhor adequa a educação para a lógica mercantil. A regulamentação desses ajustes na Lei de Diretrizes e Bases (LDB, Lei n. 9.394/96), e a partir dela outros decretos, reitera que a educação profissional deve assumir a qualificação profissional a fim de moldar a força de trabalho às exigências de produtividade e competitividade do mercado de trabalho. Nesse quadro, a educação adquire e firma seu caráter mercantil.

Além de formar quadros minimamente qualificados para ocupar os escassos postos de trabalho, também serve de instrumento de conformação de classe para contingentes cada vez maiores de desempregados, na medida em que transfere para o trabalhador certificado por ela a responsabilidade de seu sucesso ou fracasso no mercado de trabalho (SOUZA, 2006, p. 479).

Ou seja, a força de trabalho é formada para se vender e nessa formação não há conteúdo crítico que a possibilite questionamentos. Pelo contrário, a competitividade, insuflada pela necessidade dessa venda para a sobrevivência, conduz à individualização do trabalhador na busca de conquistas e qualidade de vida, e não considera as condições que este mesmo trabalhador foi submetido em sua formação para a entrada no mercado de trabalho que não é para todos.

Para melhor entender a finalidade dessa reforma na educação profissional, o autor apreende que ela possibilitou a “institucionalização da educação profissional vinculada aos interesses imediatos do mercado de trabalho” (SOUZA, 2006, p. 480)⁷¹. Além disso, expressa contradições intrínsecas à relação capital e trabalho:

Tal reforma atualiza o debate em que se confrontam historicamente as diferentes concepções de formação para o trabalho na sociedade de classes. Trata-se da disputa de hegemonia que se expressa no confronto das ideias acerca da relação entre educação básica e educação profissional. Se considerarmos que, no Brasil, à educação básica se atribui o papel de formação geral e à educação profissional, o papel de formação para o trabalho, devemos supor que, ao tratarmos de ambas as modalidades educacionais, necessariamente, estaremos refletindo sobre um tipo específico de relação entre trabalho e educação no processo de aquisição do conhecimento e suas contradições (SOUZA, 2006, p. 480).

Para reforçar a discussão crítica na análise da contribuição da qualificação profissional à expansão de capital, através da empregabilidade, a autora Costa (2010) complementa afirmando que, ao contrário do que aparenta ser, a empregabilidade não certifica e qualifica o trabalhador para valorizar seus conhecimentos, mas tende a incentivar a exploração da força de trabalho, a partir da determinação de critérios e necessidades do mercado. Dessa forma, o conhecimento e a formação profissional não contemplam conteúdo crítico, submetem o conhecimento humano estritamente à execução de atividades ligadas ao ritmo de produção, que se modificam e se aprofundam nas cíclicas crises do capital.

⁷¹ Isso porque os principais eixos que passaram a fundamentar a política de educação profissional, especialmente a partir de 1995, foram acordo com Souza (2006, p. 483 apud BRASIL, 1995, p. 7-10): 1) Aprender a aprender, sob o discurso de “conhecer e, acima de tudo aprender”; 2) Empresa competitiva, cidadão competente, em que a vida em sociedade deve se adequar às atuais competências exigidas no mercado de trabalho de alto nível de desenvolvimento tecnológico e científico; 3) O repensar da educação, em que a educação profissional passa a ser complementar e integrada à educação básica; 4) Foco no mercado, garantindo a empregabilidade através da educação profissional; e 5) Articulação entre emprego, trabalho e educação profissional, em que a educação passa a ser integrada às políticas públicas de trabalho e renda. Adianta-se a informação de que tais características são fortemente encontradas nas orientações de formulação da política de formação profissional em Parauapebas que, por sua vez, segue diretrizes nacionais e internacionais.

A cada ciclo do capital, a cada crise superada por meio de novas formas de organização da produção, pelo desenvolvimento de novas tecnologias e pelo descobrimento de novas fontes energéticas e novas matérias-primas, o processo de alienação se aprofunda, na medida em que possibilita a intensificação da exploração do trabalho vivo, único capaz de criar valor e, assim, produzir a superação das crises, pela recuperação das taxas de lucro (COSTA, 2010, p. 21).

Entretanto, de acordo com a autora, a concepção de empregabilidade não é recente e já havia sido elucidado no pensamento marxiano.

O termo empregabilidade foi cunhado a partir da palavra emprego, que, por sua vez, refere-se à expressão “emprego de força de trabalho”, ou seja, do “conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 1998, p. 197 apud COSTA, 2010, p. 22).

Costa (2010) mostra ainda que a legislação brasileira reitera a concepção sobre o trabalho humano como funcional somente quando é vendido, ou seja, empregado. O emprego, nesse sentido, porta a capacidade de transformar a força de trabalho em uma mercadoria e trocá-la por dinheiro (nesse caso, o salário)⁷². Entretanto, o valor pago pela venda de tal mercadoria é controlado por múltiplos fatores, como o exército reserva de mão de obra. Como tendência, a empregabilidade categoriza atribuições, qualificações, propicia a avaliação de capacidades, afunila a mão de obra, tendo em vista não somente a manutenção da produção, mas fundamentalmente seu crescimento.

O capitalismo constitui a noção de empregabilidade como uma forma de objetivação de tal competição, com vistas à sua naturalização. A fim de objetivar tal empregabilidade, o Capital produz clivagens no interior da classe trabalhadora, apartando os seus contingentes de trabalhadores em categorias, segundo critérios como qualificação, aptidão, atributos naturais ou apreendidos, impondo categorizações as quais têm como referentes as vicissitudes do mercado, o tanto quanto possível, no intuito de hierarquizar os trabalhadores para, então, atribuir preços diferenciados à força de trabalho. Além disso, diluir as organizações classistas dos trabalhadores, por meio do expediente do seu fracionamento em categorias (COSTA, 2010, p. 23).

Dentro das exigências e critérios que crescem e integram a empregabilidade está a adoção de atitudes e comportamentos conforme a forma organizativa da empresa na atualidade. Noutras palavras, a adoção de regimes de trabalho flexíveis exigirá uma mão de obra flexível como, por exemplo, a multifuncionalidade (ou concentração de diversas atividades), a disponibilidade de o trabalhador ser relacionada à atitude de

⁷² Neste sentido, o autor recorre ao termo “emprego” fazendo referência ao trabalho assalariado no modo de produção capitalista. Contudo, nem o autor, nem este trabalho ignoram a compreensão da tradição marxista em relação à centralidade do trabalho enquanto categoria.

responsabilidade, compromisso com o emprego, etc. Além disso, individualiza e responsabiliza o trabalhador desempregado pela sua condição de não empregável, pois não conseguiu alcançar o perfil exigido. Esse compromisso é relacionado à supervalorização do emprego que, por sua vez, é vinculado à superexploração do trabalho.

Nesse sentido, a autora traz à reflexão algo que se torna importante para a leitura de realidade específica dos resultados desta pesquisa: com a propagação do toyotismo e o advento da alta tecnologia, são inseridos no exército reserva de mão de obra os “inempregáveis”, que seriam aqueles qualificados para determinadas atividades no mercado de trabalho, mas que não se enquadram na nova organização do trabalho (COSTA, 2010, p. 25).

Por isso, levando em consideração as novas configurações no mundo do trabalho e o direcionamento das políticas sociais especialmente para quem não está inserido no mercado de trabalho, há uma diluição da própria classe trabalhadora em diferentes necessidades e afastando-a ainda mais do pensamento crítico sobre o trabalho humano criador de valor e que move a luta de classes.

[...] hoje, as políticas públicas para emprego, geração de renda, qualificação profissional e formação para o trabalho elegem como foco a classe trabalhadora situada no exército industrial de mão-de-obra de reserva, desempregados estruturais. Os trabalhadores nessa condição são referidos como excluídos sociais, pessoas em risco permanente ou conjuntural, empreendedores rurais e urbanos, autônomos, auto-geridos, trabalhadores terceirizados e se limitam a preparar para uma forma peculiar de inclusão dos trabalhadores aptos no mundo do trabalho. Isso se dá oferecendo-se possibilidades de aquisição de certificados em cursos para desenvolvimento dos atributos que confeririam aos indivíduos níveis crescentes de empregabilidade, com vistas a que os indivíduos criem formas próprias de geração de renda, autoemprego, para além da possibilidade de competição com outros trabalhadores por vagas no mercado de trabalho assalariado, com contrato formal (COSTA, 2009 apud COSTA, 2010, p. 25).

Dessa forma, o capital também ganha com a ausência de responsabilidade das empresas pelo desemprego estrutural, assim como no tocante às práticas flexíveis de contratação de mão de obra. Noutras palavras, a apreensão crítica sobre o termo empregabilidade insurge ideologicamente para responder um problema estrutural e intrínseco da sociedade do capital, que é o desemprego. Surge como proposta ideológica para resolver aquilo que não se pode resolver nos limites do capital, pois sua divulgação também é rentável a esta reprodução social. Nos termos de Costa (2010, p. 28):

A empregabilidade se materializa num conjunto de atributos a ser oferecidos pelo Estado e a sociedade civil, e buscados pelos trabalhadores em suas trajetórias individuais e que, em tese, os habilita à competição por um emprego ou pela capacidade de geração de renda. Isto se dá numa conjuntura de restrição

de postos de trabalho e automação de linhas de produção inteiras, em que o mercado de trabalho requer trabalhadores segundo perfis que mudam a todo momento, tornando cada vez mais difícil a objetivação sobre o que se considera como um trabalhador apto ao capital.

Ocorre, porém, que a exclusão social nada mais é do que uma nova atribuição a um velho problema, que se constitui no controle, pelo capital, do exército industrial de mão-de-obra de reserva. A empregabilidade é uma solução individualizada para um problema social, que é o da incapacidade do Capital de prover o pleno emprego. Nesse sentido, a exclusão também é uma ideologia que busca enquadrar, como inúteis para o mundo, ou de supranumerários, os trabalhadores aptos que são vítimas da destruição de forças produtivas que geram desemprego estrutural, falta de oportunidades de primeiro emprego, subempregados. Porém estes são, na verdade, os que mais explorados, pois sofrem com a precarização do trabalho, os baixos salários e a destituição de direitos. É por isso que esse processo não se configura em exclusão, mas em inclusão perversa na ordem do capital, na qual se reserva ao contingente de trabalhadores mais pauperizados, as mais intensas formas de expropriação do trabalho.

A exposição dos autores leva a pensar criticamente o processo de mercadorização do sistema educacional em todo o seu percurso, que, de fato, modela e adequa a força de trabalho às necessidades do capital. Por essa finalidade e pelas consequências que tem acarretado, Standing (2014), ao se posicionar sobre a educação, também apreende que o discurso de aprimoramento do “capital humano” que sustenta o processo de formação educacional profissional, não garantiu perspectiva de emprego. Ressalta exemplificando, a tendência de jovens qualificados que estão empregados em locais que exigem pouca e diferente qualificação daquela que possuem. Nessa perspectiva, os diplomas universitários não são garantia de um bom emprego, porque

O Estado neoliberal vem transformando os sistemas escolares para torna-los uma parte consciente da sociedade de mercado, pressionando a educação na direção da formação de ‘capital humano’ e da preparação para o trabalho. Isso tem sido um dos mais indecorosos aspectos da globalização. [...]

O sistema de educação está sendo globalizado. É ousadamente descrito como uma indústria, como uma fonte de lucros e receitas de exportação, uma zona de competitividade, com países, universidades e escolas classificados por indicadores de desempenho. É difícil parodiar o que está acontecendo. (STANDING, 2014, p. 110).

Toda essa estrutura de mercado na educação tem recomendações de instituições internacionais, como o Banco Mundial, que orienta estreita vinculação dos currículos de acordo com a economia global, como constatado no início deste tópico a partir da análise do Plano Nacional de Qualificação. Conclui-se, assim, a uma forte presença ideológica de uma educação voltada para a empregabilidade na formação de pessoas para o consumo eficiente e que mantêm o emprego, com a utilização de recursos meramente técnicos e repetitivos que excluem o conhecimento da história e cívico.

Dessa forma, também no próximo item, em que será exposta outra grande característica fundamental observada no município de Parauapebas e que está sendo considerado um grande achado na investigação, deve-se exercitar o pensamento de que atrás de tudo aquilo sofrido pelos trabalhadores, está uma população feminina (em especial mulheres negras) posta no último lugar que sofre ainda mais as consequências da precariedade, da mesma maneira em que contribui à reprodução desta sociedade com o seu trabalho.

3.5. A Feminização do trabalho no processo de precarização do trabalho

Neste item, dar-se-á continuidade à discussão anterior, porém sob um aspecto específico que também foi destaque na investigação realizada, e também se configura em um dos processos consequentes da precarização social do trabalho. Trata-se do processo de feminização do trabalho, no qual, como o próprio nome sugere, discorre sobre a maior participação das mulheres no mercado de trabalho. Contudo, como será explicitada a seguir, a inserção feminina no mercado de trabalho contém características de um contexto histórico e social de submissão feminina em relação ao homem, somadas ao acirramento e difusão da precarização do trabalho. A conjunção desses fatores tende a gerar impactos na vida de mulheres, como, por exemplo, duplas jornadas de trabalho incluindo a venda da força de trabalho e o trabalho doméstico.

Para iniciar, recorre-se ao documento da OIT lançado em 2010 que se propôs a discutir “O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal”. Nele, a OIT (2010) ressalta como positivo o processo de formalização do emprego nos últimos anos e aumento de postos de trabalho. Porém, reconhece a dificuldade em reduzir a informalidade e gerar trabalhos de qualidade e justifica a dificuldade de entrada no mercado de trabalho pela falta de educação e formação profissional.

Na pesquisa realizada no Brasil, verifica-se que o setor terciário emprega mais mulheres que homens. Traduzir isso significa revelar que elas estão presentes em postos de trabalho mais instáveis e pior remunerados, como nos serviços domésticos, comércio e prestação de serviços devido às concepções discriminatórias acerca do papel feminino. Ademais, como os negros também ocupam os cargos mais desvalorizados, ressalta que as mulheres negras são as que mais sofrem discriminação no mundo do trabalho.

A OIT (2010) reconhece ainda a diversidade de concepções sobre o trabalho informal. Porém, ao recolher algumas convergências de pensamentos, entende que em

geral é reconhecido pelas precárias e mínimas condições de trabalho e proteção social, como longas jornadas de trabalho, baixa qualificação profissional, baixos rendimentos, etc. E, para fins de melhor explanação das ideias, o documento concebe a informalidade como o trabalho que não dispõe de registro em carteira.

[...] como trabalhadores formais são considerados os empregados e os trabalhadores domésticos com carteira. Todos os outros tipos de ocupação, sem o registro em carteira, são considerados como ocupações informais, quais sejam: empregados sem carteira, trabalhador doméstico sem carteira, conta-própria, empregador. Serão considerados também como informais os trabalhadores na autoconstrução e no autoconsumo e os não-remunerados (OIT, 2010, p. 9).

Mesmo assim, ao fazer um percurso acerca das compreensões de trabalho informal, o documento também retrata a associação de informalidade com precarização diante da perda ou ausência de direitos, como também exposto pelos autores no item anterior. No Brasil, a formalidade foi sendo concebida tendo por base a garantia de direitos trabalhistas que, posteriormente, passou a ser representada pelo registro em carteira, significando que o emprego era confiável e de durabilidade.

Todavia, as alegações de empresas dos altos custos para manter status de formalidade e a adoção de medidas flexíveis na contratação e gestão do trabalho tiram o caráter de confiança e durabilidade. Nesse quadro, o documento mostra uma maior aceitação da flexibilidade especialmente pelas mulheres “que se adaptam mais facilmente a este tipo de emprego e aceitam salários inferiores devido à sua necessidade de conjugar o trabalho profissional com o doméstico” (OIT, 2010, p. 12).

Dessa forma, considerando o perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal, detalhando características de gênero e raça, o documento revela que

O sexo e a cor da pele marcam, em geral, as oportunidades dos indivíduos no mercado de trabalho: as mulheres se concentram em poucos setores econômicos, principalmente no setor de serviços em ocupações de menor remuneração e nível de responsabilidade enquanto que os negros, ainda que consigam abranger uma diversidade maior de setores, só conseguem empregos de baixa qualificação, remuneração e prestígio social [...].A segmentação do mercado de trabalho apresenta expressões diferentes que incidem na qualidade dos empregos. Assim, por exemplo, no que tange ao local de trabalho, os homens (brancos e negros) trabalham predominantemente em escritórios ou fábricas enquanto entre as mulheres é mais comum o próprio domicílio (OIT, 2010, p. 12).

Diante do exposto, importa ainda sinalizar que, como resultado da pesquisa que originou o documento, entre os trabalhadores de menor escolaridade sem carteira as diferenças de cor têm mais importância que as diferenças de sexo quanto ao rendimento; o contrário acontece entre os trabalhadores com carteira, pois há uma maior discriminação de

gênero em relação à cor da pele. Já a comparação com os trabalhadores com e sem carteira que apresentam maior nível de escolaridade mostra altas diferenças de gênero, nas quais seja a mulher branca sem carteira, seja a mulher negra com e sem carteira tem menor rendimento em relação ao homem. No que se refere às mulheres que obtêm o diploma de ensino superior, as diferenças de rendimento existem nas questões de cor, gênero e a posse da carteira.

As informações acima apresentadas introduzem uma discussão mais teórica acerca da feminização do trabalho e ajudam a ter as primeiras ideias daquilo encontrado na pesquisa realizada no município de Parauapebas. Dessa forma, parte-se agora do pensamento de Abreu (1994), que mesmo não sendo um trabalho recente, é atual e propõe uma ampla e profunda discussão sobre a flexibilização e a influência desta nas relações de gênero no mundo do trabalho, revelando uma intrínseca relação entre estes e pontuando a necessidade de compreender os impactos das concepções flexíveis de forma diferenciada para homens e para mulheres.

Tendo por base a definição de Piore e Sabel (1984), a autora adota o termo especialização flexível para descrever o processo de gestão e controle do trabalho ocorrido na última metade do século XX. Tal processo exige uma superqualificação dos trabalhadores ao mesmo tempo em que os empurra à polivalência, a multifuncionalidade, a fim de acompanhar o avanço tecnológico e as necessidades de produção.

Segundo a autora, fundamentadas no modelo japonês de organização e controle do trabalho e da produção, as novas requisições de um trabalho qualificado e polivalente provocam uma profunda divisão ao gerar contemporaneamente uma parcela de trabalhadores aptos às novas exigências e outros que, não tendo acesso à formação qualificada (que envolve todo o processo educacional), aglomeram-se e se tornam uma massa de trabalhadores desqualificados.

Nesse contexto, as mulheres começam a entrar mais no mercado de trabalho e, além de sofrerem as requisições acima descritas, passam a enfrentar nos locais de trabalho as concepções da divisão sexual que segrega e impõe nos espaços de trabalho a mesma lógica presente na família. Entretanto, para Abreu (1994), o argumento de forma isolada da segregação sexual presente no mercado de trabalho não compreende a totalidade da realidade. Assim, para uma análise que fuja de um determinismo, recomenda pensar a participação feminina no mercado de trabalho que contemple a discussão de gênero e classe. Sugere, dessa forma, uma análise sob a ótica de que: a) “a divisão do trabalho entre

homens e mulheres é parte integrante da divisão social do trabalho” (ABREU, 1994, 54); b) “a divisão do trabalho é um termo genérico que remete a toda uma série de relações sociais, como a divisão internacional do trabalho e a divisão entre trabalho manual e intelectual” (ABREU, 1994, 55); c) “a divisão sexual do trabalho não pode ser considerada apenas no âmbito do privado e da reprodução. Ao contrário, é uma problemática que atravessa e dá sentido ao conjunto das relações sociais que recobrem o termo divisão social do trabalho” (idem).

Diante disso, é possível compreender a tendência de as mulheres ocuparem atualmente cargos mais instáveis e precarizados que os homens. Pois, mesmo com o discurso ideológico de que a qualificação do trabalhador é fundamental para a obtenção de maiores rendimentos e mais estabilidade, essa qualificação é regida por uma relação social construída de forma sexuada. Por esse motivo, as consequências das mudanças e inovações tecnológicas impactam de forma diferente no público feminino e masculino, nas suas diferentes categorias de trabalhadores e diferentes contextos dos estados nacionais onde se encontram.

Um exemplo da autora, com base em Kergoat (1988) vem a ser a masculinização de profissões de níveis superiores e a feminização de postos de trabalho ocupadas por trabalhadores não qualificados, os quais, por sua vez, caracterizam-se por atividades repetitivas, controladas hierarquicamente e fragmentadas.

O novo modelo de flexibilização para as mulheres passa pela utilização intensiva de formas de emprego atípicas, como contratos de curta duração ou empregos em tempo parcial. Além disso, na maior parte das vezes existe de fato uma justaposição do taylorismo às novas tecnologias flexíveis: as novas estruturas de qualificação adicionam as qualidades novas (capacidade de autocontrole, integração de exigências de qualidade, gestão de estoques, regulagem dos equipamentos) às qualidades antigas (rapidez e destreza). Isso tudo com uma simples formação no posto de trabalho e sem que se criem novas carreiras profissionais. As mulheres se tornam polivalentes sem um aumento de salário e sem que se abram novas chances de promoção (ABREU, 1994, p. 56).

Para dar continuidade a essa discussão, não se pode deixar de citar o pensamento de Hirata e Kergoat (2007) que, em uma atualização dos seus estudos sobre a temática, também contribuem para o exercício de apreensão dos impactos da divisão sexual do trabalho e da precarização para as mulheres.

As autoras também conceituam a divisão sexual do trabalho propondo-se a ir além daquela comumente conhecida, pois, em geral, essa divisão é concebida e modulada histórica e socialmente como a “forma de divisão do trabalho social decorrente das

relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 599). E, como características, apresentam a designação histórica da função produtiva aos homens e a função reprodutiva às mulheres.

Para além da concepção acima exposta, Hirata e Kergoat (2007) complementam:

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 599).

Em especial sobre o terceiro ponto, as autoras mostram que, além do trabalho doméstico, a divisão sexual também se dá em nível profissional. Pois, o movimento de conciliação das tarefas no âmbito doméstico não leva em consideração, por exemplo, as disparidades existentes na vida profissional masculina e feminina que em grande parte cabem mais à mulher a tentativa de conciliação entre vida familiar e vida profissional.

Para resumir, pode-se dizer que os pontos fortes dessas novas modalidades da divisão sexual do trabalho são os seguintes:

- a reorganização simultânea do trabalho no campo assalariado e no campo doméstico. O que remete, no que diz respeito a este último, à externalização do trabalho doméstico, mas também à nova divisão do trabalho doméstico (o maior envolvimento de certos países é acompanhado de um envolvimento quase exclusivo no trabalho parental);
- duplo movimento de mascaramento, de atenuação das tensões nos casais burgueses, de um lado, e a acentuação das clivagens objetivas entre mulheres, de outro: ao mesmo tempo em que aumenta o número de mulheres em profissões de nível superior, cresce o de mulheres em situação precária (desemprego, flexibilidade, feminização das correntes migratórias) (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 602).

Por essas razões, Hirata e Kergoat (2007) trazem uma reflexão sobre os termos conciliação e delegação, mostrando o conteúdo fortemente ideológico pelos seguintes motivos: no primeiro, levando em consideração a realidade, cabe às mulheres em geral o exercício de conciliar vida familiar e profissional; em segundo as mulheres mais bem pagas e com melhores cargos e salários profissionais delegam outras mulheres para realizar o serviço doméstico, porque elas não dão conta de os fazerem sozinhas. Muitas vezes, essa delegação tem continuidade.

Recentemente, Hirata (2009) direciona de forma específica como as mulheres são especialmente atingidas pela precarização, através da fragilização dos contratos pela flexibilidade, como o trabalho em tempo parcial; ocupam empregos temporários com mais facilidade, principalmente as jovens e menos qualificadas; além de serem tendencialmente conduzidas à precarização.

O que resta a analisar de modo mais geral – e cuja importância é proporcional à internacionalização atual do fenômeno – é a situação particular das mulheres no trabalho assalariado contemporâneo, as quais usufruem (mesmo que isso deva ser modulado conforme as categorias sociais e os contextos nacionais) de uma maior autonomia e mais liberdade no casal e na família devido à sua maior independência econômica, ocupam uma minoria significativa de empregos executivos e de profissões intelectuais superiores, embora sejam, ao mesmo tempo, majoritariamente mais vulneráveis e menos legítimas do que os homens no espaço profissional (HIRATA, 2009, p. 29).

Nesse sentido, a autora pontua que, se a globalização tem aprofundado a precarização do trabalho, muito mais impactou na precarização do trabalho feminino. Principalmente com uma entrada maior de mulheres seja no mercado formal, seja no mercado informal, tanto em profissões em nível superior como nas profissões tradicionalmente femininas ligadas ou não ao âmbito doméstico. Isso porque, independente de qualificação ou segmento laboral, ocupam em geral empregos instáveis, com baixa remuneração e sem muita valorização na sociedade. Com isso, os contratos também dificilmente abarcam todos os direitos sociais.

No que se refere à imigração, a autora revela que o trabalho feminino pode ser associado à característica de servidão, em que se “articula relação social de sexo à relação de classe e à relação de serviço e atualiza a ideia de uma relação de servidão estreitamente integrada à relação de serviço em certas circunstâncias e para certas categorias de mão-de-obra” (HIRATA, 2009, p. 32).

As características flexíveis e precárias do trabalho são cada vez mais incorporadas e divulgadas em sentido positivo, quando, por exemplo, o aumento do pleno emprego ou a formalização de empregos assumem o significado de intensificação do trabalho, perda de direitos trabalhistas com os empregos de tempo parcial, temporários, etc. Para a autora, esse conteúdo ideológico divulgado está sendo aos poucos legitimado por representações dos Estados Nacionais, simplifica e torna superficial o complexo e contraditório processo de flexibilização.

Outra autora que conduz a pensar criticamente o processo de feminização do trabalho é Nogueira (2006), ao expor os resultados de um estudo sobre a precarização do

trabalho feminino na realidade de mulheres em uma empresa multinacional de telemarketing. De acordo com a autora, essa área de trabalho é um exemplo de como a participação da mulher no mundo do trabalho, não somente tem crescido como também tem sido funcional à lucratividade empresarial. No decorrer da exposição, chama a atenção como a autora vai apresentando as falas das trabalhadoras e mostra como elas são identificadas teoricamente. Assim, reitera uma tendência que se aprofunda e cresce.

Sobre a investigação de Nogueira (2006) importa destacar às condições em que são submetidas essas mulheres para ilustrar a funcionalidade feminina em um ambiente de empresa. Por exemplo, a rigidez do controle do tempo de produção que privam as trabalhadoras em prol de um mecanismo de extração excessiva de trabalho. Outra característica vem ser a robotização e rotinização através da determinação de comportamentos, falas e emoções exigidas no comportamento. Acrescenta-se ainda o controle sobre os intervalos de descanso que se tornam reduzidos diante da alta demanda e demais exigências. Controle psicológico sobre os atrasos e faltas no trabalho, em que há cobranças e retaliações. Incentivos à produtividade através de premiações àquelas que alcançam metas. Condições péssimas de trabalho que prejudicam a saúde. Mesmo assim, ainda há uma pressão na própria empresa para cumprir e obter certificações de qualidade.

Para a autora, todas as condições acima retratam, na realidade, a exploração empresarial,

[...]em seu limite mais profundo, a força de trabalho presente nesse segmento, alegando garantir a “satisfação” do cliente, mas de fato visando a atingir a meta de produtividade, dentro dos tempos e padrões impostos pela empresa, em seu processo de acumulação do capital. Há uma evidente rigidez no cumprimento das metas fixadas por meio de seus mecanismos de controle, desconsiderando-se uma série de elementos que acabam prejudicando as trabalhadoras da empresa (NOGUEIRA, 2006, p. 294).

Em um trabalho mais recente, Nogueira (2010), revela de forma mais específica como apreende a divisão sexual do trabalho. Reconhece-a por ser um

[...] fenômeno histórico, pois se metamorfoseia de acordo com a sociedade da qual faz parte. Mas, na sociedade capitalista, ainda nos dias de hoje, o trabalho doméstico permanece predominantemente sob a responsabilidade das mulheres, estejam elas inseridas no espaço produtivo ou não (NOGUEIRA, 2010, p. 59).

Observa que, especialmente a partir da década de 90, a presença de mulheres no mercado de trabalho adquire novos rumos e passa a ter uma acentuada precarização com fortes vínculos ao trabalho doméstico. É nesse período que

[...] o emprego e o trabalho feminino remunerado crescem, mas, mesmo ampliando a participação feminina no mundo produtivo as tarefas domésticas continuavam reservadas exclusivamente à mulher, ou seja, a organização da família patriarcal pouco é alterada, o marido se mantém provedor e a esposa a provedora complementar e dona de casa, confirmando a divisão sexual desigual do trabalho (NOGUEIRA, 2010, p. 59).

Nesse contexto, o crescimento do trabalho feminino implica maior acúmulo de capitais, com a desvalorização salarial e alta produtividade das mulheres no mundo produtivo. A mulher assume dupla jornada de trabalho e sua precarização se dá de diversas formas, como o rebaixamento salarial, alta exploração e opressão no mundo do trabalho e âmbito doméstico. Levando em consideração essas características, Nogueira (2010) afirma que o combate por relações mais dignas na divisão sexual do trabalho também implica opor-se ao capitalismo, que produz desigualdades e reforça o modelo patriarcal familiar que associa, por exemplo, as tarefas domésticas ao público feminino.

Com base em Antunes, a autora coloca que o capitalismo contemporâneo exige um menor número de força de trabalho mais qualificada e com maior intensificação do trabalho. Nesse quadro, o âmbito doméstico reproduz as relações complexas e desiguais do mundo do trabalho, pois “o espaço doméstico familiar é fundamental para que o capital garanta a reprodução e a manutenção da classe trabalhadora” (NOGUEIRA, 2010, p. 60).

Por fim, a autora entende que

a articulação entre a esfera da produção e a esfera da reprodução ocorre baseada na lógica da divisão sócio-sexual do trabalho existente tanto no mundo assalariado como na família patriarcal. Portanto, a importante categoria da divisão sócio-sexual do trabalho presente na esfera produtiva e reprodutiva possibilita a articulação das duas dimensões que definem essa relação, o *trabalho* e a *reprodução* (NOGUEIRA, 2010, p. 61).

Importa destacar ainda que Standing (2014) também discorre sobre a presença das mulheres no processo de precarização do trabalho, destacando a fragilidade de elas ingressarem mais rapidamente no precariado, juntamente com os jovens. A figura feminina no mercado de trabalho se expandiu na era da globalização sob um forte caráter da flexibilização. Essa coincidência, seja como causa ou efeito, revela a desproporcionalidade de empregos precários, onde se encontrariam grande parte da força de trabalho das mulheres. Trabalho de tripla jornada (cuidar da casa, dos filhos, idosos e trabalho

assalariado), empregos temporários e com baixa remuneração, são exemplos da precariedade do trabalho feminino⁷³.

Os ganhos no acesso aos empregos são reais. Porém, eles foram obtidos a um preço, pago em grande parte por mulheres, mas também, em certa medida, pelos homens. A maioria dos empregos é de tempo parcial, temporário ou estanque, sem perspectiva de desenvolvimento profissional. No entanto, os governos estão pressionando as mulheres para ocupa-los. (STANDING, 2014, p. 101).

Vale destacar ainda o aumento do número de mulheres “chefes de família” e o abandono de homens do mercado de trabalho. O autor chama atenção que essa atitude é involuntária, pois os dados revelam que em cada recessão sucessiva da economia, o desemprego masculino é maior que o feminino. Isso não significa, no entanto, que as mulheres não estejam na precariedade. Do contrário, é crescente o receio e a insegurança de se tornarem mendigas, o que tem feito, inclusive, a busca de emprego a qualquer custo, inclusive o aumento da procura por serviços sexuais⁷⁴.

Um desafio à masculinidade ainda se torna um ponto ressaltado pelo autor, quando hoje “há poucos modelos realistas para que os jovens homens da classe trabalhadora imitem e que lhes possibilitem a conquista do autorrespeito, e suas perspectivas de ser um futuro ‘chefe de família’ são parcas” (STANDING, 2014, p. 104). Além disso, os homens tem encontrado dificuldade para encontrar um papel ou um modelo, não só em casa, mas também na escola, quando a maior parte são professoras. O número de mulheres a alcançarem emprego, mesmo após de serem licenciadas, é maior que os homens que saem da universidade. Por isso, muitos homens demoram a sair de casa.

Verifica-se, dessa forma que a feminização do trabalho teve um significado reconvertido aos interesses de acumulação do capital. A presença da mulher controlada pela divisão sócio-sexual do trabalho se torna um grande desafio de superação especialmente por ter adquirido característica de uma das peças fundamentais na produtividade e competitividade. Apesar de pouco se levar em consideração a condição última em que é submetido o trabalho feminino, ele faz parte desse processo e também tem importante funcionalidade para o aumento da exploração do trabalho.

⁷³ É interessante também a colocação do autor sobre uma maior probabilidade de encontrar mulheres com salários maiores que seus companheiros em uma situação de precariedade em relação aos homens casados com salários maiores que suas companheiras.

⁷⁴ Sobre isso, recomenda-se a leitura da nota de rodapé sobre a “síndrome da mendiga” ou *bag lady syndrome* (STANDING, 2014, p. 103).

Em um contexto de globalização e a acelerada dinamicidade das relações sociais no modo de produção capitalista, não se pode permitir visões e análises isoladas. Dessa forma, como se partiu do desemprego, é aparente permanecer na sua definição e explicação simplesmente por números. Os autores utilizados até o momento chamam a atenção que ele faz parte de um processo que vai além e revelam inúmeros aspectos que corroboram ao aumento do desemprego. A contextualização histórica, nesse sentido, permite entender como a condição de desemprego, a existência de um constante exército de reserva de mão de obra é funcional à ampliação do capital. Com essa apreensão, podem ser encontradas as principais tendências fundamentais a essa realidade, como o processo de precarização. Além disso, também permite as características que ela contém e como estão ligadas entre si para, juntas, formarem um esquadrão potente direcionado aos interesses de expansividade do mercado.

Todavia, até o momento foram levados em consideração os aspectos internacionais e nacionais que influenciam diretamente nas relações de trabalho no município de Parauapebas. Não se pode esquecer, porém, que as análises acima apontadas não recorrem à inserção parauapebense na região da Amazônia. Dessa forma, tendo em vista a necessidade de também explicar as contribuições históricas e atuais desta região para o aumento da riqueza mundial, o capítulo seguinte discorrerá especificamente sobre essa temática, não deixando, porém, de estar vinculado a este.

9. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA AMAZÔNIA.

O município de Parauapebas, como já observado, é situado no estado do Pará que, por sua vez está inserido na região da Amazônia brasileira. Nesse sentido, para iniciar a discussão da precariedade do trabalho na Amazônia, é imperioso situar a importância dessa região, em especial no Brasil e particularmente no Pará, para a expansividade do capital que impede o avanço da região e ao mesmo tempo em que produz e oferece enormes ganhos à lucratividade. Como ponto de partida, é interessante pontuar algumas discussões que permitem apreender melhor a tendência histórica peculiar da funcionalidade amazônica ao capital internacional, que atualmente tem com base e recurso divulgador a ideia de sustentabilidade.

9.1. A Amazônia para o capital

A discussão que ora será apresentada aponta concepções que desmascaram e revelam o conteúdo ideológico presente na abertura da região ao capital internacional. Tal abertura não é isolada e ocorre como consequência da postura tomada pelos Estados Nacionais em relação ao mercado internacional (em especial dos países periféricos como o Brasil) e indicada por organismos internacionais nos direcionamentos de políticas e ações. Ela vem significando cada vez mais a extorsão e exploração de seus recursos naturais e humanos e também influencia posturas adotadas por grandes empresas mundiais, destacando-se as transnacionais, no que concerne ao “tratamento da pobreza e do desemprego”. O que leva a pensar a presença da empresa transnacional Vale em Parauapebas e na Amazônia.

Nesse contexto, o discurso do desenvolvimento sustentável⁷⁵ e a garantia de Direitos Humanos tem ganhado cada vez mais espaço e tem se tornado fundamento para as políticas e programas sociais de desenvolvimento, recomendadas e materializadas especialmente pelos países periféricos. Nesse contexto, o discurso do desenvolvimento

⁷⁵ O conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável remete à continuidade do desenvolvimento econômico (utilização de recursos naturais) sem causar danos ao meio ambiente e à sociedade, e ser capaz de proteger e melhorar esse ambiente para as gerações futuras. O tema passa a ser mais difundido em 1972, quando foi realizada a Conferência de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente), e criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), cuja função mais importante é a de ser um “organismo catalisador para as atividades e a tomada de consciência da questão ambiental em todo o mundo”. O PNUMA atua junto a governos, comunidades científicas, indústrias e organizações não governamentais para cumprir seus objetivos e Coordena as atividades de todos os organismos da ONU com relação ao meio ambiente. Disponível em: http://unicrio.org.br/img/ABCNaesUnidas_Maio2009.pdf. Acesso em: 11 de maio de 2011.

sustentável⁷⁶ e a garantia de Direitos Humanos tem ganhado cada vez mais espaço e tem se tornado fundamento para as políticas e programas sociais de desenvolvimento, recomendadas e materializadas especialmente pelos países periféricos.

Nessa perspectiva, pensamento crítico de Foladori (2001) historiciza e aprofunda o debate em torno da temática do desenvolvimento sustentável que também vem se expandindo no Brasil, a partir das diretrizes dos organismos internacionais em detrimento dos impactos ambientais, como a deterioração da camada de ozônio, o aquecimento global, o aumento do nível de oceanos e os riscos de grandes alcances de resíduos nucleares, etc. O autor entende que a caracterização dos problemas ambientais se dá pelas intervenções externas reveladas na limitação da reposição natural⁷⁷, pois o que torna os problemas ambientais mais expressivos e menos compreendidos é o fato das análises a esse respeito não levarem em consideração a relação estabelecida entre o homem e a natureza no processo produtivo.

Destarte, o grande eixo de análise de Foladori (2001) está na compreensão das relações de produção e reprodução da vida como justificativa para o processo de degradação ambiental. Ou seja, da relação homem-natureza por meio do trabalho. O processo de trabalho se dá essencialmente pela inter-relação de cada sociedade e o meio ambiente e do processo produtivo, através do conhecimento do processo de trabalho (que seria o *conteúdo* ou a *relação técnica*) e da *forma* como os indivíduos presentes nela se relacionam entre si para a produção.⁷⁸ Por isso, uma análise que estuda somente o processo

⁷⁶ O conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável remete à continuidade do desenvolvimento econômico (utilização de recursos naturais) sem causar danos ao meio ambiente e à sociedade, e ser capaz de proteger e melhorar esse ambiente para as gerações futuras. O tema passa a ser mais difundido em 1972, quando foi realizada a Conferência de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente), e criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), cuja função mais importante é a de ser um “organismo catalisador para as atividades e a tomada de consciência da questão ambiental em todo o mundo”. O PNUMA atua junto a governos, comunidades científicas, indústrias e organizações não governamentais para cumprir seus objetivos e Coordena as atividades de todos os organismos da ONU com relação ao meio ambiente. Disponível em: http://unicrio.org.br/img/ABCNaesUnidas_Maio2009.pdf. Acesso em: 11 de maio de 2011.

⁷⁷ Por isso, critica os argumentos que apontam a superpopulação, recursos e resíduos como principais consequências dos impactos ecológicos do “subdesenvolvimento sustentável”. Além disso, expõe que tais argumentações possuem “um denominador comum: os limites físicos externos com os quais a sociedade humana se defronta.” (FOLADORI, 2001, p. 101).

⁷⁸ Isso se confirma quando Foladori afirma que “a relação da sociedade humana com seu ambiente é sempre uma relação na qual intervêm três elementos: o trabalho ou atividade humana, os meios de produção, que são resultado de trabalhos passados, e a natureza. Mas essa combinação pode ser dar de diferentes modos, segundo assinala a própria história da humanidade. A sociedade primitiva de caçadores e coletores combinava os três elementos de maneira diferente daquela utilizada pela sociedade escravista, a feudal, as de tributo coletivo, a sociedade capitalista, a socialista etc. Na *forma social* dessa combinação está a chave para entender os problemas derivados da *velocidade de utilização* e da *utilidade* dos recursos naturais”. (FOLADORI, 2001, p. 121, grifo do autor).

técnico de utilização dos recursos naturais é fetichizada e incompleta por não considerar a forma social de produção.

O relacionamento do ser humano com seu ambiente se dá pela mediação do trabalho. O trabalho humano inter-relaciona uma atividade física com um meio ambiente externo e com meios de trabalho transmitidos por processos de trabalho anteriores. Nessa inter-relação consiste a essência da produção e da inter-relação sociedade-meio ambiente. Assim, essa produção pode ser desagregada em sua forma e em seu conteúdo. O *conteúdo* é a relação do trabalhador com os meios de produção e com o ambiente; seria uma relação genética, aistórica. Esse *conteúdo* toma corpo em cada atividade específica, como uma relação técnica na qual o que importa é o conhecimento do processo de trabalho. Assim considerados, *conteúdo* e *relação técnica* são sinônimos. Entretanto, a *forma* é a maneira como os diferentes indivíduos se relacionam entre si para produzir. Inclui as relações de propriedade e/ou apropriação dos meios de produção e da natureza externa e determina notavelmente o processo de produção. (FOLADORI, 2001, p. 104, grifo do autor).

É por esse fato que também o surgimento do capitalismo modifica as formas de vida da sociedade e, conseqüentemente, sua relação com a natureza, a qual passa a ser concebida como fonte inesgotável de matéria-prima à produção de mercadoria. Em virtude disso, a fase capitalista da história instaurou a reprodução ilimitada de necessidades supérfluas e não levou em consideração o limite da fonte de recursos para satisfazê-la, pois

O interesse da burguesia como classe não é a natureza como meio de vida, mas à medida que esta possibilite o aumento da taxa de exploração do trabalho assalariado, quer dizer, a geração do lucro, embora como pessoas defendam o meio ambiente (FOLADORI, 2001, p. 112).

Assim, é sob o fundamento dos interesses da burguesia que se difunde o discurso do desenvolvimento sustentável⁷⁹. E, por isso, o autor afirma que no sistema capitalista a utilização de uma postura de preservação da natureza é possível na medida em que gerar alguma forma de lucro para o capital. Além disso, discursos ideológicos como a tese de que a pobreza é uma das impulsionadoras da má gestão ambiental dos países é desmistificada por Foladori (2001), ao expor ser a concentração de riqueza que degrada o meio ambiente⁸⁰. Pois, a proporção de riqueza e concentração de renda definem as formas e estilos de vida nos diversos países, incluindo as formas de exploração de recursos naturais.

⁷⁹ Foladori (2001) expõe que, a partir de 1986, o termo Desenvolvimento Sustentável vem sendo utilizado como uma forma de responder às necessidades humanas sem comprometer as possibilidades de sobrevivência atuais e das gerações futuras.

⁸⁰ Ele desmistifica essa questão ao evidenciar os países mais ricos e menos populosos como os maiores consumidores dos produtos materiais e mais degradam o meio ambiente. Isso desmistifica outra tese do discurso dominante de que quanto maior a população do país, maior é a utilização dos recursos naturais.

Dessa maneira, a sociedade humana estabelece regras de comportamento com o entorno *derivadas* de e *subordinadas* às regras que estabelece em seu interior, entre classes e grupos sociais. Portanto, para responder à crise ambiental, há que se entender, primeiro, quais são as contradições das relações sociais de produção que a provocaram. Ao insistir nos limites físicos, desvia-se a atenção do problema central, já que a crise ambiental, ainda que possa ser visível ou explicita um desajuste entre o ser humano e a natureza, é essencialmente uma crise das relações sociais entre seres humanos. (FOLADORI, 2001, p. 137, grifo do autor).

Nesse sentido, a “mesma forma de sociedade”⁸¹ que iniciou sua vida impondo-se arbitrariamente sobre a natureza e sobre os próprios homens, hoje discute e luta por um desenvolvimento sustentável. Contudo, ainda não foi capaz de entender, expor e difundir claramente, inclusive no âmbito da reflexão teórica, as contradições que a permeiam desde sua origem, levando à exploração da natureza (meio-ambiente, ser humano e demais seres vivos) com fins econômico-lucrativos sobre os interesses sociais. Mesmo os grandes organismos, os quais estudam boa parte dos problemas ambientais e orientam posturas a serem seguidas pelos Estados Nacionais, adotam uma perspectiva residual da problemática. É tendência em seus estudos o não questionamento ou pouco se leva em consideração o modo de produção que corrobora decisivamente para os graves impactos ambientais.

Na mesma linha de pensamento, Silva (2012) recorrendo ao surgimento da sustentabilidade ambiental a expõe como um arcabouço estratégico de superação da última grande crise do século XX do grande capital, bem como modelos de Estado (dentre eles, *Welfare State*, “socialismo real”, etc.) e vem ganhando força desde então⁸².

A partir de uma análise crítica do Relatório Brundthland⁸³, Silva (2012) afirma que o desenvolvimento sustentável consiste em um receituário ideopolítico na tentativa de compatibilizar a expansão do modo de produção capitalista e utilização dos recursos naturais racionalmente. Porém, revela o paradoxo entre acumulação e expansão de capital e o aprofundamento das desigualdades sociais, da pobreza, da exploração da força de trabalho com contínua precarização das relações de trabalho, aumento do desemprego, regressão dos direitos sociais e do avanço exploratório e degradador do meio ambiente.

Além disso, chama a atenção para os diversos interesses econômicos e sociais no discurso de enfrentamento à questão ambiental, os quais consistem em “uma disputa em torno da ênfase na gestão ambiental pública em contraposição à autorregulação do mercado

⁸¹ Refere-se aqui à forma social capitalista.

⁸² Segundo a autora, o “conceito sustentabilidade, oriundo das ciências da vida, da biologia e da ecologia é transposto à vida social” (SILVA, 2012, p. 105).

⁸³ O referido Relatório é o principal documento do Conselho Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMAD) que trata sobre a temática.

no trato com os recursos naturais” (SILVA, 2012, p. 109)⁸⁴. Isso porque não se questiona como se estruturam as bases da construção da totalidade dinâmica do modo de produção capitalista.

O consenso que se estabelece em torno da necessidade do crescimento econômico, por um lado, da própria dinâmica societária, impulsionada sucessiva e permanentemente pela expansão da produção material, independente da vontade individual dos capitalistas. Por outro, resulta, da rendição ao projeto societário burguês, o qual confina a humanidade aos ditames da lógica do lucro, da exploração do trabalho e da mercantilização da natureza, com todas as nefastas consequências conhecidas (SILVA, 2012, p. 111).

Ao ter em si o combate à pobreza como ação, o Desenvolvimento Sustentável adota posições sobre a relação entre pobreza e degradação ambiental/meio ambiente e por isso é tendência à hegemonização da tese da criação de políticas sociais para resolver a pobreza e diminuir os impactos ambientais⁸⁵. Silva (2012) apresenta contradição político-ideológica e o esvaziamento no conteúdo presente na sustentabilidade ambiental, pelo fato de não compreender a pobreza e a questão ambiental como correlatos e consequências do “sociometabolismo do capital”.

Do contrário, tal entendimento distribui e fragmenta causas para o enfrentamento da degradação dos recursos naturais, as quais na realidade se configuram consequências de uma forma de produção social, que consiste, portanto, na causa dos problemas relacionados à temática.

[...] ao igualar sustentabilidade social e combate à pobreza extrema, o capital reduz o sistema de necessidades humanas em níveis rudimentares, a patamares mínimos de sua satisfação, em contraposição a um grau de desenvolvimento das forças produtivas cada vez mais avançado. [...] ainda que confinada pelo ideário burguês aos limites da extrema pobreza, revela-se o capital cada vez mais incapaz de obtê-la, por encontrar-se enredado no complexo emaranhado de estratégias voltadas à recomposição de suas taxas de lucro (SILVA, 2012, p. 116).

A argumentação exposta acima se torna ratificação para que Silva (2012) conclua a impossibilidade dos avanços técnicos (científicos e tecnológicos) para dirimir ou erradicar a pobreza e, muito menos, a deterioração ambiental no modo de produção capitalista. Isto

⁸⁴ No que se refere à gestão ambiental, Quintas (2006, p. 30 apud SILVA, 2012, p. 110) expõe que ela consiste em um “processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído [...] define e redefine, continuamente, o modo como os diferentes atores sociais, através de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente e também como se distribuem os custos e os benefícios da ação destes agentes”.

⁸⁵ Isso porque, a tese hegemônica anterior entendia a pobreza como principal causa da degradação ambiental. Os pobres “seriam *sujeitos e vítimas* da degradação da natureza”, e na busca de suprir suas necessidades, principalmente nos países mais pobres, “ocupariam áreas mais degradadas, aprofundando a depredação ambiental pelo fato de serem numerosos” (SILVA, 2012, p. 112).

porque, ao terem como objetivo a maximização de lucros, corroboram decisivamente “ainda que incorporem alguns critérios ambientais, [...] à intensificação da exploração dos recursos naturais e do trabalho humano” (SILVA, 2012, p. 118).

Pensar, pois, na compatibilidade entre acumulação do capital, preservação ambiental e igualdade social é negar as contradições inerentes da sociedade capitalista e sua lógica destrutiva. Desenvolvimento sustentável, sob essa ótica, gera insustentabilidade social. E, diante disso, a autora cita tendências drásticas dessas ações para o Brasil:

No caso brasileiro, são emblemáticas as metas de redução da emissão de gases provenientes da produção de etanol. A supressão da queima da cana-de-açúcar até 2015 implicará a completa mecanização da colheita, de graves consequências sociais, acarretando o desemprego em massa, especialmente de segmentos menos qualificados da classe trabalhadora. Grande parte destes são compostos por migrantes nordestinos, os quais têm nessa atividade a principal fonte de sua sobrevivência (SILVA, 2012, p. 120).

Ainda nesse contexto, além do combate à pobreza, a sustentabilidade também vem sendo vinculada às lutas sociais em nível mundial e, fundamentadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), alastra-se nos espaços público e privado, sendo que, especialmente no âmbito empresarial é associado às práticas de responsabilidade social. A relação entre Direitos Humanos, Desenvolvimento Sustentável, Empresas e Estado é difundida pela compreensão de que é possível crescer economicamente, promovendo a inclusão social sem afetar o meio ambiente de onde provêm os recursos para a produção, ou seja, a aliança entre desenvolvimento econômico, social e sustentável.

Nesse sentido, é válido destacar diversos documentos criados a partir da década de 70 que fundamentam as ações sustentáveis apontados por Mathis e Mathis (2012a): em 1973 é criada uma das primeiras iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU) para garantir o exercício dos direitos humanos no interior das empresas transnacionais (TCNs) nas realidades nacionais. Em seguida, em 1976, é criado um Comitê para Investimentos e Empreendimentos Multinacionais, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD)⁸⁶. Em 1977, a Organização Nacional do Trabalho (OIT) adota a declaração Tripartida de Princípios Relativos a Empreendimentos

⁸⁶ A finalidade do Comitê é estabelecer Códigos de Conduta para as TCNs.

Multinacionais e Política Social (*International Labor Office*, 1977).⁸⁷ No ano de 1983, a ONU elabora um Código de Conduta sobre TCNs⁸⁸.

A partir da década de 90, verifica-se uma maior movimentação acerca da discussão da Responsabilidade Social Corporativa e da garantia dos direitos humanos: Em 1992, no Rio de Janeiro, com a ECO 92; em 1993, em Viena, com a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos; em 2006, em Beijin, com a Cúpula da Mulher. Sendo que, em 2003, são lançadas as Normas das Nações Unidas sobre Responsabilidade Social Corporativa. Sobre isso, Mathis e Mathis (2012a, p. 134), sintetizam:

- a) Obrigações gerais relativas ao respeito e proteção aos direitos humanos; b) Direito a igualdade de oportunidade e tratamento não discriminatório; c) Direito a segurança das pessoas; d) Direito dos trabalhadores (particularmente com relação à proibição de formas de trabalho compulsório que vão contra os direitos humanos internacionais, assim como, a corporação deve prover trabalho seguro e saudável ambientalmente e a remuneração deve levar em conta as necessidades dos trabalhadores; e) Respeito à soberania nacional e os direitos humanos; f) Obrigações com respeito à proteção ambiental; g) Implementação de cláusulas gerais relativas a operacionalização e monitoramento por organismos credenciados, bem como, avaliação dos impactos das atividades das empresas.

Como já foi observado, o Brasil tem se caracterizado como um dos países que procura observar as diretrizes de organismos internacionais e tem garantido peculiaridade pela sua abertura ao mercado mundial e sua grande exportação de *commodities*. Entretanto, essa característica remonta sua conjuntura histórica de fornecedor de recursos naturais. Contribuiu e contribui, assim, significativamente para a inovação no processo de produção de mercadorias a nível mundial, o que corrobora à produção de riquezas e, conseqüentemente, exploração do trabalho e geração de pobreza.

Diante do exposto, retorna-se ao *locus* da investigação que, ao estar situado na Amazônia e ter uma estreita ligação com uma empresa transnacional, importa discorrer nesse momento a contribuição amazônica para a acumulação do capital. Na sua imensidão – e, por isso, nas suas imensas diversidades⁸⁹ - a história da Amazônia apresenta uma ocupação da região com vistas ao aproveitamento do grande potencial de recursos florestais, minerais e agropecuários com fins à acumulação de capitais. Tal ocupação

⁸⁷ A OIT “solicita que as empresas respeitem a Declaração Universal de Direitos Humanos e outras convenções internacionais de direitos humanos” (MATHIS e MATHIS, 2012a).

⁸⁸ O Código tem por finalidade “estabelecer diretrizes sociais e ambientais no âmbito global que tem como referência, principalmente, o parágrafo 13, da Declaração Universal dos Direitos Humanos” (MATHIS e MATHIS, 2012a).

⁸⁹ Segundo Gonçalves (2005, p. 9-10), não existe uma Amazônia, mas “várias amazônias na Amazônia”: “A Amazônia é, sobretudo, diversidade”, pois contém em si diversidades físicas, populacionais, culturais, ambientais, de saberes; contém contradições entre suas partes.

contém, dessa forma, uma história permeada de conflitos e espoliação dos povos já aqui existentes que ainda perdura e encontra dificuldades para superar o discurso ideológico posto pelos interesses mercadológicos sobre a população residente.

É nesse sentido que o pensamento de Martins (2009) se faz importante para introduzir essa discussão diante do rigor crítico e teórico-metodológico de sua investigação que permite perceber a Amazônia de uma forma diferenciada tal como comumente ela é analisada em suas diversas formações (naturais, culturais, sociais, econômicas, etc.). Dessa forma, apesar do autor se dirigir especificamente à sua pesquisa junto a povos indígenas e camponeses, sua tese e apreensão sobre a questão da “fronteira” possibilita compreender os conflitos quaisquer sejam eles e onde ocorram, por incluir e abranger, sobretudo, a relação conflituosa entre capital e trabalho.

A fronteira é tomada, nessa perspectiva, como uma questão de alteridade e limite que reflete a fronteira do humano, em que “[...] o outro é degradado para, desse modo, valorizar a existência de quem o domina, subjuga e explora” (MARTINS, 2009, p. 11). Ela revela as concepções diversas e divergentes de mundo e, através de um tipo próprio de investigação, penetra na essência da subjetividade da vítima que é sujeito da pesquisa⁹⁰. Ou seja, a ligação intrínseca entre fronteira e conflito está na coexistência de ambos.

A partir dessa concepção, a Amazônia é considerada como a última grande fronteira, pois representa historicamente o lugar da alteridade, do conflito em suas mais variadas manifestações durante a história. A região compreende os mais diferenciados contatos existentes entre grupos e sociedades humanas na busca essencialmente pelos imensos recursos que esta terra produz e proporciona. Tais sociedades, ao representarem interesses, objetivos e visões de mundo distintas, e na complexidade correspondente às maneiras como conduzem suas relações, vêm revelando conflitos históricos. Dentre eles, destaca-se o contato das sociedades com relações não capitalistas ou pré-capitalistas com a atual sociedade mercado, que inclui diversas formações de fronteira, como, por exemplo, a demográfica, a econômica, a cultural.

[...] o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história. Por isso, a fronteira tem sido cenário de encontros

⁹⁰ Sobre a linha investigativa de Martins (2009), ver sobre a técnica “pedagogia investigativa”, na qual “o pesquisador desencadeia a investigação a partir das perguntas que o grupo estudado lhe faz, perguntando, através de respostas para obter novas perguntas”. (MARTINS, 2009, p. 11).

extremamente similares aos de Colombo com os índios da América: as narrativas e testemunhas, cinco séculos depois, nos falam das mesmas recíprocas visões e concepções do outro (MARTINS, 2009, p. 133).

Toma-se ainda como exemplo os processos migratórios de camponeses que chegavam à região e, com o passar do tempo, a chegada de grileiros, grandes proprietários e empresas, não encontram saída a não serem integrados no mercado de trabalho, ou expulsos de suas terras, ou ainda se tornarem assalariados sazonais, como relata Martins (2009, p. 150)⁹¹. O exemplo e o pensamento do autor possibilitam entender que, a existência da alteridade é tendencialmente aprofundada no choque de realidades societárias diferentes e, de maneira especial, a subjugação de sociedades inteiras às concepções mercadológicas e de contratualidade das relações sociais existente na sociedade capitalista.

Para melhor observar a historicização do processo analisado por Martins (2009), com Leal (2010) é possível observar a exploração na região desde sua fase exploratória (no século XVI), passando pelo período de colonização (1616-1822) e sua vinculação ao capital (a partir do século XIX), até a atualidade, compreendida desde o pós-2ª Grande Guerra e a consequente redefinição do seu papel na divisão internacional do trabalho. Para o autor, em todas essas fases, é possível ver uma Amazônia como “mero espaço de saque” (LEAL, 2010, p. 90).

Em outras palavras, como Leal (2010) também coloca, a Amazônia foi invadida e é explorada desde as drogas do sertão, passando pelas expedições científicas para conhecimento sistemático da região (iniciadas por La Condamine em 1742, seguido de Humboldt-Bonpland, em 1799), seguidas dos ciclos da borracha e, especialmente hoje, com os grandes projetos minerais, somados às intensas atividades de monocultura e agropecuária.

Em seguida, no que se refere aos dias atuais, o autor aponta os principais responsáveis pela crescente miserabilidade e exploração amazônica: além das orientações de organismos internacionais, como Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, que reiteram a subordinação da região à acumulação do capital; somam-se a “burguesia e a burocracia estatal brasileira, pelo seu caráter corrupto e associado à sua postura

⁹¹ Nesse sentido, o autor elucida que o contato entre interesses diferentes na *situação de fronteira* “[...] dão aos conflitos que ali se travam – entre grandes proprietários de terra e camponeses e entre civilizados, sobretudo grandes proprietários, e índios – a dimensão de conflitos por distintas concepções de destino. E, portanto, dimensão de conflitos por distintos projetos históricos ou, ao menos, por distintas versões e possibilidades do projeto histórico que possam existir na mediação da referida situação de fronteira” (MARTINS, 2009, p. 154).

reacionária” (LEAL, 2010, p. 120); como também a burguesia regional, “articulada com as condições e a conjuntura do mercado mundial” (idem), repousando seu projeto sobre “estratégias de lucro ligadas à exploração dos recursos naturais da Amazônia” (idem).

Na mesma linha de pensamento, Marques (2010, p. 81) complementa o apoio estatal – institucional e legalmente – para garantir a inserção de capitais na Amazônia, com a criação de discursos – como “integrar para não entregar” ou “salvar a Amazônia da devastação”, entre outros –, com a criação de diversos órgãos voltados para o desenvolvimento da região (como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM), somados a leis e códigos (como Código de Minas e o Decreto lei n. 1.813, 24.11.80, este que criou o Programa Grande Carajás). Ainda segundo o autor, a criação dos grandes projetos garantiu a consolidação da incorporação da Amazônia na acumulação capitalista⁹².

No que se refere especificamente às consequências dessa inserção amazônica na expropriação dos meios de subsistência e de produção humana, a autora Fialho Nascimento (2012), observa que estes meios foram transformados em capital, convertendo “os produtores diretos em assalariados, subvertendo a lógica nativa e transformando a terra em terra de negócio”, tendo sempre em vista o lucro (FIALHO NASCIMENTO, 2012, p. 178). Além disso, essa dinâmica tende sempre mais a alterar as relações entre homem e natureza, que, por consequência, provocam agravamentos como o uso indiscriminado da terra diante de intensos fluxos migratórios e conflitos pela posse de terras. Outra consequência, é que na ausência de terras para garantir meios de produção e de subsistência, o homem se vê obrigado a “fugir” para os centros urbanos, o qual despreparado para receber um crescente contingente populacional, assiste um “processo de empobrecimento generalizado da sua população” (FIALHO NASCIMENTO, 2012, p. 179).

Na mesma linha de pensamento, Gomes (2012) revela que a região amazônica apresenta tendência na alta taxa de desemprego, de precarização das relações de trabalho, persistência de formas de trabalho escravo, migração de trabalhadores em busca de

⁹² Para complementar e enfatizar a ideia dos dois últimos parágrafos utiliza-se um trecho que expressa a tese de Harvey (2010) sobre a acumulação via espoliação como o cerne da contradição capitalista. O autor afirma que o livre mercado e os mercados de capital abertos tornaram-se o meio primário de criar vantagem para os poderes monopolistas com sede nos países capitalistas avançados que já dominam o comércio, a produção, os serviços e as finanças no mundo capitalista. O veículo primário da acumulação por espoliação tem sido por conseguinte a abertura forçada de mercados em todo o mundo mediante pressões institucionais exercidas por meio do FMI e da OMC, apoiados pelo poder dos Estados Unidos (e, em menor grau pela Europa) de negar acesso ao seu próprio mercado interno aos países que se recusam a dismantelar suas proteções (HARVEY, 2010, p.147).

melhores condições de vida. E resgata que historicamente o Estado brasileiro tem utilizado estratégias para atender o mercado que, hoje, faz-se ainda mais globalizado.

A autora aponta que a região “tem sido incorporada pelo sistema produtivo que seleciona o espaço com potencialidades minerais, florestais, agropecuárias e agroindustriais, como território prioritário para a expansão internacional do capital” (GOMES, 2012, p. 146). Além disso, afirma que o desenvolvimento predatório e exploração destrutiva da Amazônia levaram-na a subordinação e status de região periférica em relação às demais regiões brasileiras. Ou seja, as riquezas extraídas da Amazônia têm possibilitado “resultados econômicos questionáveis à medida que se agravava a condição espoliada de grandes contingentes de famílias de trabalhadores, configurando a questão amazônica” (GOMES, 2012, p. 150).

Nesse sentido, Gomes (2012), ao fazer um resgate histórico da região enquanto uma das principais áreas de interesse do capital globalizado, sempre sob o discurso do desenvolvimento⁹³, apresenta que o trabalho na Amazônia paraense no processo de integração e decisiva contribuição da região ao aumento da concentração de renda se deu com forte incentivo estatal através da implantação de grandes projetos na Amazônia, particularmente no Sul do Estado do Pará, apesar de que mercado dessa região possua um caráter marcante no trabalho precário.

Na mesma linha de pensamento, Mathis e Mathis (2012b) discorrem sobre a particularidade da região Carajás na região amazônica e sua importância para o capital internacionalizado. O fato de não estar somente vinculada a uma realidade local, mas também estar inserida na lógica do mercado mundial pela presença de uma transnacional são argumentos que justificam os impactos diretos das reorientações das políticas sociais e a reconfiguração do Estado a partir principalmente da década de 90, sob a fundamentação ideológica neoliberal de privatização, seletividade e focalização.

A partir de então, essas medidas políticas, econômicas e sociais, sob o discurso de desenvolvimento também orientado por organizações internacionais, acabaram por

⁹³ Inicialmente, aborda sobre a extração da borracha (com a criação de instituições e órgãos para atender e viabilizar a sua extração), passando pelas políticas desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek (com políticas orientadas pela Comissão Econômica para os Países da América Latina das Nações Unidas – CEPAL para abertura ao capital estrangeiro). A política citada acima é intensificada no período da ditadura militar, com diversos planos nacionais e regionais de integração nacional, da qual se verificava principalmente, a invasão na Amazônia com vistas à exploração para capital estrangeiro; e, mais recentemente com as políticas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma, as quais se apresentam de forma particular nos dois últimos governos sob a forma da ideologia do neodesenvolvimentismo, na busca paradoxal de conciliar concentração e centralização do capital e erradicar a pobreza.

sucatear e levar à falência as políticas públicas sociais, destruindo “inúmeros avanços constitucionais de 88” e desresponsabilizando o “Estado brasileiro com as políticas públicas sociais” (MATHIS e MATHIS, 2012b, 180). As consequências, dessa forma, foram

o aprofundamento das desigualdades sociais e a negação dos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais instituídos na Constituição Brasileira de 1988; e, evidencia-se a consolidação do processo de globalização neoliberal, com ações voltadas para estabilidade econômica e a focalização de políticas públicas sociais (MATHIS e MATHIS, 2012b, p. 184).

Assim, os autores confirmam que o desenvolvimento sugerido aos países periféricos, como o Brasil, continua gerando dependência econômica e financeira. E argumentam essa afirmação ao apresentar os impactos do modelo atual de desenvolvimento na região de Carajás, no estado do Pará. A região engloba quatro municípios: Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás e Parauapebas. Todos estão – considerados pequenos, mas com população eminentemente urbana – tem a economia voltada para a “exportação de matérias-primas que acompanham as tendências econômicas internacionais” (MATHIS e MATHIS, 2012b, p. 187).

Os municípios citados acima tem a empresa transnacional Vale como agente de desenvolvimento, haja vista que ela é a principal responsável pelas exportações da região, culminando em contribuição decisiva para a capacidade financeira dos municípios. Porém, também é responsável por inúmeras contradições econômicas, sociais e ambientais. Nesse sentido, destaca-se: explosão demográfica; intenso fluxo migratório, que, na visão dos gestores municipais, sobrecarregam os serviços públicos oferecidos; crescimento das taxas de homicídio; baixa qualificação profissional e inserção em trabalhos precários; falta de cooperação entre os municípios da região e entre os mesmos e a esfera estadual; precarização dos serviços públicos; etc.

Os autores concluem que o modelo de desenvolvimento na região “de um lado, favorece a inserção da economia brasileira no sistema capitalista mundial; e de outro lado, contribui para o agravamento dos problemas econômicos, sociais e ambientais na área de execução dos projetos de mineração” (MATHIS e MATHIS, 2012b, p. 196). O Estado não aparece como regulador e promotor das políticas sociais, mas adota medidas para atender às necessidades do mercado e se faz fragilizado localmente no que se refere ao poder decisório sobre as intervenções da Vale, enquanto agente de desenvolvimento dominante na região.

Diante de tudo o que foi exposto, verifica-se que há ligação estreita entre a realidade local da precarização do trabalho no município de Parauapebas e a conjuntura mundial do modo de produção capitalista. Tal relação é ratificada, em primeiro lugar, pela presença do conflito entre capital e trabalho em todas as fases explicitadas acima. Desse modo, a peculiaridade da região está presente naquilo que é mais característico e mantém o modo de produção capitalista: retirar/expropriar/espoliar o homem de seus meios de produção e torná-lo mercadoria, obrigando-o a vender sua força de trabalho, e acumular de maneira privativa riquezas.

Ademais, a relação da precarização do trabalho recorrente na atualidade é agravada diante da sua importância ao capital internacional. O trabalho nessa região possui as características específicas relacionadas ao caráter de última fronteira, tal como assinala Martins (2009) e é possível observar como a Amazônia, e dentro dela o município de Parauapebas, assiste: a dinâmica da invasão em suas terras, a separação do homem dos seus meios de produção, a exploração de suas forças produtivas; tendo em vista a manutenção e reprodução de um sistema, que hoje vivencia fortemente a tendência de precarização social do trabalho e cujo ingressaram obrigatoriamente sem serem questionados seus reais interesses.

Para melhor compreender as afirmações dos autores e as conclusões obtidas por meio de seus estudos, apresentar-se-ão agora os resultados empíricos da pesquisa que conduzem para a confirmação das análises realizadas até o momento. A partir desses resultados, é possível não somente obter o perfil dos trabalhadores desempregados que participam de cursos profissionalizantes pelo PRONATEC, mas também através deste visualizar e relacionar como as tendências mundiais e brasileiras de precarização social do trabalho ocorrem em um *locus* específico da realidade amazônica. Com isso, pode-se apreender ainda mais que a realidade local, apesar das suas especificidades, não está descolada da realidade supralocal. Do contrário, apresenta aí a sua particularidade e apresenta aquilo que lhe é próprio enquanto característica.

9.2. A precarização do trabalho no município de Parauapebas: desemprego e qualificação profissional.

Dados recentes do Sistema Nacional de Emprego (SINE) relacionados à inserção de mão de obra no mercado de trabalho apontam que, em 2012, inscreveram-se no sistema do estado 127.375 trabalhadores, e somente 12.495 vagas foram capitadas. Já de janeiro a

maio de 2013, do total de 56.725 trabalhadores inscritos, somente 3.424 vagas foram captadas. Os números levam a pensar que não há absorção efetiva de mão de obra na localidade. Já segundo dados do MTE, no que concerne à rotatividade de postos de trabalho, sinaliza-se que no ano de 2013 o estado do Pará apresentou um saldo positivo de 361.589 (50,87%) admissões em empregos em relação a 349.231 desligamentos (49,13%).

Conforme o Governo do Estado, a realidade do sobre o desemprego e pobreza pode ser enfrentada para o município e para o Pará, a partir do desenvolvimento dos recursos minerais na região, pois, afirma o governador: “Cerca de 2 milhões de pessoas mal têm o que comer neste imenso território, assentado sobre grandes jazidas de minério, cuja exportação torna o Pará protagonista do equilíbrio financeiro brasileiro” para quem é preciso “converter esse potencial mineral fantástico em meio efetivo para reduzir o ainda elevado índice de pobreza do Pará”⁹⁴.

9.2.1. O que dizem os técnicos e gestores das políticas de emprego, renda e qualificação profissional sobre a realidade do emprego e desemprego em Parauapebas.

As informações expressadas pelos profissionais das instituições públicas que atuam com os trabalhadores desempregados em Parauapebas em relação ao perfil destes que podem teoricamente se enquadrar na categoria precariado permitem a seguinte configuração quanto: à migração, o mercado de trabalho, a qualificação profissional e a empresa Vale.

No que concerne à migração, os técnicos e gestores entrevistados assumem de maneira geral, como uma característica do município e reafirmam que a mineração é o maior atrativo para o trabalho. Essa população migrante compõe grande parte dos habitantes parauapebenses porque cerca de 80% permanecem e criam vínculos. Apesar disso, os informantes entendem que a migração na localidade não conduz ao trabalho degradante porque não assume as características do trabalho no ciclo da borracha. Importa sinalizar que, praticamente todos os profissionais entrevistados também são migrantes e só estão lá a trabalho. O fato de a migração não apresentar caráter provisório vai de encontro às afirmações de Standing (2014), pois revela que os migrantes não são itinerantes mesmo

⁹⁴ GOVERNO DO PARÁ. Plano de Mineração marca novo relacionamento do Estado com empresas e União. Disponível em: http://www.agenciapara.com.br/noticia.asp?id_ver=100623. Acesso em: 22 de abril de 2014.

estando submetidos aos empregos temporários, instáveis, com baixos rendimentos, etc., tais qual afirmam os estudos do autor.

Em relação ao mercado de trabalho, os profissionais entrevistados observam um crescimento do emprego no setor da construção civil, apesar da mineração ser o carro-chefe em contratações e o comércio ter dado cada vez mais sinais de ascensão no mercado de trabalho. Cabe ressaltar neste ponto, a fala de um gestor quanto à relação entre o Programa Bolsa Família e a inserção em um emprego. Conforme relatado na entrevista, aqueles que querem ficar somente com a quantia recebida pela transferência de renda e não saem em busca de trabalho é porque só tiveram a oportunidade de receber essa quantia. Por isso, “não é acomodação” e “não é cultura, mas mau costume” (informação verbal), pois é preciso oferecer qualificação e convencer que um trabalho é mais proveitoso que a renda do Programa. Também é reforçada nas entrevistas pelas instituições a importância da legalização do trabalho informal para a obtenção de outras fontes de renda e alternativas e desconcentrar o foco no trabalho formal⁹⁵.

Ainda no que concerne ao mercado de trabalho é importante ressaltar as causas para o desemprego apontadas pelos profissionais. Conforme um deles, Parauapebas é uma cidade-dormitório por meses aonde muitos chegam para trabalhar, ficam um bom tempo e vão embora⁹⁶. Nesse processo de migração, existem aqueles que chegam e permanecem desempregados, chegam e logo encontram emprego, mas também estão submetidos às grandes demissões em massa das empresas, consideradas na entrevista como falta de respeito. Ademais, culpabiliza o trabalhador pelo vício em alta-rotatividade, já que na busca de entrar para a empresa Vale não se fixa em um emprego. Também relata que antes da qualificação, o que mais gera desemprego é a exigência das empresas da comprovação de experiência por um determinado período na carteira de trabalho, o que têm se tornado mais difícil de alcançar. Soma-se a esses pontos, a ausência de uma política de primeiro

⁹⁵ A análise da fala de “acomodação” (informação verbal) reporta a crítica de Francisco de Oliveira (2010), o qual ao mesmo tempo em que expõe a importância do Programa Bolsa Família para a redução da extrema pobreza, provoca-se uma instrumentalização da pobreza e da desigualdade, transformando-as em uma questão administrativa. Como consequência, há grande despolitização das lutas sociais e uma individualização dos meios utilizados para as conquistas sociais. Ademais, a apreensão de Paulani (2010) permite elucidar o que tem significado as políticas de redistribuição de renda, tal como elas estão se configurando. Para a autora, tais políticas representam a distribuição de “uns poucos recursos àqueles que jamais conseguirão se integrar, para que se possa dar andamento tranquilo à usual política concentradora e excludente” (PAULANI, 2010, p. 128).

⁹⁶ Apesar de que as análises das falas dos sujeitos e de outros funcionários mostram o contrário, pois os mesmos criam raízes e vínculos que os ligam ao município e deixa o sentimento de pertencimento a ele, como já relatado e como será visto mais adiante.

emprego no município. Assim sendo, de acordo com a entrevista com um dos gestores, esses fatores são primordiais pela alta solicitação de seguro-desemprego⁹⁷.

A análise dessas falas revela certa dificuldade dos informantes de compreensão e definição de uma resposta concreta pelo crescimento do desemprego diante da responsabilização do trabalhador e também das empresas. Não há, por exemplo, um questionamento sobre como a inserção em um trabalho precário (baixo salário, instabilidade no emprego, insegurança, etc.) pode ser mais proveitoso que a certeza de receber determinada quantia mensalmente a fim de suprir, mesmo que minimamente, algumas necessidades? Noutras palavras, afirmações como “o trabalhador tem um vício em trocar de empregos” não levam em consideração que as necessidades sociais de um trabalhador podem leva-lo a submeter-se a qualquer tipo de trabalho que lhe dê um pouco mais de segurança, mesmo que ainda seja precário⁹⁸.

Referente à qualificação profissional, as entrevistas com os técnicos e gestores das políticas de emprego, renda e qualificação profissional revelam o PRONATEC como uma alternativa, pois proporciona a região que pessoas possam se qualificar para alcançar o sonho de entrar na transnacional (mesmo que a imensa maioria só conquista vagas de trabalho nas empresas terceirizadas). Assumem ainda uma vertente diferenciada por oferecerem a orientação profissional com foco na empregabilidade para “empoderar sujeitos” (informação verbal). Cabe aqui uma maior explanação, tendo em vista a valorização que é dada pelos profissionais ao curso de orientação profissional. Analisando o material que conduz o curso, destacam-se as seguintes falas: “arrumar emprego não é um problema”, a questão é “adequar a profissão aquilo que se gosta de fazer” e “adquirir empregabilidade” (informação verbal)⁹⁹. Com isso, passam a imagem positiva e se tem

⁹⁷ Ainda sobre o mercado de trabalho, nesse caso a inserção nele, é importante frisar as explicações dos representantes do poder público municipal do SINE, em que se encontram dificuldades para abordar a temática da qualificação profissional, mesmo ao afirmar que só vão deixar os currículos aqueles já qualificados. Há uma exaltação da agilidade do processo de repasse do seguro-desemprego e no atendimento que chega a cerca de 300 (trezentas) pessoas por dia em média. Contudo, a agilidade e o alto número de solicitação de trabalhadores para o direito trabalhista somente reitera a alta rotatividade presente no município e como ela é ao mesmo tempo consequência e funcional para a expansão das empresas.

⁹⁸ Levando em consideração o exposto na nota 22 e relacionando a precarização do trabalho e a transferência de renda de determinados programas sociais, como o Programa Bolsa Família, a análise destas falas remontam o pensamento de Gorz (1996), o qual em consonância com o pensamento de Oliveira (2010) e Paulani (2010), também instiga a pensar que o recebimento da renda mínima em um programa de complementação de renda não está sendo um poder de barganha e vulnerabiliza o trabalhador à submissão a qualquer tipo de trabalho. Ou seja, esse potencial contingente de trabalhadores nem se acomodam e nem tem poder de barganha, estando, assim, subsumidos a uma forte e tendencial precarização.

⁹⁹ De acordo com a orientação profissional, as habilidades e competências exigidas para ser empregável são: qualificação e atualização; comprometimento, responsabilidade e foco no trabalho; iniciativa; criatividade;

visibilidade, já que a empregabilidade é compreendida pela instituição como “a capacidade de conquistar e de manter um emprego de maneira firme e valiosa” (SEMAS, 2014, p. 13).

Em outros termos, expressam que ela significa

[...] o conjunto de competências e habilidades necessário para uma pessoa conseguir uma colocação ou manter-se colocada em uma empresa, dentro de uma área de atuação com a qual possui afinidade, implicando na sua visibilidade e na construção de uma imagem positiva e diferenciada. É o mesmo que manter-se sempre atraente aos olhos do mercado (SEMAS, 2014, p. 14).

Contudo, conforme observado no capítulo anterior, tornar um trabalhador empregável é na verdade moldá-lo as necessidades do capital. O fato de diferenciar vocação e profissão¹⁰⁰ não dá aos trabalhadores a possibilidade ampla de escolha, já que o mercado determina as exigências necessárias e importantes a ele. Ou seja, nesse ponto o diferencial da profissionalização acaba, na realidade, por reiterar um discurso confortável às empresas locais. De fato, como será exposto nas próximas páginas, o conceito de empregabilidade executado nas políticas de emprego e formação profissional em Parauapebas não tem sido convertido em benefícios para os trabalhadores no município.

Em relação à transnacional Vale, os informantes se referem somente como o objetivo da grande maioria da população e ressaltam a crise vivenciada pela empresa nos últimos anos. Focam as críticas, sobretudo nas terceirizadas e contratadas da transnacional, no desrespeito cometido por elas quando há realização de demissão em massa. Também aqui se relembra uma discussão já apresentada teoricamente que permite apreender as vantagens conquistadas pela Vale no processo de delegação a outras empresas algumas de suas principais atividades, eximindo-a de qualquer responsabilização de cunho trabalhista, por exemplo¹⁰¹.

Além das entrevistas com representantes do poder público local, importa salientar a observação em campo e conversas com transeuntes do local, inclusive com funcionários da Vale, acerca da temática “mercado de trabalho” no município. Observou-se nessas conversas que a caracterização do empreendedorismo em Parauapebas como algo

comunicação; dinamismo; orientação para o relacionamento e para a colaboração; idoneidade, etc. (SEMAS, 2014, p. 39).

¹⁰⁰ Nesse sentido, destaca-se a grande dificuldade encontrada entre os sujeitos entrevistados, especialmente em relação aos trabalhadores desempregados, em relação a diferença entre ocupação (relacionada às atividades e serviços realizados diariamente) e profissão (regulamentada por meio de leis, decretos, decretos-leis, etc.). Nota-se que tal confusão pode existir, principalmente, devido ao fato de que os cursos de qualificação profissional, ofertados no Centro de Inclusão Produtiva correspondem a ocupações ou ofícios e profissões não regulamentadas.

¹⁰¹ Ver definição e consequências de terceirização apontadas por Marcelino e Cavalcante (2012).

importante e forte, pois às vezes se torna mais fácil crescer e se manter com um negócio próprio, mesmo na informalidade, do que ir buscar algum tipo de qualificação e conseguir emprego de carteira assinada por um baixo valor (um salário mínimo, por exemplo). Ao mesmo tempo, muitos (inclusive aqueles que são funcionários da transnacional Vale) vivem sob uma constante insegurança ao saberem que podem ser demitidos a qualquer momento, pois nos dois últimos dois anos aumentou muito a rotatividade da empresa. Isso comprova, portanto, as análises feitas sobre os dados dos últimos relatórios de sustentabilidade¹⁰². Por isso, esses funcionários buscam também garantir uma vida (seja em Parauapebas ou em outra localidade) caso sejam demitidos. Por exemplo, buscam construir um negócio próprio.

É interessante também aqui lembrar a compreensão de Machado da Silva (2003) sobre o empreendedorismo como extensão da categoria empregabilidade, e o fato de ambos estarem incluídos como exemplo do processo de informalização recorrente atualmente. Ou seja, os argumentos proferidos acima se revelam contraditórios ao assinalarem o empreendedorismo como alternativa à informalidade. Percebe-se também na fala um entendimento restrito sobre o conceito de informalidade, ligado comumente à divisão entre setor formal e setor informal.

Essa leitura sobre a realidade é confirmada com as observações *in loco*, as quais revelaram ainda que o ano de 2013 foi o mais forte em número de demissões, diante de uma crise que afetou a empresa e provocou reestruturação interna. Ademais, notaram-se nas conversas com transeuntes munícipes, diversos fatos sobre dificuldades existentes na transnacional em cumprir os valores disseminados pela empresa, tal como a vida em primeiro lugar, colaboração de todos, entre outros. Pois esses valores são cobrados para e entre funcionários que estão subordinados. Entretanto, não é exercido em geral por gestores, gerentes e diretores, os quais sempre utilizam de seus cargos para aumentar a exploração de seus subordinados.

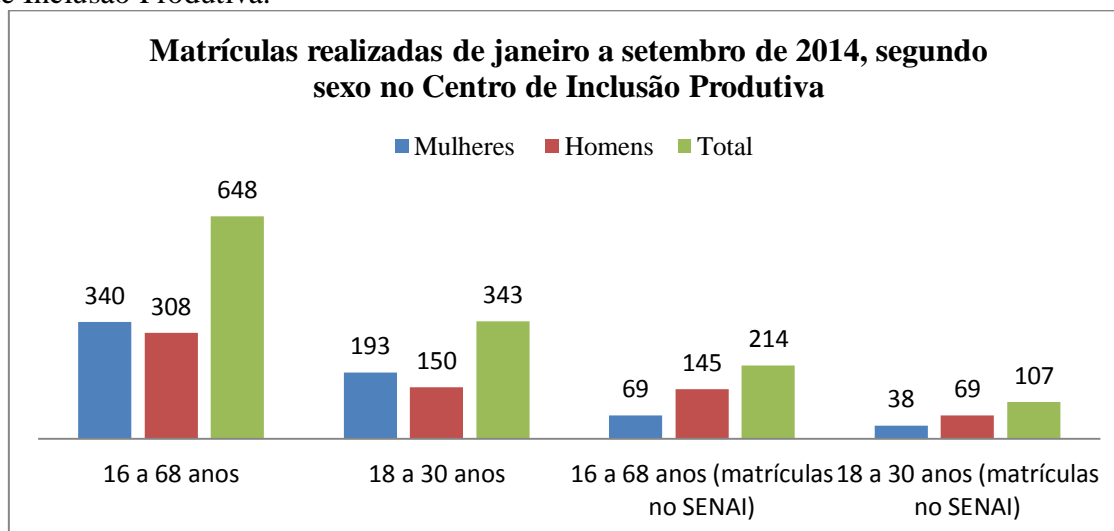
9.2.2. O perfil dos trabalhadores matriculados em cursos de qualificação profissional no Centro de Inclusão Produtiva em Parauapebas.

Os gráficos e tabelas a seguir permitem traduzir em números os atendimentos realizados pelo Centro de Inclusão Produtiva, local onde foram realizadas as entrevistas com os trabalhadores. De janeiro a setembro de 2014 foram realizadas 648 matrículas, que,

¹⁰² Conforme exposto no primeiro capítulo.

diferentemente das afirmações obtidas com alguns profissionais, mostram uma diferença não muito grande entre homens e mulheres na busca de qualificação profissional, já que 52,5% correspondem às matrículas do público masculino e 47,5% do público feminino.

Gráfico 1 – Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014, segundo sexo no Centro de Inclusão Produtiva.



Fonte: Centro de Inclusão Produtiva/Secretaria Municipal de Assistencial Social/Parauapebas-Pará, 2014. Elaboração Própria.

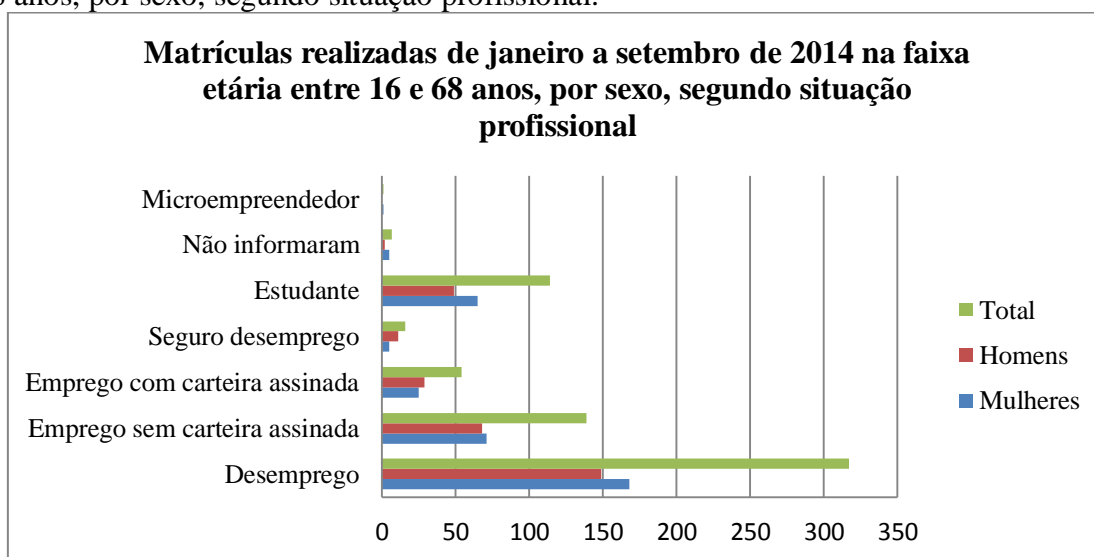
Os números também revelam que os trabalhadores desempregados, de fato, é o maior público dos serviços de qualificação profissional. Inclusive porque, segundo as representações do poder público municipal encaminham todos aqueles que estão recebendo seguro-desemprego para “cursos de reciclagem” e nova adaptação às necessidades do mercado de trabalho. Assim, do total de matriculados, 49% são trabalhadores desempregados, sendo que a maioria são mulheres, mesmo que pequena a diferença em relação aos homens.

Tabela 1 – Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014 na faixa etária entre 16 e 68 anos, por sexo, segundo situação profissional.

	Desemprego	Emprego sem carteira assinada	Emprego com carteira assinada	Seguro-desemprego	Estudante	Não-informaram	Micro-empendedor
Total	317	139	54	16	114	7	1
Homens	149	68	29	11	49	2	0
Mulheres	168	71	25	5	65	5	1

Fonte: Centro de Inclusão Produtiva/Secretaria Municipal de Assistencial Social/Parauapebas-Pará, 2014. Elaboração Própria.

Gráfico 2 – Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014 na faixa etária entre 16 e 68 anos, por sexo, segundo situação profissional.



Fonte: Centro de Inclusão Produtiva/Secretaria Municipal de Assistencial Social/Parauapebas-Pará, 2014. Elaboração Própria.

Do total de matriculados no PRONATEC, cerca de 60% possuem renda familiar entre zero a um salário mínimo e meio, revelando alta vulnerabilidade à pobreza desses trabalhadores e suas respectivas famílias¹⁰³. Principalmente as mulheres são aquelas que se encontram em maior condição de vulnerabilidade. Nesse sentido, levando em consideração que os cursos ofertados pelo Programa estão diretamente vinculados a um mercado de trabalho parauapebense essencialmente do âmbito privado (seja em pequenas, médias ou grandes empresas), é possível fazer uma comparação com os dados da OIT (2012) que revelam uma menor renda feminina em detrimento da masculina nesses espaços de trabalho.

Tabela 2 – Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária entre 16 e 68 anos, por sexo, segundo renda familiar mensal.

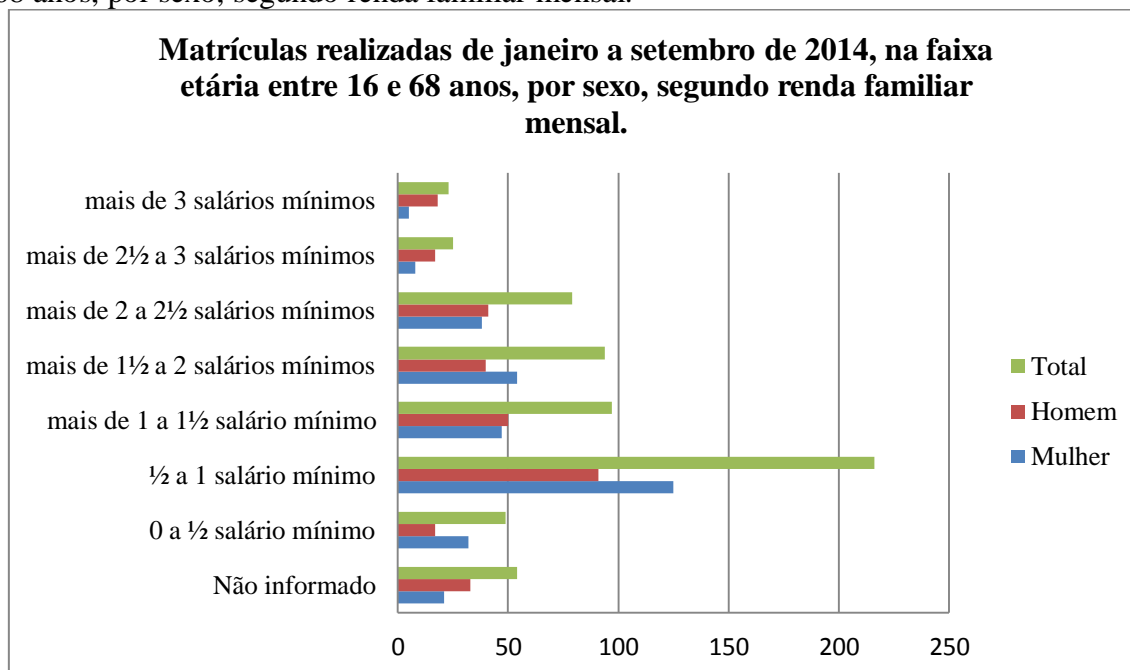
	Não informado	0 a 1/2 salário mínimo	1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 1 1/2 salário mínimo	Mais de 1 1/2 a 2 salários mínimos	Mais 2 a 2 1/2 salários mínimos	Mais de 2 1/2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 salários mínimos
Total	54	49	216	97	94	79	25	23
Homem	33	17	91	50	40	41	17	18
Mulher	21	32	125	47	54	38	8	5

Fonte: Centro de Inclusão Produtiva/Secretaria Municipal de Assistencial Social/Parauapebas-Pará, 2014. Elaboração Própria¹⁰⁴.

¹⁰³ Valor Nacional para o salário mínimo no ano de 2014: R\$ 724,00.

¹⁰⁴ De acordo com a fonte, aparece na tabela a renda familiar de somente 637 matriculados.

Gráfico 3 – Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária entre 16 e 68 anos, por sexo, segundo renda familiar mensal.



Fonte: Centro de Inclusão Produtiva/Secretaria Municipal de Assistencial Social/Parauapebas-Pará, 2014. Elaboração Própria.

Conforme os direcionamentos para inserção de pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza em programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família¹⁰⁵, possivelmente alguns dos trabalhadores matriculados têm direito a recebê-lo. Logicamente, não se conhece quais as demais situações em que se encontram para verificar se os mesmos vão de acordo com as condicionalidades para inserção no Programa, além do que não cabe aqui avaliar ou não esses procedimentos. Contudo, chama a atenção o fato que quase 68% dos matriculados não recebem nenhum tipo de benefício de programa social, quando 60% possuem uma significativa renda familiar baixa.

Ao serem considerados os dados expostos até o momento neste item, verifica-se proximidade nas contribuições de Braga (2012) sobre o proletário precarizado ou “precarizado”, pois na condição socioeconômica dos trabalhadores matriculados no Centro de Inclusão Produtiva, o fato de a maior parte estar desempregada e de que possuem baixa renda familiar indicam tendência de transitoriedade entre “a possibilidade da exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica” (BRAGA, 2012, p. 19),

¹⁰⁵ Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2015.

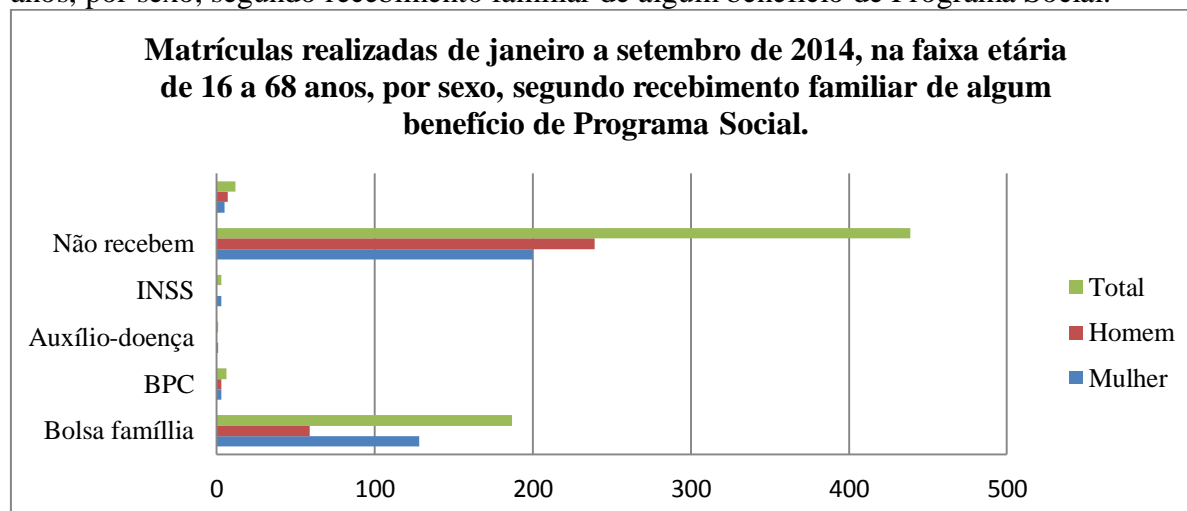
próprios à reprodução do capitalismo periférico, especialmente na região amazônica que tem sido historicamente funcional à expansão do capitalismo mundial.

Tabela 3 – Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária de 16 a 68 anos, por sexo, segundo recebimento familiar de algum benefício de Programa Social.

	Bolsa Família	BPC	Auxílio-doença	INSS	Não recebem	Não informaram
Total	187	6	1	3	439	12
Homem	59	3	0	0	239	7
Mulher	128	3	1	3	200	5

Fonte: Centro de Inclusão Produtiva/Secretaria Municipal de Assistencial Social/Parauapebas-Pará, 2014. Elaboração Própria.

Gráfico 4 – Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária de 16 a 68 anos, por sexo, segundo recebimento familiar de algum benefício de Programa Social.



Fonte: Centro de Inclusão Produtiva/Secretaria Municipal de Assistencial Social/Parauapebas-Pará, 2014. Elaboração Própria.

Também se elaboraram tabelas que permitem visualizar de maneira ainda mais detalhada o perfil dos trabalhadores matriculados no Centro de Inclusão Produtiva, a partir da discriminação do público jovem na faixa etária de 18 a 29 anos, relacionando com os dados analisados há pouco. A elaboração dessas tabelas se deve ao fato que esse público foi eleito na pesquisa diante das tendências mundiais que revelam uma maior incidência do desemprego sobre a juventude. Por exemplo, em relação à tabela 1, as mulheres jovens compõem o maior número em situação de desemprego. A presença de jovens (principalmente as mulheres) nessa faixa etária é maioria em relação às menores rendas familiares por mês, e gira em torno de meio a um salário mínimo e meio, como será visto

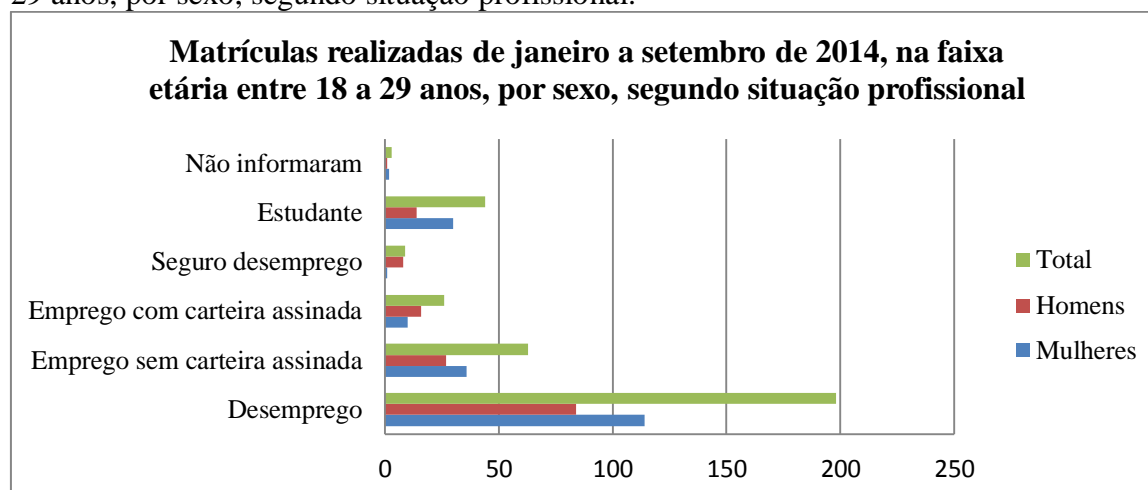
na tabela 5. Apesar disso, a grande maioria dos jovens trabalhadores matriculados não recebe nenhum benefício provindo de programas de transferência de renda, conforme tabela 6.

Tabela 4 – Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária entre 18 a 29 anos, por sexo, segundo situação profissional.

	Desemprego	Emprego sem carteira assinada	Emprego com carteira assinada	Seguro desemprego	Estudante	Não informaram
Total	198	63	26	9	44	3
Homens	84	27	16	8	14	1
Mulheres	114	36	10	1	30	2

Fonte: Centro de Inclusão Produtiva/Secretaria Municipal de Assistencial Social/Parauapebas-Pará, 2014. Elaboração Própria.

Gráfico 5 – Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária entre 18 a 29 anos, por sexo, segundo situação profissional.



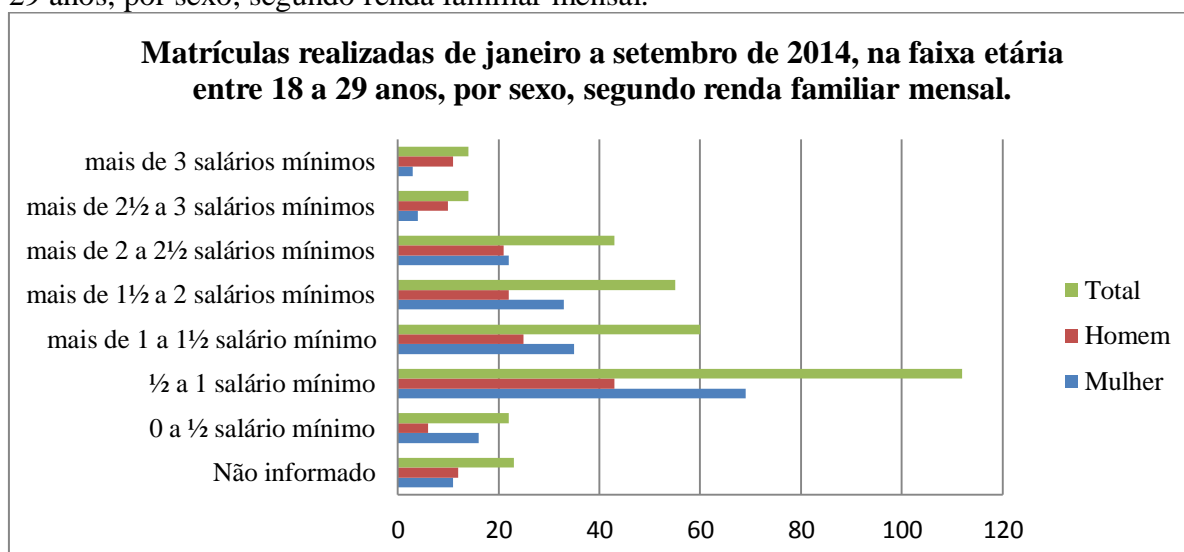
Fonte: Centro de Inclusão Produtiva/Secretaria Municipal de Assistencial Social/Parauapebas-Pará, 2014. Elaboração Própria.

Tabela 5 – Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária entre 18 a 29 anos, por sexo, segundo renda familiar mensal.

	Não informado	0 a 1/2 salário mínimo	1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1 1/2 a 2 salários mínimos	Mais 2 a 2 1/2 salários mínimos	Mais de 2 1/2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 salários mínimos
Total	23	22	112	60	55	43	14	14
Homem	12	6	43	25	22	21	10	11
Mulher	11	16	69	35	33	22	4	3

Fonte: Centro de Inclusão Produtiva/Secretaria Municipal de Assistencial Social/Parauapebas-Pará, 2014. Elaboração Própria.

Gráfico 6 – Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária entre 18 a 29 anos, por sexo, segundo renda familiar mensal.



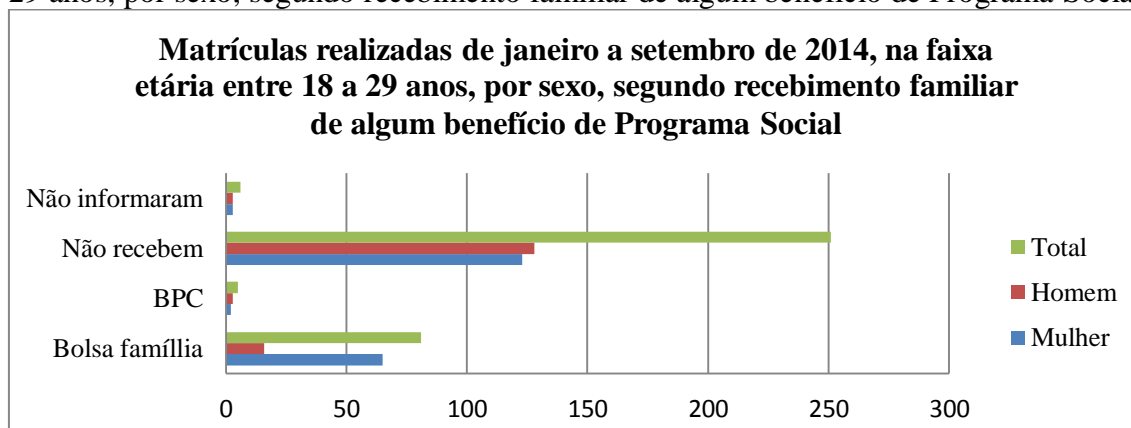
Fonte: Centro de Inclusão Produtiva/Secretaria Municipal de Assistencial Social/Parauapebas-Pará, 2014. Elaboração Própria.

Tabela 6 – Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária entre 18 a 29 anos, por sexo, segundo recebimento familiar de algum benefício de Programa Social.

	Bolsa Família	BPC	Não recebem	Não informaram
Total	81	5	251	6
Homem	16	3	128	3
Mulher	65	2	123	3

Fonte: Centro de Inclusão Produtiva/Secretaria Municipal de Assistencial Social/Parauapebas-Pará, 2014. Elaboração Própria.

Gráfico 7 – Matrículas realizadas de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária entre 18 a 29 anos, por sexo, segundo recebimento familiar de algum benefício de Programa Social.



Fonte: Centro de Inclusão Produtiva/Secretaria Municipal de Assistencial Social/Parauapebas-Pará, 2014. Elaboração Própria.

A reflexão sobre os dados expostos sobre o público jovem conduz para relacioná-los com o pensamento de Standing (2014) sobre a juventude. O autor discute uma característica muito forte encontrada na realidade parauapebense: uma grande quantidade de jovens que está sendo empurrada à precariedade. Assim como no estudo do autor, em Parauapebas, os jovens assistiram a imersão de seus pais na condição de precariedade (desde o processo de migração em detrimento da busca pelo trabalho, como será visto mais a frente) e, com isso, perdem referências quanto à renda e estabilidade na busca de empregos, que frequentemente são as menores remunerações, intercalados com o desemprego ou uma ociosidade forçada.

Embora muitos outros grupos acompanhem o precariado, a imagem mais comum é a de jovens saindo da escola e da faculdade para entrar numa existência precária durante anos, o que muitas vezes os torna mais frustrados porque a geração de seus pais, aparentemente, havia ocupado empregos estáveis.

A juventude sempre entrou na força de trabalho em posições precárias, esperando provar seu valor e aprender. Mas, atualmente, não é oferecida à juventude uma negociação razoável. Muitos começam em empregos temporários que se estendem bem além do que poderia ser necessário para o estabelecimento da “empregabilidade”. Um arremedo de flexibilidade tem sido a ampliação dos períodos experimentais, durante os quais as firmas podem, legalmente, pagar salários mais baixos e fornecer menos benefícios (STANDING, 2014, p. 106).

Por conta do caráter flexível dos empregos que encontram¹⁰⁶, é tendência que os jovens passem a refutá-los e chegam a preferir um trabalho autônomo que ocupar um emprego. É nesse sentido que, segundo o autor, a “juventude constitui o núcleo do precariado” e “tem sido sempre o repositório de raiva em relação ao presente e o prenúncio de um amanhã melhor” (STANDING, 2014, p. 108). De fato, é com os jovens que se percebe uma sinalização de maior inquietude sobre a condição de desemprego e a contradição presente na relação entre a exigência de qualificação e experiência profissional, e a não inserção ou expulsão do mercado de trabalho, como será relatado no próximo tópico na análise das entrevistas realizadas.

Antes, porém, é importante destacar que a ida para o campo previa a entrevista realizada somente com trabalhadores desempregados que participaram em cursos gratuitos de qualificação profissional ofertados do SENAI ao PRONATEC. Entretanto, alguns entrevistados com quem se entrou em contato e que fizeram cursos de qualificação pelo SENAI não conseguiram comparecer. Por esse motivo, foram realizadas entrevistas com ex-alunos SENAI e SEST/SENAT, já que ambas as instituições têm cursos voltados

¹⁰⁶ O caráter de flexibilidade está ligado, na realidade parauapebense, principalmente à questão de contratos temporários. Entretanto, tal característica apontada por Standing (2014) também faz referência às pontuações feitas por Yamamoto (2008) e Mota (2009), lembradas na nota de rodapé n. 58, na página 62.

diretamente para atender as necessidades e interesses da Vale e contratadas. Apesar disso, obtiveram-se dados e informações voltadas às matrículas referentes ao SENAI que permitem visualizar um universo mais detalhado dos gráficos e tabelas já apresentados.

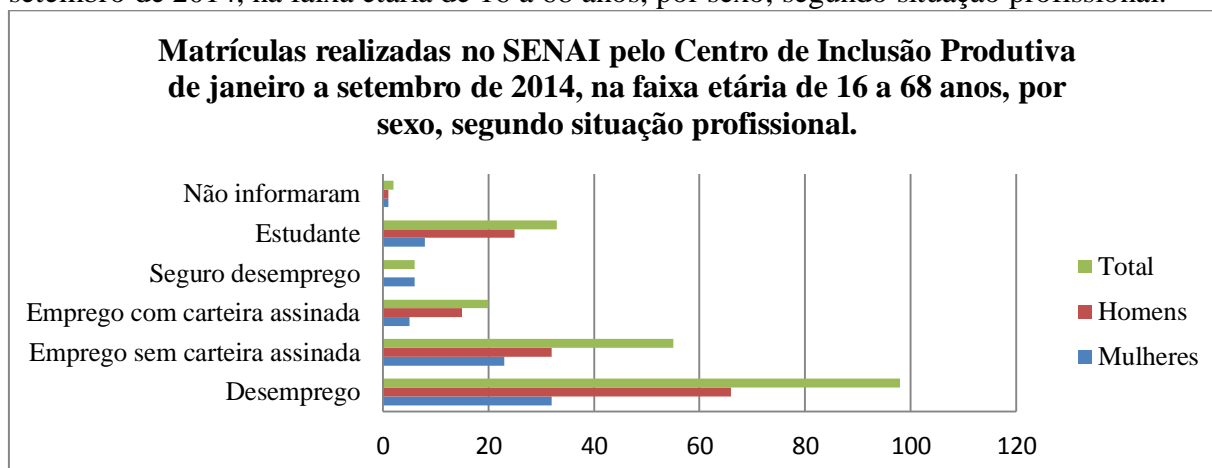
Assim sendo, as informações sobre as matrículas realizadas na referida instituição revelam que do total de matrículas realizadas no Centro de Inclusão Produtiva, cerca de 33% foram matrículas nos cursos da instituição, conforme observado no gráfico 1. Nesse sentido, em relação à situação profissional, obtém-se que as matrículas nos cursos de qualificação profissional no SENAI também correspondem, na sua maior parte, a trabalhadores desempregados. Contudo, diferentemente das tabelas 1 e 4, os homens são a maioria. Essa divergência pode ser explicada, conforme as explanações dos representantes do poder público municipal, em decorrência da formação profissional dos cursos do SENAI serem direcionados, sobretudo para o público masculino. Na realidade, essas informações permitem recorrer a estudos, como o de Abreu (1994), Hirata e Kergoat (2007), Nogueira (2010), os quais revelam que essa divisão na verdade integra a divisão sexual do trabalho, como já abordado antes.

Tabela 7 – Matrículas realizadas no SENAI pelo Centro de Inclusão Produtiva de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária de 16 a 68 anos, por sexo, segundo situação profissional.

	Desemprego	Emprego sem carteira assinada	Emprego com carteira assinada	Seguro desemprego	Estudante	Não informaram
Total	98	55	20	6	33	2
Homens	66	32	15	0	25	1
Mulheres	32	23	5	6	8	1

Fonte: Centro de Inclusão Produtiva/Secretaria Municipal de Assistencial Social/Parauapebas-Pará, 2014. Elaboração Própria.

Gráfico 8 – Matrículas realizadas no SENAI pelo Centro de Inclusão Produtiva de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária de 16 a 68 anos, por sexo, segundo situação profissional.



Fonte: Centro de Inclusão Produtiva/Secretaria Municipal de Assistencial Social/Parauapebas-Pará, 2014. Elaboração Própria.

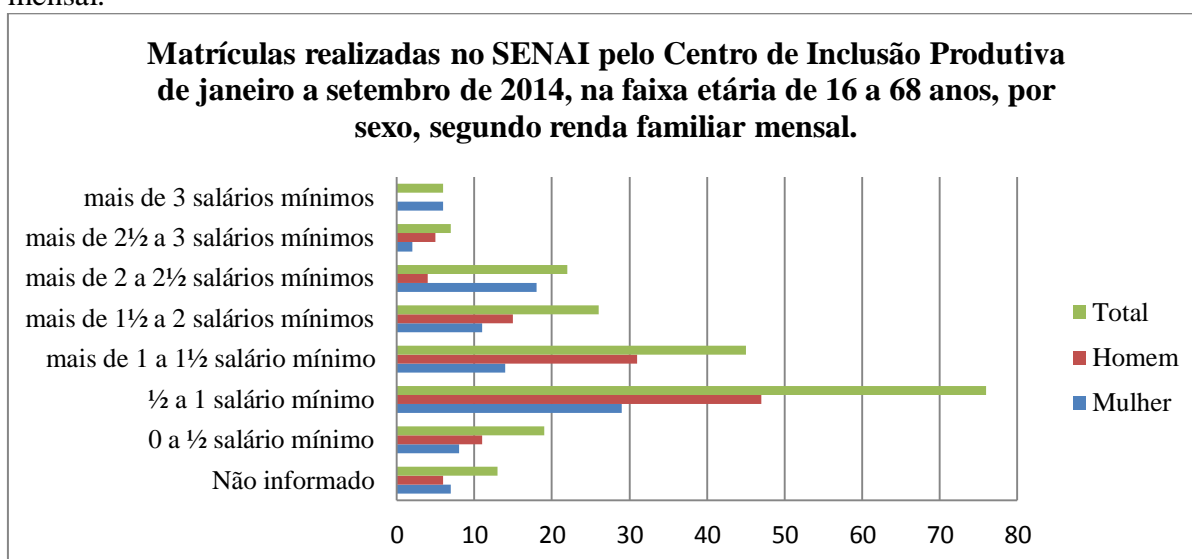
Assim como em outras tabelas, os trabalhadores que recebem formação profissional pelo SENAI através do PRONATEC, no Centro de Inclusão Produtiva parauapebense, possuem, na sua maioria, renda familiar que gira em torno de meio a um salário mínimo. Também são expostos, dessa forma, a grande vulnerabilidade social e confirmam o alto nível de concentração de renda no município que mais produz riquezas no estado do Pará.

Tabela 8 – Matrículas realizadas no SENAI pelo Centro de Inclusão Produtiva de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária de 16 a 68 anos, por sexo, segundo renda familiar mensal.

	Não informado	0 a $\frac{1}{2}$ salário mínimo	$\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo	Mais de 1 a $\frac{1}{2}$ salário mínimo	Mais de $1\frac{1}{2}$ a 2 salários mínimos	Mais 2 a $2\frac{1}{2}$ salários mínimos	Mais de $2\frac{1}{2}$ a 3 salários mínimos	Mais de 3 salários mínimos
Total	13	19	76	45	26	22	7	6
Homem	6	11	47	31	15	4	5	0
Mulher	7	8	29	14	11	18	2	6

Fonte: Centro de Inclusão Produtiva/Secretaria Municipal de Assistencial Social/Parauapebas-Pará, 2014. Elaboração Própria.

Gráfico 9 – Matrículas realizadas no SENAI pelo Centro de Inclusão Produtiva de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária de 16 a 68 anos, por sexo, segundo renda familiar mensal.



Fonte: Centro de Inclusão Produtiva/Secretaria Municipal de Assistencial Social/Parauapebas-Pará, 2014. Elaboração Própria.

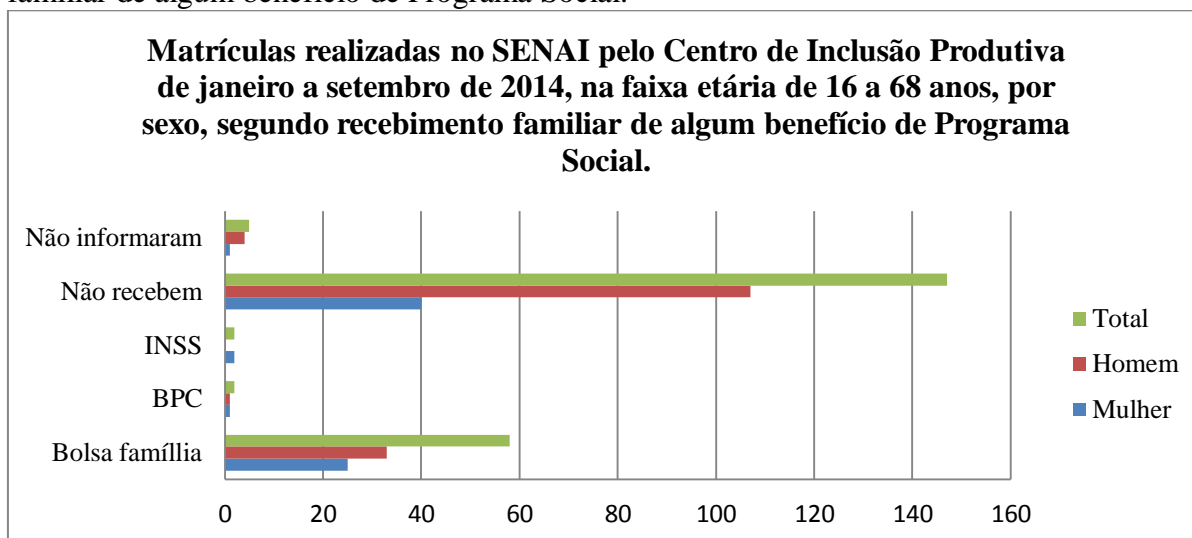
Apesar da condição de vulnerabilidade à pobreza e extrema pobreza, a grande maioria não recebe nenhum tipo de benefício de Programa Social. Esse valor poderia até ser explicado pelo fato do maior número de matrículas no SENAI serem do público masculino e não feminino. Mesmo assim, não justifica o não recebimento já que as condicionalidades, por exemplo, do benefício do Programa Bolsa Família não elege o público feminino, mas a família que se encontra em situação de vulnerabilidade.

Tabela 9 – Matrículas realizadas no SENAI pelo Centro de Inclusão Produtiva de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária de 16 a 68 anos, por sexo, segundo recebimento familiar de algum benefício de Programa Social.

	Bolsa Família	BPC	INSS	Não recebem	Não informaram
Total	58	2	2	147	5
Homem	33	1	0	107	4
Mulher	25	1	2	40	1

Fonte: Centro de Inclusão Produtiva/Secretaria Municipal de Assistencial Social/Parauapebas-Pará, 2014. Elaboração Própria.

Gráfico 10 – Matrículas realizadas no SENAI pelo Centro de Inclusão Produtiva de janeiro a setembro de 2014, na faixa etária de 16 a 68 anos, por sexo, segundo recebimento familiar de algum benefício de Programa Social.



Fonte: Centro de Inclusão Produtiva/Secretaria Municipal de Assistencial Social/Parauapebas-Pará, 2014. Elaboração Própria.

A partir das informações reveladas, reitera-se que Parauapebas é um município que surgiu pela atração do trabalho e, ainda hoje, o é. Mas, como já observado, o trabalho nesta sociedade se faz necessário e obrigatório quando é por meio dele que se obtém um salário a fim de se satisfazer as necessidades para (sobre)viver. Nesse sentido, qual seria o diferencial de Parauapebas?

As apreciações e análises conduzem a uma tendência habitual do município a jornadas extensas de trabalho. Assim, o significado de trabalho (mesmo que voltada à concepção de emprego) e o fato de ter um trabalho são extremamente valorizados na localidade, onde não importa qual tipo está sendo exercido ou se há alta jornada de trabalho. Principalmente pela questão da sobrevivência diária que se faz forte enquanto característica. Nesse sentido, o fundamento teórico utilizado permite compreender que isso existe diante da tendência mundial de precarização que se acentua em uma região e município diretamente voltado para a manutenção dos interesses globais de expansão do capital.

Ou seja, alinhada a todo o processo que se conseguiu expor desde o início desta dissertação e levando em consideração que o município (em todos os seus aspectos) é movido conforme as atividades minerais, a extrema valorização do trabalho impulsionada pelas empresas e necessitada pelos trabalhadores os condiciona a uma subordinação e

exploração cada vez mais acentuada, bem como benefícios inestimáveis conquistados pelas empresas ali presentes, sobretudo a transnacional Vale¹⁰⁷. A apreensão destas afirmações ocorrerá melhor com a apresentação das demais análises feitas e comentadas a seguir.

Como já salientado, há uma ambiguidade nos direcionamentos internacionais, na política de formação profissional e, por conseguinte, também no discurso dos profissionais representantes do poder público municipal. Ora, estes percebem a existência de algo que não permite uma maior entrada de trabalhadores no mercado de trabalho, também observam a alta rotatividade das empresas e grande desrespeito com o trabalhador por parte destas. Contudo, reforçam todo o discurso de formação profissional e não visualizam o que realmente causa a existência de uma grande parcela da população ser desempregada, pois entendem que a profissionalização pública ofertada é uma oportunidade que muitos sequer tinham anteriormente. E, realmente, isso é um fato inquestionável.

Todavia, elucida-se que as políticas que estão formando profissionalmente os trabalhadores desempregados no município, na verdade configuram uma conformação do empresariado, pois estão proporcionando maiores rendimentos. Assim sendo, a política de formação profissional acaba não tendo efetividade para o trabalhador, mas sim para as empresas, diante da percepção de alto grau de alienação nesses sujeitos. Isso porque com os cursos ofertados se promove uma verdadeira coleção de certificados, mas em nada atinge essas empresas, as quais, por sua vez, intensificam o processo de seleção da força de trabalho, multiplicam exigências profissionais que não serão encontradas no município, aumentam o exército de reserva de mão de obra, permitem um maior controle sobre os salários e, dessa forma, obtém inumeráveis ganhos.

Ademais, é possível visualizar outras influências da precarização social do trabalho no município de Parauapebas. Por exemplo, a forte tendência de feminização do trabalho, em que se percebe a maior busca de mulheres por cursos de qualificação profissional, tende a inserir esse público de forma precária no mercado de trabalho. Conforme os gráficos e tabelas, elas são as que possuem menores rendas e estão em maior número em condição de desemprego. A situação só não se repete quando avaliados os dados

¹⁰⁷ Não é por acaso as notícias de grande expansividade da empresa com projetos de grande escala que aumentam ao mesmo tempo a exploração mineral e o trabalho. Por exemplo, as denúncias feitas pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto (<https://valeqvale.wordpress.com/>), o endereço eletrônico da campanha Justiça nos Trilhos (<http://www.justicanostrilhos.org/>), e outras denúncias averiguadas em outros estados onde a empresa realiza atividades, como no Maranhão (http://www.olhardireto.com.br/juridico/noticias/exibir.asp?noticia=Vale_pode_ser_condenada_em_R_378_milhoes_em_acao_trabalhista&edt=7&id=6899) e em Minas Gerais (<http://trt-3.jusbrasil.com.br/noticias/100346984/juiz-condena-vale-por-pratica-de-assedio-processual>).

relacionados às matrículas no SENAI, em que se nota uma imperativa divisão sexual do trabalho, já que tradicionalmente no município (e no mundo), os cursos ofertados pela instituição são direcionados ao público masculino.

Nesse quadro de precarização, também estão inseridos os jovens. Como se observa, a eles recai rigorosamente as exigências de seletividade das empresas para a entrada no mercado de trabalho. A questão da experiência registrada em carteira de trabalho atrelada ao alto nível de rotatividade no município, bem como a ausência de uma política eficaz de primeiro emprego, não simplesmente expulsam esses jovens da precariedade do trabalho por meio de um emprego, mas também os subjugam a uma permanência na condição de precariado, antes mesmo de vender sua força de trabalho.

Diante disso, o próximo tópico discorrerá especificamente acerca dos sujeitos da pesquisa que se aproximam das características apontadas e discutidas nesta investigação acerca do conceito de precariado. Através das entrevistas realizadas, é possível descrever com mais detalhes o perfil desses trabalhadores parauapebenses, a saber, por exemplo, a vivência deles em estar na condição de precariedade.

9.2.3. O que dizem os sujeitos da pesquisa sobre a vivência do desemprego em Parauapebas.

A partir de agora, expor-se-á a fala e os sujeitos da pesquisa. Conforme informado na introdução desta dissertação, durante 15 (quinze) dias, esteve-se no referido município para realizar entrevistas e coletar demais informações necessárias à investigação. No que se refere às entrevistas, inicialmente planejadas para serem realizadas com 15 trabalhadores desempregados, dos quais 10 homens e 5 mulheres, conseguiu-se entrevistar 14 trabalhadores (11 homens e 3 mulheres). Apesar de se ter entrado em contato com mais de 30 pessoas, muitos tiveram dificuldades de comparecer aos encontros diante da condição de precariedade em que vivem: ou iam para a entrevista ou garantiam mais um serviço (“bicos”) para o sustento daquele dia.

Gráfico 11 – Representação numérica dos entrevistados por sexo.



Fonte: Elaboração própria.

Nota-se quanto à escolaridade dos entrevistados uma grande porcentagem que já concluiu o Ensino Médio, chegando a 72% do total. Além disso, em 71% das entrevistas realizadas os informantes verbalizaram ter feito mais de um curso de qualificação profissional. Ambas as informações permitem questionar as primeiras observações feitas nesta investigação acerca do discurso comum entre instituições representantes do poder público e da empresa transnacional Vale de que o desemprego existente no município de Parauapebas decorre principalmente pela falta de qualificação profissional dos trabalhadores. É possível, sim, afirmar que existe baixa qualificação, inclusive ao serem levados em consideração que os cursos oferecidos pelas instituições de ensino ao PRONATEC, geralmente estão vinculados a ocupações que fornecem baixos salários. Essa informação pode ser argumentada também com o fato de que, tendo por base o valor do salário mínimo para o ano de 2014 (R\$ 724,00), 61% dos sujeitos entrevistados recebem entre um e um salário mínimo e meio, revelando a sujeição dos mesmos à condição de precariedade.

Além disso, a análise da investigação também ilustra que, de fato, Parauapebas é um município visto como uma terra de oportunidades e, por isso, a migração dos mesmos para a localidade se deu busca do trabalho, busca de melhores condições de vida, oportunidade de crescer profissionalmente. Tal característica reitera as informações já relatadas no início deste capítulo sobre a importância amazônica para a acumulação de capital, e, neste caso, especialmente com a presença da transnacional Vale como agente de desenvolvimento da região de Carajás e, portanto, da realidade parauapebense. É interessante destacar ainda que mesmo que a maioria dos migrantes afirma não ter alcançado o objetivo que os motivou a migrar para a localidade, os entrevistados assumem

que Parauapebas é um município onde se pretende ficar, contrariando, assim, a fala dos gestores do município.

Ao serem levadas em consideração tais características e tendências encontradas no local da pesquisa, a fala de Standing (2014) acerca dos migrantes temporários e sazonais não se confirma no município de Parauapebas. Existe sim, tal como defendido pelo autor, a inserção dos migrantes pelo trabalho em precárias condições de trabalho¹⁰⁸ e, por consequência, de vida, assim como uma competição interna dos migrantes por empregos, independente de qual for e entre eles e os habitantes da localidade, que têm a impressão de terem seus empregos tomados pelos migrantes¹⁰⁹. Todavia, a migração analisada no município se apresenta de caráter permanente e não temporária.

Para Standing (2014) a migração é um dos setores que caracterizam o precariado mundial, na tentativa de deslocamento em busca de melhorar suas vidas. Essa afirmação é contextualizada por meio do próprio significado histórico que tem o termo “migrante”, e levando em consideração que a mobilidade no mundo aumentou significativamente após a era da globalização¹¹⁰.

¹⁰⁸ Observa-se no perfil dos sujeitos entrevistados determinadas características comuns, a seguir: a) experiência em trabalhos temporários que facilita a entrada na informalidade; b) dificuldade de se projetar em uma profissão pela ausência de qualificação exigidas para serem profissionais; c) exigência do mercado de trabalho de experiência profissional com registro em carteira de trabalho que dificulta a inserção profissional do indivíduo; d) extensa jornada de trabalho, sem contestação por parte dos entrevistados; e) identificação do crescimento do desemprego a partir de 2012; f) indicação de longo período para encontrar emprego formal e dificuldade de encontrar trabalho informal; g) ausência de experiência sindical e descrédito em relação a representatividade do sindicato; h) percepção de que a qualificação não é garantia para a conquista de emprego, tendência a individualização do problema e necessidade de maiores esforços pessoais para a conquista do trabalho; i) relatos de inspiração na religião e apoio em familiares e pessoas amigas; j) registro de acúmulo de certificados sem efeito na realidade prática; j) indicação de aceitação de qualquer tipo de emprego com ou sem carteira assinada; k) identificação de não acesso à internet; m) condição de desemprego, na maioria das vezes, expressa em sentimentos de tristeza, *stress*, perda de sono, impaciência, impotência, fracasso, ansiedade, angústia, incapacidade, desespero, exclusão, agonia; e, l) ausência de questionamentos dos sujeitos entrevistados em relação à estrutura e relações sociais que dificultam as condições de trabalho, assim como, a inexistência ou frágil politização dos informantes.

¹⁰⁹ Nesse sentido, Standing (2014) destaca que nos seus estudos há uma divulgação de que “os migrantes são cada vez mais apresentados como ‘sujos, perigosos e malditos’”, pois “‘trazem’ doenças e hábitos estranhos” e são uma ameaça para os “‘empregos e modo de vida’”, além de serem “‘vítimas arruinadas’ traficadas, prostitutas, ou tristes espetáculos da humanidade” (STANDING, 2014, p. 175). Porém, para o autor, “Não é a ‘preguiça’ ou a migração que é culpada; é a natureza do mercado de trabalho flexível” (STANDING, 2014, p. 175).

¹¹⁰ Uma característica da atual migração entre os países é que não há tanta diferença entre os números daqueles que saem de países pobres para países ricos e vice-versa. Nesse contexto, existe o problema da não documentação histórica sobre a migração, que acaba por esconder não só a ilegalidade dos migrantes, mas também as condições de vida a que são submetidos em território estrangeiro. Por esse motivo, o autor considera que os migrantes são um exército de reserva fantasma. Eles não são registrados e “ocupam empregos mal remunerados e podem ser demitidos e deportados se necessário, ou demonstram ser obstinados. Eles não aparecem nas folhas de pagamento das empresas e das famílias, e desaparecem nos cantos e recantos da sociedade quando a recessão a atinge. A produtividade parece se elevar maravilhosamente em uma alta repentina, na medida em que mais pessoas são recrutadas sem aparecer nas

Os migrantes, ainda segundo o autor, também podem se caracterizar enquanto itinerantes que se deslocam temporariamente por conta de empregos temporários que podem garantir uma renda a mais aos seus parentes. Outro destaque de Standing (2014) é o aumento da migração feminina, que, sem qualquer proteção humana, geralmente pelo tráfico à prostituição ou para afazeres domésticos. A migração também tem aumentado por conta dos estudantes, além do movimento interno das grandes corporações. De fato, como serão observadas a seguir, as características apontadas pelo autor são semelhantes às encontradas nos discursos proferidos pelo público jovem e feminino.

Porém, entre todas essas particularidades, a principal e a mais nefasta, segundo o Standing (2014), é a migração por fuga da opressão e conflitos que tencionam de forma drásticas as relações internas e externas dos países. É a chamada migração dos refugiados. O autor cita ainda, a recente migração pela degradação ambiental.

Em resumo, a migração está crescendo e mudando de caráter de uma forma que está intensificando as inseguranças e colocando muito mais pessoas em circunstâncias precárias. Como se isso não bastasse, há também uma “desterritorialização” da migração. Esse é um termo canhestro para uma tendência canhestra. Mais e mais pessoas que “parecem migrantes” estão sujeitas ao exame intrusivo dentro das fronteiras nacionais, sendo paradas pela polícia e por grupos vigilantes exigindo que elas provem sua identidade e legalidade. (STANDING, 2014, p. 146).

Assim como Standing (2014) sinalizou a vivência daqueles que estão imersos na condição de precariado, observa-se de maneira intensa em Parauapebas a presença das características apontadas pelo autor. Diante da condição de desemprego, por exemplo, os sujeitos entrevistados manifestam: tristeza, perda de sono, impaciência, fracasso, ansiedade, desespero, impotência, angústia, exclusão, agonia, estresse, etc., exemplificam e vão de acordo com as tendências apontadas pelo estudo do autor. Elas permitem refletir que a situação de precariedade vivenciada pelos trabalhadores desempregados encontrados no município não são diferentes de estudos realizados em outros contextos.

Através das perguntas selecionadas para a entrevista¹¹¹, os sujeitos se manifestaram de diversas maneiras nas quais se encontraram convergências e divergências. Nas questões em que se pontuava a condição de desemprego, subitamente eles demonstravam tristeza, pois movidos pela esperança, percebem grande dificuldade em alcançar melhores

estatísticas, e o emprego, misteriosamente, cai menos do que a queda na produção e da demanda nas recessões. Os migrantes são, verdadeiramente, um exército de reserva fantasma”. (STANDING, 2014, p. 143).

¹¹¹ O roteiro de entrevista utilizado está como Anexo 01 deste trabalho, situado nas páginas 163 e 164.

empregos. Alguns inclusive reafirmavam a si mesmos a impossibilidade de alcançar algo que desejam pessoalmente ou profissionalmente.

Se por um acaso não conseguem atingir metas dos empregos que já estiveram ou estão, entendem que tem um defeito ao invés de qualidade em prol dos interesses da empresa, conforme observado por um entrevistado, assumindo para si a culpa por estar desempregado. Percebe-se ainda, na análise das entrevistas realizadas e no próprio comportamento dos sujeitos da pesquisa, uma resignação diante da condição de desemprego ou precárias condições de trabalho. Essa resignação é acompanhada pela busca de soluções individuais, pois eles não se percebem enquanto um grupo que vivencia e sofre situações comuns, rejeitando, dessa forma, representatividade em associações coletivas de trabalho. Não há, portanto, uma politização desses sujeitos, o que reflete em sua conformação e não indignação.

Ao relacionarem a condição de desemprego com a situação de pobreza, os sujeitos da pesquisa demonstram repulsa, pois avaliam que ela pode estar vinculada à preguiça, seja conforme a tendência da visão propagada na sociedade, seja pela introjeção dos mesmos sobre essa visão. Ao assumirem esse pensamento, remete-se à percepção de Wacquant (2003), o que, em época de predominância do neoliberalismo enquanto ideologia, expõe o retorno da penalização da miséria, enfrentada com medidas repressivas e sofrendo criminalização e, portanto, passível de aprisionamento de quem se encontra em tal situação.

[...] em todos os países onde a ideologia neoliberal de submissão ao “livre mercado” se implantou, observamos um espetacular crescimento do número de pessoas colocadas atrás das grades, enquanto o Estado depende cada vez mais da polícia e das instituições penais para conter a desordem produzida pelo desemprego em massa, a imposição do trabalho precário e o encolhimento da proteção social (WACQUANT, 2003, p. 75).

Dessa forma, nos tempos atuais de desemprego e do trabalho precário, a concepção de penalização e criminalização predominante são reflexos de um Estado que, conduzido pelas ideias neoliberais, é reduzido a Estado penal e se torna seletivo, através da competição e a culpabilização individual. Sob o discurso de disciplinamento da classe trabalhadora, condena quem não se adequa aos requisitos de seleção e desmobiliza os trabalhadores enquanto força social e coletiva. O estudo do autor mostra ainda que os negros e pobres são os mais penalizados a partir da concepção de Estado penal no neoliberalismo. E os Estados Nacionais que adotam essa postura, ao invés de solucionar os

problemas que deveriam resolver, acabam atingindo os estratos sociais mais pobres e atingidos pelo desemprego, pela precariedade do trabalho e em situação de migração e, assim, “o encarceramento é em si uma poderosa máquina de empobrecimento” (WACQUANT, 2003, p. 86).

Em relação ao público jovem que foi entrevistado¹¹², percebe-se grande dificuldade na entrada no mercado de trabalho especialmente pelas exigências empresariais postas, como, por exemplo, a exigência de experiência profissional de no mínimo um ano. A situação também é encontrada entre os adultos, porém é importante destacar que o público jovem está iniciando as atividades profissionais na vida e, na tentativa de saírem da condição de desemprego buscam diversos cursos profissionalizantes, acumulando certificados.

É nesse sentido que J¹ afirma que “deseja ser um profissional através do curso” (informação verbal) quando questionado sobre o que queria ao buscar qualificação profissional, porque, ainda segundo ele, sente-se um fracassado em estar desempregado. Segundo o jovem informante, somente um emprego na transnacional Vale oportuniza a satisfação de interesses e necessidades pessoais e familiares¹¹³.

A fala de L² reitera a importância dada à acumulação de certificados e cursos profissionalizantes, afirmando que “na verdade, hoje em dia, tudo você faz curso” (informação verbal). Ao mesmo tempo, apesar de ter feito dez cursos de qualificação profissional, afirma ainda não ter conseguido os seus objetivos ao buscar tais qualificações, principalmente por estar na condição de desempregado.

Por sua vez, F afirma que também buscou qualificação profissional no intuito de melhorar seu conhecimento. E, diante da situação de desemprego, “se sente meio desprezado pelo mundo”. Para o sujeito entrevistado, a situação se agrava porque é difícil sobreviver somente com um emprego com registro em carteira, sinalizando a necessidade de criar um negócio como empreendedor para obter renda extra.

Já a jovem G¹ acredita que a inserção em cursos profissionalizantes oportuniza a inserção no mercado de trabalho e, dependendo do curso escolhido, existe a possibilidade de alcançar posições profissionais com maiores rendimentos salariais dentro de uma

¹¹² Do total de entrevistados, sete estavam na faixa etária de 18 a 29 anos e sete tinham mais de 29 anos.

¹¹³ É importante lembrar que para preservar o anonimato dos sujeitos entrevistados, eles são identificados pelas letras iniciais dos seus respectivos nomes. E, para aquelas letras que são acompanhadas de um número, significa a diferenciação de dois ou mais indivíduos que possuem identificação com a mesma letra.

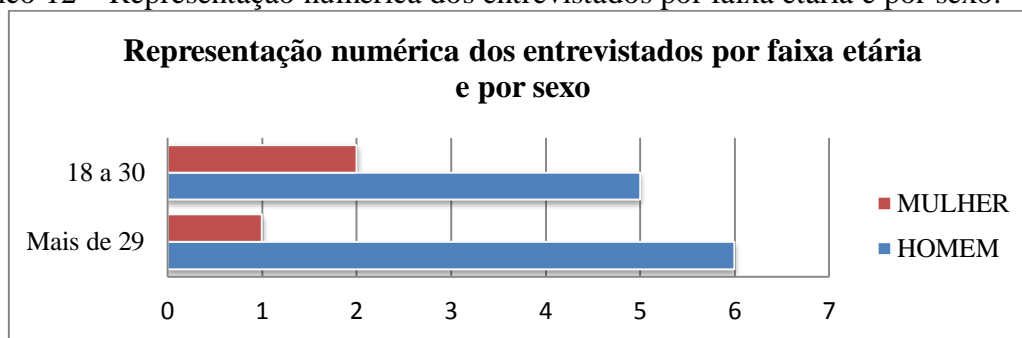
mesma empresa. Contudo, estar desempregada para ela é sinônimo de desespero, especialmente pela ausência de um salário para o pagamento de dívidas que se acumulam.

A análise dos discursos proferidos pelos jovens informantes revela a presença de um conteúdo ideológico reforçado seja pelas contradições sociais que valorizam o esforço pessoal na busca de um emprego e ao mesmo tempo não absorve a força de trabalho que já recebeu formação profissionalizante, seja pelo atrelamento da oferta de cursos de qualificação profissional no Centro de Inclusão Produtiva ao conceito de empregabilidade. Nesse sentido, o pensamento de Frigotto (1998) sinaliza e expõe a contradição das falas dos sujeitos da pesquisa, quando afirma que em tempos de reestruturação produtiva do capital e de uma globalização excludente, ser empregável por meio de incentivos públicos em cursos de qualificação é a garantia de uma escolaridade mínima ou simplesmente um subsídio a essa parcela da população.

Amaral (2001) também permite tal reflexão ao recordar que os processos de qualificação e requalificação desvalorizam a força de trabalho por estarem vinculados aos interesses mercadológicos, e, por isso, não significam manutenção ou absorção da força de trabalho pelo mercado. A formação profissional oferecida aos trabalhadores tal como está sendo ofertada reitera a responsabilização destes pela condição de desemprego ou outros infortúnios no mercado de trabalho, sendo justificada por suas escolhas de vida. Assim, a oferta de cursos de qualificação tem representado mais ganhos para o setor empresarial do que à própria força de trabalho.

As observações de Castel (2008) e Standing (2014) acerca da inserção dos jovens no processo de precarização do trabalho assemelham-se e sinalizam características encontradas na realidade local. Para os autores existe a tendência de que jovens qualificados, ao não encontrarem espaço no mercado de trabalho condizente com sua formação profissional, submetem-se a atividades que exigem pouca e diferente qualificação daquela que possuem. Ou ainda, ao se depararem com as exigências do mercado referente ao nível de qualificação ou as experiências exigidas, acabam em grande parte sendo expulsos desse mercado de trabalho.

Gráfico 12 – Representação numérica dos entrevistados por faixa etária e por sexo.



Fonte: Elaboração própria.

As respostas dos jovens acerca do que se pretendia ao procurar qualificação profissional e se algo mudou em sua vida após tal qualificação, foram respondidas, de modo geral, pelos sujeitos com mais de 29 anos que a única coisa que mudou foi maior acúmulo de conhecimento e aprendizagem, pois ainda não tinham obtido retorno financeiro; sendo que alguns chegam a negar alguma mudança, já que o objetivo de conquistar um emprego não tinha sido alcançado¹¹⁴. Em relação à avaliação dos entrevistados acerca dos cursos oferecidos, os informantes afirmam quase em sua totalidade que os cursos atenderam as necessidades de ter uma formação profissional, mas não atenderam as necessidades da conquista do emprego, pois somente 2 (dois), entre os quatorze entrevistados, conseguiram emprego após a realização dos cursos. E, mesmo entre esses dois, um conseguiu se empregar apenas por cinco meses e sem carteira assinada, e o outro estava a apenas um mês trabalhando para uma empresa contratada pela transnacional Vale.

Os argumentos que levam a afirmar essa compatibilidade com a teoria é a própria empiria. Por exemplo, ao relatar sua história, R¹ se intitula culpado por não ter e não poder dar aos filhos pequenos uma melhor condição de vida. Sente-se responsável quanto aos seus estudos incompletos e sustenta durante toda a entrevista que somente com os estudos é possível alcançar um bom trabalho e uma boa renda.

¹¹⁴ De acordo com as respostas dos informantes, observa-se que a intenção na busca por uma qualificação profissional gira em torno de: ter mais opções para enfrentar as exigências do mercado de trabalho; adquirir uma profissão; adquirir mais conhecimento e, com isso, conquistar mais espaço no mercado de trabalho, além de ter uma maior possibilidade de proporcionar aos filhos uma vida diferente daquela que teve; conseguir algo que proporcione uma maior renda; desempenhar melhor a função que recentemente está exercendo, entre outros. No que concerne aos sonhos pessoais referentes à vida profissional, os sujeitos da investigação alegavam: a conquista de um trabalho a longo prazo, alcançar uma vaga na empresa transnacional Vale, construir um negócio próprio, conquistar outras qualificações que não sejam de formação técnica e sim de ensino superior, ou simplesmente atuar na área que se identifica e, com isso, ter a possibilidade de crescer profissionalmente.

Aí foi quando eu comecei a estudar, tá? Fui até onde eu fui, parei por motivo assim, como é que se diz, por desleixo, posso dizer que foi culpa minha, né? Que eu podia ter continuado meus estudo acima de tudo o que acontecesse, porque foi onde eu consegui vantagem. Né? E hoje eu conseguiria trabalhar.

Quanto aos cursos de qualificação, R¹ vê neles uma oportunidade para conseguir um melhor emprego, possibilitar estudo aos filhos e melhorar de vida. Reforça ainda na sua fala, o valor que tem para ele ter um certificado e certo sentimento de incapacidade e descrença (ao mesmo tempo em que revela ter esperanças de mudar de vida) em não alcançar metas na sua vida. Como se pode ver nos próximos trechos da entrevista:

Eu sou armador de ferragem, que eu fiz. Eu tenho certificado. Fiz um agora, mas eu não passei porque eu tenho muita vontade de fazer informática, porque meus filho tão precisando, né? Mas eu não consegui atingir a meta, eu, eu não passei. Eu fiquei esperando uma vaga, mas não, não foi possível. Lá pelo Inclusão Digital. Mas eu vou fazer. E então tinha gente, que nem no meu caso, tem um ano, não deu certo, então desmotivou muito minha cabeça né (*refere-se à separação conjugal*). Fiquei com dois filho então. Mas nem por isso eu deixei eles. E cuido deles. Vou cuidar dos estudo deles. E vou tomar a paternidade daqui pra frente, pra estudar, fazer mais cursos, pra mim ver se, se a coisa melhora né?

Ainda referente ao não questionamento da estrutura social, vale destacar que na análise das falas se percebe situações em que, caso estivessem empregados e em um cargo que lhes proporcionasse melhor qualidade de vida, alguns reproduziriam aquilo que acontece com eles. Como, por exemplo, com L², que demonstrou ser muito esperançoso com o futuro, apegado à sua fé e em experiências de pessoas reconhecidas como heróis e heroínas na sociedade. Por isso, ao invés de questionar a situação de desemprego e a dificuldade de encontrar emprego fixo, com boa renda e sem alta carga horária de trabalho, opta por não reclamar de sua condição de vida, mas seguir em frente na procura de emprego e buscando mais qualificações, das quais acumula mais de 10 cursos (como, operador de MUC, operador de empilhadeira, soldador de processo TIG, informática básica e avançada, qualidade no atendimento, marketing, empreendedorismo, técnico em eletromecânica, relações interpessoais).

Está há quatro anos em Parauapebas por acreditar que o município tem “uma visão de mercado bem ampla” e, apesar de ter “pouco tempo de emancipada, [...] é um dos polos em questão de, de rendas” (L², informação verbal). Com apenas três meses de sua chegada, conseguiu emprego com carteira assinada no setor administrativo em uma empresa de venda de veículos, local em que trabalhou por um ano e sete meses. Durante a fala, é interessante notar alguns pontos que são exigidos pelas empresas no tocante a qualidades

exigidas aos empregados, como, por exemplo, trabalhar sob pressão em uma média de 12h de trabalho por dia. Apesar disso, não questiona a empresa em si, porém as péssimas condições da internet no município que o impediam de realizar um bom trabalho, culpando-a pela sua alta carga horária de trabalho.

[...] eu trabalhava no setor administrativo [...]. Daí eu fui promovido pra outro setor, né. Tomava de conta com outro rapaz, e... daí aquela coisa foi me estressando, entendeu? Com o tempo a gente... vai se desanimando, das.. pressão, e não vê aquele apoio, não vê ... só querem tirar de você, mas não querem colaborar, te apoiar. Então, vem pressão do lado direito, pressão do esquerdo, da frente, de todo lado, né. Chega um momento que a gente não.. a gente não rende mais, né. Por questões de tanta pressão. E esse é um dos fatos que às vezes pergunta... “qual o seu defeito?”. Eu não sei trabalhar sob pressão, né? Porque às vezes você se sente tão pressionado que não desenvolve o que você tem que desenvolver direito e acaba não rendendo pra empresa.

No que se refere à sua formação profissional, exalta a importância da qualificação profissional já que o mercado está precisando de mão de obra, porém a falta de reconhecimento dos cursos e a exigência de experiência comprovada em carteira de trabalho pelas empresas dificultam a conquista de um emprego. Nesse ponto, revela o não entendimento de tal atitude por parte das empresas.

[...] Ah, estamos.. o mercado tem, tem vagas, mas não tem profissionais qualificados. E... aí eu vejo o lado de quem foi se profissionalizar, mas... eu vejo assim, a... como é que eu posso falar? A pessoa se qualifica, mas tem, é embargado no momento de, de uma oportunidade de emprego, por quê? Eles querem, aqui no município, eles exigem muito experiência da, da carteira né. Então... a pessoa, por exemplo, passa três, quatro meses, cinco meses num, num curso e..... se qualifica desse curso quando vai, surge uma oportunidade dessa área que ele fez o curso, não tem experiência na carteira, então...aí acaba perdendo a vez, entendeu? Ah... porque não tem experiência de dois anos, um ano e cinco meses, enfim... mas eu vejo um lado assim, se você passou tanto tempo em treinamento, de curso, você tem que sair qualificado.. mas eu preciso de uma porta pra chegar e mostrar o trabalho que ele aprendeu. Né.

Ainda sobre formação profissional, coloca que as qualificações são necessárias para que o “currículo seja mais agressivo do que os outros”, no sentido de potencializar as chances na competição por uma vaga no mercado de trabalho. Complementa com a ideia de que se você está “disponível para o mercado de trabalho” (como ele define o desemprego), não pode ficar parado e deve ir buscar mais qualificações. Na fala deste entrevistado, é possível perceber de forma clara os apontamentos feitos por Gentili (1998) e Frigotto (1998), onde a formação profissional da mão de obra conduz ao modelamento de trabalhadores mais competitivos e disponíveis às necessidades empresariais.

Entretanto, apesar de todos os cursos, L² está desempregado há cinco meses e reflete e coloca que, até o momento, eles ainda não atenderam suas necessidades, especialmente por dois motivos: a entrada no mercado de trabalho em Parauapebas é dificultada pela exigência de experiência profissional e pela forte característica de indicação de pessoas:

Porque eu já tive, eu já fui classificado pra uma entrevista, né, que eu tinha o perfil, só não tinha experiência, então. Quando o, o rapaz, ele, a pessoa que foi entrevistar né, a equipe, ele já entrou, deu o bom dia, e falou logo assim ‘‘olha, pessoal, essa vaga assim, assim, é quem tem experiência. Quem não tem, por favor, tão só perdendo tempo’’. Entendeu? Foi uma indireta assim, ‘‘eu vou fazer o quê aqui?’’, né? Então eu entreguei a minha carta lá e vim embora. Já, eu poderia ser um dos últimos, mas se chegasse lá e ‘‘não cara, você não tem experiência, então... foi falado bem antes’’. E eu saí logo. E geralmente muitas pessoas tão tendo o po, tão perdendo oportunidade por causa disso. Tem o curso, né. É qualificado. É.. o perfil ade, é.. adequado a, ao que tão precisando, mas não tem experiência. E eles só exigem com experiência de no máximo um ano.. e meio, dois anos.

Outro exemplo vem a ser o relato de P, que apesar de ter sofrido um acidente¹¹⁵, as empresas não analisam a lesão ocorrida em seu corpo e, somando esse fato e a crise que observou no município a partir de 2012, encontrar emprego ficou muito mais difícil. Dessa forma, durante o período que esteve e está desempregado, P tem buscado diversos cursos de qualificação que, somados, chegam a seis. Contudo, até o momento não conseguiu nenhum cargo vinculado diretamente à profissão que ele se qualificou. Em um trecho da entrevista, mesmo que de forma confusa ao expor sua ideia sobre a busca de qualificação, o entrevistado consegue explicar que, apesar da falta de mão de obra qualificada em Parauapebas, aqueles que têm qualificação também não conseguem trabalhar naquilo que dominam enquanto formação profissional.

Tem, tem, há qualificação, é, de mão de obra tá escassa? Tá. Mas é porque tem muitas pessoas que não tá, é, nos seus devidos, é, na sua, é, como diz, não tá aparente, não tá à vista né? Então tão obscuro, tão, tem pessoas que tão qualificada, mas que estão exercendo outras funções por falta de oportunidade, né.

Diante disso, P não se sente valorizado, sinalizando que também já foi prejudicado por alguém que falsificou experiências profissionais na carteira e conseguiu uma vaga de emprego primeiro. Ao falar sobre a ‘‘possibilidade de ter uma profissão’’ (P, informação verbal), o entrevistado revela que mesmo com todas as qualificações e certificados acumulados, ainda hoje ele busca uma profissão que o identifique.

¹¹⁵ O entrevistado não revelou que tipo de acidente, somente que não foi acidente de trabalho.

É nesse mesmo sentido que C relata, assim como observado em outras entrevistas, que a questão da experiência é fundamental para a entrada no mercado de trabalho. Afirma também que para garantir o seu sustento tem conseguido empregos com serviços gerais, sejam serviços domésticos, sejam em empresas. Alega que são empregos mais fáceis, porém com má-remuneração, temporários, carga horária extensa, sem carteira assinada e com sobreposição de funções: “tem muito serviço aí, eles pedem pessoas pra poder fazer aquele serviço todo” (C, informação verbal).

Tal situação, segundo C, complica quanto ao cuidado dos filhos. Coloca que fica em torno de uma semana para conseguir um emprego, mas não consegue ficar um mês inteiro trabalhando:

Não dá também por causa das crianças. Se eu tivesse um emprego bom, fixo, em que eu recebesse um valor também bacana, daria pra eu pagar alguém pra ficar com eles. Mas como não tem, então não dá pra ficar. Mesmo assim, se eu arrumar um emprego que eu ganhar um salário, não dá pra pagar, porque uma pessoa hoje aqui ela só quer trabalhar cuidando das crianças se for receber um salário, aí um salário só pra mim entregar, aí não dá.

Durante a entrevista, ao falar sobre o que contribui para a conquista de um emprego, C enfatiza inicialmente com receio e como forma de denúncia a questão da indicação e a experiência profissional. Todavia, em seguida refaz a fala e diz que somente a experiência profissional é o principal fator para se obter uma vaga no mercado de trabalho: “Mas também assim, eu nem sei se é ético falar isso, mas as pessoas dizem que aí não arruma serviço se você não conhecer ninguém (*referindo-se ao SINE*). Então é assim” (C, informação verbal). Logo em seguida já começa a modificar a fala:

[...] Não conhecer alguém da empresa, encarregados, essas coisas ou tem muita, muito, muito tempo de trabalho já, muito tempo de trabalho, ser conhecido, entendeu, no mercado. Então é a mesma coisa de experiência que eu tava te falando. Tem que ter experiência, tem que conhecer as empresas, tem que ter trabalhado cinco anos na empresa, dois anos na outra, entendeu? Porque se não, não vai arrumar emprego, não arruma. E arruma assim, às vezes empregos de serviços gerais que eu tava te falando, mas é uma coisa que nem pra todo mundo dá. Nem pra todo mundo dá.

O “nem pra todo mundo dá”, C reforça para indicar que também não consegue ir além de empregos de serviços gerais, mas também não consegue ficar muito tempo neles. Mostra certa inquietação quanto a questão da experiência profissional, porque acredita que a qualificação profissional em si deveria ser algo suficiente para a entrada no mercado de trabalho. Contudo, não contribui e não é o principal fator para a conquista de um emprego.

A situação acima descrita remete também a questão da feminização do trabalho e as condições mais precárias vivenciadas pelas mulheres seja em nível de sua inserção no mercado de trabalho (portanto em sua condição de inserção na classe trabalhadora), seja em nível de divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, é indispensável a comparação com as informações da OIT (2012, p.62) sobre a “invisibilidade do trabalho feminino” na qual um contingente significativo de mulheres tem dedicação de trabalho com os afazeres domésticos equiparado à venda de sua força de trabalho, sem, contudo, ter reconhecimento ou receber algo por essa extensão do trabalho realizado em casa.

Além disso, os relatos obtidos com as mulheres entrevistadas conduzem para a confirmação do pensamento das autoras Hirata e Kergoat (2007), bem como de Standing (2014) sobre o processo de feminização do trabalho. Mesmo as mulheres que são “chefes de família” encontram maiores dificuldades em encontrar estabilidade no mercado de trabalho diante dos afazeres domésticos, manter a família e a casa, associada às exigências e configurações do próprio mercado, como é possível observar na fala de C.

Nota-se ainda nas entrevistas realizadas a questão da dependência econômica da mulher em relação ao seu cônjuge e se apresenta vinculada à ausência de perspectivas no mercado de trabalho e a própria falta autonomia da mulher diante da configuração familiar, a insuficiência ou baixa qualificação profissional e a inexperiência profissional registrada em carteira.

Por exemplo, a trabalhadora desempregada I, demonstrou muita preocupação em não poder dar aos filhos aquilo que pedem, bem como não ter o potencial de compra que gostaria de ter e sempre ter que pedir dinheiro ao esposo. Não reconhece e não se identifica com nenhuma profissão, pois nunca trabalhou de carteira assinada, apesar de expressar o desejo de trabalhar como secretária. Está desempregada há dois anos, sem conseguir nenhum tipo de serviço. Enquanto isso fez dois cursos no SENAI (solda e almoxarife) e está fazendo o curso básico de informática, pois busca encontrar uma atividade (não específica) para poder trabalhar, ter uma renda, finalizar sua casa e dar aos filhos um maior conforto.

Por não ter conseguido um emprego ainda, coloca que os cursos de qualificação profissional não atenderam suas necessidades. Afirma que os cursos deveriam contemplar mais prática, porque “é exercendo que a gente aprende mais ainda” (I, informação verbal). Essa fala permite refletir e questionar a (im)possibilidade de alcançar uma oportunidade de emprego em um município onde a exigência de experiência profissional é crucial para a

conquista de uma vaga, mas que os próprios cursos de qualificação profissional não proporcionam essa prática. Porém, em nenhum momento I questiona sobre isso. Do contrário, reforça a ideia sobre a tese da qualificação profissional e a entrada no mercado de trabalho: “[...] eu acho que é você ter qualificação né, é o que mais ajuda, porque eles sempre vão olhar pra quem tem qualificação” (I, informação verbal).

Mesmo em um contexto de vida diferente do que acabou de ser descrito, G¹ não deixa de sofrer os rebatimentos da precarização sobre a mulher. No período da realização da entrevista, G¹ estava completando um mês de trabalho em uma empresa de contabilidade, sem carteira assinada. Mesmo na esperança de assinarem a carteira, não sabia ainda definir qual sua função ou profissão dentro da empresa, alegando que fazia tudo: “Eu... tudo! Departamento pessoal, ela tá me ensinando a fazer o fiscal, serviço de rua e de banco. Vai nos locais onde tá, pros clientes” (G¹, informação verbal).

Ao ser questionada sobre o seu tempo de desemprego, coloca que variava entre oito meses a um ano em tal condição até encontrar um emprego. Diferentemente das outras entrevistadas e dos próprios homens entrevistados, G¹ demonstra que isso ocorre principalmente porque não aceita qualquer proposta de emprego, mesmo que esteja precisando, como, por exemplo, propostas com ampla jornada de trabalho:

[...] não é porque a gente não tá trabalhando, que a gente tá desempregado que a gente vai pegar a primeira coisa que apareça. [...] Aí eles fazem uma proposta que não compensa. Que a pessoa vai trabalhar e não vai render. Não vai. Não vai ser bom pro patrão, nem pro empregado, e nem pros clientes. Então...

G¹ alega que uma boa desenvoltura é essencial para conseguir o emprego, como saber conversar e se expressar bem e não mentir. A fala relembra o curso de orientação profissional que é realizado no período do curso de qualificação realizado pelo PRONATEC em Parauapebas. Afirma que tal postura também é essencial quando se está no emprego, pois, mesmo tendo alcançado uma vaga, não significa que há estabilidade. Por conta disso, acredita que o mundo está muito desigual e muito competitivo, o que faz atrapalhar, inclusive, os relacionamentos interpessoais na empresa, além de enfatizar a importância do crescimento pelo esforço próprio.

Pra buscar emprego é assim. Agora depois que a gente tá lá dentro. Porque tipo assim, o emprego é uma busca, depois que você buscou, não é que você tá lá dentro que você pensa que você pode tudo, não. É o primeiro passo é conseguir. O difícil é se manter. Agora se você tiver o pé no chão, se manter no emprego, ótimo! Se você tiver a oportunidade de crescer, cresça, não pisa em ninguém, cresça por mérito seu mesmo. [...] A felicidade de um é o desespero do outro.

Diante disso, também ela não se sente segura no emprego. E, ao expor o sentimento sobre a condição de desemprego, fala em desespero, pois não consegue viver só para o trabalho, porém, novamente no final da fala, reforça que é preciso seguir em frente independente da situação:

[...] Aí vai batendo assim, um tremor na gente. Aí bate o desespero. Por isso é que aparece muito caso assim de pessoa roubando, estranho, porque assim, dá, dá o desespero. Dá assim, tipo um pânico, sei lá, um trem estranho! Que eu acho que só quem passou, que se um dia vai passar, que não é legal, não é legal. Aí... bola, mas é bola pra frente!

No que concerne à quase ausência de questionamentos dos sujeitos entrevistados em relação à estrutura e relações sociais que implicam nas condições de trabalho ou a própria ausência dele, como já sinalizado, é interessante resgatar o pensamento de Druck (2013) ao relatar o processo de fragilização imposto aos trabalhadores pelo processo de precarização social do trabalho. Todavia, mesmo que de uma forma geral avalia-se inexistência ou frágil politização dos informantes, importa destacar percepções diferenciadas assumidas entre o público masculino e feminino entrevistado, especialmente às mulheres jovens.

Percebe-se que diante da condição de desemprego, os homens demonstram mais resiliência, enquanto que as mulheres questionam mais o que pode vir a ser a essência de todo o processo que vivenciam, inclusive informando com mais clareza como funciona a rede de influências entre instituição pública e o mercado de trabalho, mesmo que depois tenha sido demonstrado receio por ter feito tais informações.

Há que se destacar ainda a postura diferenciada assumida entre as mulheres solteiras e chefes de família e os homens solteiros e chefes de família. Aqui, a resiliência e tristeza frente ao desemprego são agravadas no público masculino, especialmente entre aqueles que relatam o abandono de lar da esposa. Encontram, assim, dificuldades em dar a assistência que os filhos necessitam, em dar conta dos afazeres domésticos e ir à busca de trabalho, verbalizando a necessidade de ter uma empregada doméstica (sem registro em carteira, pois não têm condições de pagar um salário mínimo) ou ainda encontrar uma nova companheira para dividir as tarefas. O que já é encarado de forma diferente no público feminino, apesar de que elas também encontram dificuldades para realizar tais tarefas.

É o que se percebe, por exemplo, com a entrevista de R¹. Chefe de família, pai de três filhos e separado há um ano, verbaliza em tom de tristeza ao ser questionado de onde busca forças para poder seguir em frente:

Pois é, é, esse, esse aí é que é o problema. É tirar da gente mesmo, da sua boa vontade, do seu cansaço né, e do sono, porque se você for olhar o cansaço, o sono, você não consegue as coisa. Tem que correr atrás e escolher, pra poder conseguir as coisa, porque não é fácil. Tem, tem que trabalhar. Trabalhar e estudar. (*bate levemente na mesa*). E se você só trabalha porque não tô tendo tempo, tô cansado, é difícil. Mas você tem que correr atrás. É no meu caso hoje. Não tá sendo fácil. (*bate levemente na mesa*). Hoje, porque hoje eu só posso pagar 400 reais por pessoa pra olhar os menino. Aí vai, às vezes não trabalha um mês, outra vez prepara só o que comer. E é aquela dificuldade. No estudo. Então eu já, já me matriculei [...] e faltou até a oitava série. Não consegui. Mas aí eu não dei conta de fazer isso aí. Por conta do tempo e das criança. Que eu tava sem ninguém e os menino não podiam ficar só. São de menor, então tem que tá ali junto né. Então tinha que ficar ali aquele horário, eu não tinha uma pessoa pra ficar. Então são esses, mas a minha vontade é grande, mas, mas tudo, é que nem eu lhe falei, tudo é de acordo com a, com a sua estrutura que você teve né, com os seus problemas do dia-a-dia. Mas eu não, não tenho arrependimento de tá com os filhos, hoje eu tô com os filhos, eles não tão abandonado. Porque de noite eu vou pra escola, durante o dia eu não posso. Então é isso aí, mas se eu fizer esse esforço, se a pessoa tiver de verdade, tivesse mais solto, chegar do serviço e ir pra casa, chegar em casa, tomar um banho, comer, e colocar comida pros pequeno. Porque você não consegue fazer o melhor da sua vida de hoje pra frente não. A não ser que você tenha uma sorte aí no jogo, se não for, você só sobe assim. Que hoje o mercado de trabalho tá desse jeito.

Já P, além de relatar a necessidade de ter uma nova companheira quando questionado sobre os sonhos pessoais em relação ao futuro, verbaliza a dificuldade em conciliar a busca por emprego, os serviços diários que consegue enquanto está desempregado e dar a assistência necessária ao filho, quando questionado sobre o período médio para conseguir uma nova ocupação:

[...] aí... varia... tem, isso porque assim, é, como, é, as dificuldades que eu já te se tornam grandes, é, aí você, eu hoje não tenho família, então, só tenho meu garoto, mas eu sempre tive uma preocupação, desde a minha infância, eu comecei a trabalhar cedo, eu me preocupo, é, de ter as minhas roupas, o meu bem-estar né? Aí, é, eu não posso deixar de fazer uma coisa por de outra.... então se tem trabalho, a gente encontra serviço eu pego aquele serviço pra me manter e quando você faz, você procura diária, aqui né, mas você deixa de ir atrás de um serviço, de um emprego.

A análise dessas falas remete à divisão sexual e social do trabalho, como afirmam Hirata e Kergoat (2007) sobre os papéis direcionados às mulheres nas relações sociais entre os sexos, em que o homem assume a função produtiva e as mulheres a função reprodutiva. Percebe-se o quanto isso ainda se faz forte na realidade dos sujeitos entrevistados, justificando provavelmente a postura resiliente e confusa diante da inversão de papéis. De acordo com os discursos proferidos pelos trabalhadores que se encontram nessa situação, percebe-se o espanto em terem vivenciado o abandono de lar de suas ex-

companheiras, o que não seria considerado comum socialmente. E, por isso, sentem a necessidade da figura feminina para a resolução de tarefas domésticas.

Mas todas as características e vivências já relatadas não podem ser lidas e analisadas sem levar em consideração que todos os sujeitos, com exceção de um que nasceu em Parauapebas, são trabalhadores migrantes. Todos aqueles que vivem há mais de dez anos no município foram com os pais, os quais atraídos pelo trabalho, também buscavam melhores condições de vida e, apesar de datas diferentes, o contexto de precariedade já predominava, em especial pela baixa remuneração e extensas jornadas de trabalho. Por isso, encontraram-se casos onde os sujeitos, mesmo crianças, deveriam trabalhar para contribuir na renda da família e deixaram de estudar ou atrasaram os estudos.

Apesar dessa precariedade que é aprofundada nos dias de hoje, eles não consideram de uma forma geral que as horas de trabalho atrapalham o relacionamento com a família. Enquanto os homens casados e chefes de família assumem essa fala, as mulheres já encontram dificuldade diante de carga dupla de trabalho, que inicia fora de sua casa e termina no âmbito doméstico. A realidade é modificada, entretanto, nas situações entre os homens solteiros e chefes de família, como já relatado.

Além disso, percebe-se nos sujeitos da pesquisa uma individualização de suas conquistas com base no mérito. Todo o sofrimento que sentem é entendido como uma etapa para alcançar o grande objetivo que é trabalhar na transnacional Vale. Quando questionados sobre o que os sustenta para continuar em frente mesmo com a recorrente ausência de emprego, atribuem ou a família ou a fé divina. Valorizam, dessa forma, o esforço pessoal na superação das dificuldades, como por exemplo, para R¹ que afirma: “Nós que não nascemos em berço de ouro temos que correr atrás e estudar” (R¹, informação verbal).

Alguns chegam a lançar questionamentos de que algo está errado no aumento do desemprego e na instabilidade nos postos de trabalho que conseguem. Mas desconhecem, negam e/ou até rejeitam qualquer participação em alguma organização representativa de trabalhadores. É nesse sentido que M se refere ao sindicato que recentemente está vinculado:

Olha, aqui normalmente toda vez que você entra numa empresa, auto-automáticamente você entra pra um sindicato, aí, após um período que você pode decidir se, ser tirado. Eu... eu não sou muito a favor de sindicato, porque aqui os sindicatos não são muito... pelo lado do funcionário. São... alguns sindicatos que

eu já vi é que, que realmente é, lutam pela melhoria, é que lutam pelo, pelo direito do, do funcionário.

Ora, se os próprios entrevistados (sejam os trabalhadores desempregados, sejam os representantes do poder público municipal) revelam que a exigência de experiência profissional por parte das empresas gira em torno de um a dois anos, como é possível a alta rotatividade nessas mesmas empresas onde os trabalhadores ficam em média três meses? Conforme a ideia de ser empregável, a lógica seria ter qualificação profissional, a prática profissional e a garantia de emprego. Mas a realidade revela uma intencionalidade que individualiza ainda mais os mecanismos de acesso e permanência ao mercado de trabalho, porque potencializa a competitividade através dos critérios seletivos e garantem a existência de um exército reserva de mão de obra extremamente funcional à expansão do capital. Assim sendo, o pensamento de Costa (2010) também se faz presente na realidade presente, no que se refere à empregabilidade, a qual ao categorizar atribuições e qualificações, afunila a mão de obra, e incentiva a exploração da força de trabalho, a partir da determinação de critérios e necessidades do mercado, submetendo o conhecimento humano estritamente à execução de atividades ligadas ao ritmo de produção. Ou seja, as situações descritas revelam a qualificação profissional e a empregabilidade como um mito na conquista de uma vaga no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do diálogo teórico com autores que debatem as diversas manifestações do processo de precarização do trabalho e a contribuição e importância histórica da Amazônia para o capital, bem como da análise das informações e dados primários e secundários obtidos, observa-se que as conclusões da pesquisa ratificam e reiteram que a particularidade do município de Parauapebas compreende tendências mundiais do mercado de trabalho associadas à funcionalidade histórica da região e da localidade para a expansão de produção e lucratividade.

Nesse sentido, a apreensão da relação pretendida entre o crescente número de trabalhadores desempregados e a presença marcante da empresa transnacional Vale na localidade enquanto objetivo geral da pesquisa pôde ser sinalizada através de inúmeros aspectos, fundamentada na perspectiva crítica acerca do conflito entre capital e trabalho. Leva-se em consideração, para tal, o pensamento clássico e ao mesmo tempo atual de Marx (2013) disposto no primeiro capítulo, no que concerne à funcionalidade de um excedente de trabalhadores disponíveis para a venda de sua força de trabalho, garantindo a exploração dos trabalhadores que já a vendem e, conseqüentemente, garantindo também a obtenção de lucros.

Assim, conclui-se no primeiro capítulo que as estratégias das atuais políticas e programas de qualificação, inseridos no discurso de combate à pobreza tem sido peça-chave para a hegemonia do modo de produção capitalista. Nesse meio, as complexas contradições entre capital e trabalho expandem-se para todos os âmbitos da sociedade e, por isso, também as orientações e recomendações internacionais têm sido um importante recurso em reforçar a adequação da força de trabalho aos interesses e moldes do capital, como por exemplo, a abertura dos estados nacionais para o capital internacional (em especial dos países periféricos como o Brasil), que corroboram para a extorsão e exploração de seus recursos naturais e humanos, como por exemplo. Tal abertura também influencia posturas adotadas por grandes empresas mundiais, destacando-se as transnacionais, no que concerne ao “tratamento da pobreza e do desemprego”.

Já no segundo capítulo, percebem-se as tendências marxianas e marxistas apontadas refletidas hoje num profundo processo social de precarização do trabalho, na qual a precariedade tem revelado profundas feridas especialmente nos trabalhadores enquanto um coletivo. A difusão desse processo se internaliza no município de Parauapebas diante da presença da transnacional, revelando similitudes e convergências com a realidade

internacional do mercado de trabalho, a saber, que mesmo quando há certa estabilidade no emprego, o trabalho pode ser precário se levada em consideração às condições deste e os rendimentos provindos dele. E, ao mesmo tempo, diferenças, já que a localidade também apresenta peculiaridades, como a questão da migração permanente pelo trabalho.

É interessante perceber como as manifestações do processo de precarização em tempos de reestruturação produtiva do capital e conduzido pelo ideário neoliberal e a “especialização flexível” como modelo de organização e controle do trabalho, na realidade refletem a possibilidade concreta de fomentar a exploração do trabalho diante da necessidade de aumento da produtividade e competitividade para a maximização de lucros. Assim sendo, a difusão da informalidade, terceirização, subcontratação, empreendedorismo como alternativa ao desemprego e discursos ideológicos como empregabilidade, fortalecem uma maior acumulação de capital na contemporaneidade e, portanto, reforçam um conteúdo ideológico que não põe em xeque as relações de trabalho em uma sociedade de conteúdo essencialmente desigual, mas limita-se no questionamento do acesso ao trabalho.

Há que se destacar ainda o processo de feminização do trabalho, o qual também passa a ser precarizado através do trabalho atribuído ao sexo. Como um dos achados da pesquisa, torna-se interessante aprofundar como a presença das mulheres no mercado de trabalho, controlada pela divisão sócio sexual (referindo-se as desigualdades de classe e de gênero), também tem sua funcionalidade e um significado reconvertido aos interesses de acumulação do capital. Assim, o trabalho feminino em tempos de precarização do mundo do trabalho se torna um grande desafio especialmente por ter adquirido característica de uma das peças fundamentais na produtividade e competitividade.

Em relação aos jovens e o processo de precarização do trabalho, destaca-se uma tendência de expulsão desse público do mercado de trabalho e inclusão deles no desemprego estrutural e característico da sociedade capitalista em nível internacional e nacional. E nesse sentido, essa população sofre os rebatimentos da precariedade antes mesmo de vender sua força de trabalho, levando em consideração que aqueles que conseguem certificação de cursos de formação profissional tendem a não ingressarem no mercado de trabalho seja pelas constantes modificações das exigências para admissão, seja pela relação com uma baixa qualificação profissional fornecida por instituições públicas forçando a inserção desses jovens a obterem menores rendimentos e em espaços de

trabalho com menos garantias trabalhistas. Tal realidade é observada no *lócus* da pesquisa, como será visto a seguir.

No capítulo terceiro, é possível concluir a análise e a relação entre o aumento do número de trabalhadores desempregados e a presença da empresa transnacional Vale no município de Parauapebas. Isso porque, diante de todo o resgate teórico e empírico realizado, verifica-se de forma aprofundada a estreita ligação entre a realidade local da precarização do trabalho no município de Parauapebas e a conjuntura mundial do modo de produção capitalista. Tal relação é ratificada, em primeiro lugar, pela presença do conflito entre capital e trabalho nas fases de exploração da Amazônia e, desse modo, a peculiaridade da região está presente naquilo que é mais característico e mantém o modo de produção capitalista, qual seja a expropriação do homem de seus meios de produção e torná-lo mercadoria, obrigando-o a vender sua força de trabalho, e acumular de maneira privativa riquezas.

É interessante destacar, contudo, que algumas discussões ainda se fazem necessárias no que tange ao aprofundamento das questões acerca da região de Carajás e de Parauapebas, sobretudo em relação à construção de uma literatura básica sobre migração, a qual é destaque na vida dos trabalhadores entrevistados. Todavia, tendo por base os objetivos da pesquisa e a análise de discursos entre os atores que estão no processo de precarização do trabalho relacionado à educação profissional que influencia na realidade local, optou-se em direcionar este trabalho a estes assuntos. Ficando, dessa forma, em aberto e vislumbrando futuros estudos uma discussão aprofundada sobre migração, dados e pesquisas sobre a região de Carajás (especialmente sobre a presença marcante de grandes projetos de desenvolvimento).

Essas colocações levam em consideração o pensamento de Martins (2009), em que se assinala a região como última fronteira agregando características específicas no agravamento da relação da precarização do trabalho recorrente na atualidade diante da sua importância ao capital internacional. Dessa forma, a Amazônia, e dentro dela o município de Parauapebas, assiste historicamente: a dinâmica da invasão em suas terras, a separação do homem dos seus meios de produção, a exploração de suas forças produtivas; tendo em vista a manutenção e reprodução de um sistema, que hoje vivencia fortemente a tendência de precarização social do trabalho e cujo ingressaram obrigatoriamente sem serem questionados seus reais interesses.

Essa realidade é mais bem apreendida a partir da caracterização do perfil dos trabalhadores submetidos aos cursos de qualificação pública no município de Parauapebas ao serem analisados os discursos proferidos seja pelos representantes do poder público municipal, seja pelos transeuntes do local, seja pelos próprios trabalhadores desempregados. Dessa maneira, obteve-se a análise dos fundamentos apontados pela Vale e pelas instituições estatais para justificar o desemprego e a manutenção da pobreza, causado pela falta de qualificação da população no município de Parauapebas.

No que concerne aos representantes do poder público, percebe-se que a posição do município, que já sofre as condições internacionais do trabalho pela presença da transnacional, é reforçada por um consenso ideológico gerado e reproduzido por aqueles que alimentam fisicamente a estrutura das políticas de formação profissional e de emprego, especialmente no que tange a adoção do conceito de empregabilidade como suporte para as ações desenvolvidas. Da mesma forma, as informações obtidas pelas conversas com transeuntes do local apresentam discursos que reiteram os conteúdos ideológicos, conforme referencial teórico de análise adotado, como por exemplo, o empreendedorismo como alternativa ao desemprego.

Também nos trabalhadores desempregados entrevistados é possível perceber uma série de pensamentos e, inclusive, comportamentos que se configuram enquanto reflexo do processo de precarização do trabalho. É exemplo: as manifestações de culpabilização diante da condição de desemprego, individualização, reforço da conquista pelo mérito, sentimento de abandono, exclusão, estresse, agonia, desespero, entre outros.

Ao mesmo tempo, apesar da forte presença das concepções ideológicas que tendem a reforçar a hegemonia do capital, nota-se em todas as falas a percepção de que há algo desconexo entre o aumento do desemprego e da lucratividade da empresa; tendo como base a contradição entre a exigência de experiência profissional por parte das empresas (especialmente aquelas que terceirizam serviços para a transnacional Vale) que gira em torno de um a dois anos e a alta rotatividade nessas mesmas empresas onde os trabalhadores ficam em média três meses.

Nesse sentido, importa sinalizar as posturas assumidas pelos jovens e mulheres entrevistados, em que se observa no público jovem a presença de um conteúdo ideológico reforçado pelas contradições sociais que valorizam o mérito pessoal, ao mesmo tempo em que não obtêm sucesso na entrada no mercado de trabalho, mesmo com as qualificações e certificações adquiridas. Referente às mulheres entrevistadas, percebe-se que, apesar do

agravante dos rebatimentos da divisão sócio sexual do trabalho, elas demonstram menos características de resiliência em relação aos homens, especialmente aqueles que são solteiros e chefes de família, os quais demandam a presença feminina para a conciliação de trabalho e afazeres domésticos.

A realidade revela, diante de tudo o que foi exposto, uma intencionalidade que individualiza ainda mais os mecanismos de acesso e permanência ao mercado de trabalho, porque potencializa a competitividade através dos critérios seletivos e garantem a existência de um exército reserva de mão de obra extremamente funcional à expansão do capital, que variam conforme idade e gênero, mas permanece a configuração do trabalho precarizado. Ou seja, as situações descritas revelam a qualificação profissional e a empregabilidade como um mito na conquista de uma vaga no mercado de trabalho. Embora os trabalhadores não o percebam desta forma, uma vez que estes continuam defendendo a qualificação como forma de inserção no mercado formal. E, aqui, é possível também responder ao objetivo que propunha analisar de que forma programas, políticas e ações de emprego e renda são coniventes com as necessidades de expansão das atividades da transnacional na região.

Nesse sentido, não há entre os entrevistados – sejam os representantes do poder público local, seja de habitantes do município, e dos trabalhadores desempregados, os quais apresentam características que se aproxima do conceito de precariado –, uma reflexão e questionamento críticos das diretrizes e orientações dos organismos internacionais, tais como Organização Internacional do Trabalho (OIT), Banco Mundial, etc., levando ao esforço de obediência aos mesmos. Existe, porém, a reiteração de um conteúdo ideológico hegemônico de perpetuação e expansão do capital, mesmo que na análise das falas, haja certa percepção de que há algo a mais por detrás do crescimento do desemprego.

Diante do exposto, acredita-se que a aproximação com a temática permitiu entender como a condição de desemprego, afinal se assemelha as contribuições marxistas sobre a categoria exército de reserva de mão de obra é funcional à ampliação do capital, apesar das limitações que a pesquisa venha a conter. Noutras palavras, a pesquisa leva a concluir e reiterar que a precariedade é funcional à manutenção do modo de produção capitalista porque possibilita a maximização de lucros, tal qual a persistência da superpopulação relativa. Com essa apreensão, podem ser encontradas as principais tendências fundamentais a essa realidade, como o processo de precarização.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alice. **Especialização flexível e gênero: debates atuais.** São Paulo em Perspectiva, 8, p. 52-57, janeiro/março 1994.

ALENCAR, Monica M. T. de; GRANEMANN, Sara. **Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional.** Florianópolis: Revista Katálisis, v. 12, n. 2, p. 161-169, jul./dez. 2009.

ALENCAR, Monica M. T. de. **O desemprego contemporâneo como elemento da acumulação capitalista e da luta de classes.** Rio de Janeiro: Revista O Social em Questão, 2011, ano XIV, n. 25/26, p. 97-118.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho.** Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

AMARAL, Angela Santana do. Qualificação, sociedade civil e desidentidade de classe: os desafios para o sindicalismo. São Paulo: Outubro, Revista do Instituto de Estudos Socialistas, 2001, nº 5, p. 29-45.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II.** São Paulo: Boitempo, 2013, p. 13-27.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual.** São Paulo: Boitempo, 2009, p. 231-238.

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006, p. 426-444.

BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 2010, 14 ed.

BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: outros conceitos-chaves.** São Paulo: Contexto, 2012, p. 9 – 32.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista.** São Paulo: Boitempo, 2012.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso.** São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. Departamento de Planejamento e de Desenvolvimento da Mineração. **Informe Mineral 2013.** Disponível em: http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=9114. Acesso em: 14 de abril de 2014.

_____. Departamento de Planejamento e de Desenvolvimento da Mineração. **Informe Mineral Pará 2013**. Disponível em: http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=8950. Acesso em 15 de abril 2014.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social. **Pronatec Brasil Sem Miséria - Vagas pactuadas para 2013**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2013/marco/22032013-pronatecBSM-vagaspor municipios.pdf>. Acesso em: 14 de abril de 2014a.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social. **Pronatec Brasil Sem Miséria - Vagas pactuadas para 1º semestre de 2014**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/janeiro/Pronatec-Vagas-1sem2014-municipios.pdf>. Acesso em 31 de março de 2014b.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social. **Relatório de Informações Sociais**. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#>. Acesso em: 25 de abril de 2014c.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. **Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda - Dados por Município**. Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php. Acesso em: 24 de março de 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Conteúdos básicos na trajetória da formação técnica geral. **Formação Técnica Geral: Livro do Aluno**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional de Qualificação – PNQ: 2003-2007**. Brasília: MTE, SPPE, 2003.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Pronatec**. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/index.php>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2014.

_____. Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência. **Parauapebas**. Disponível em: <http://pa.transparencia.gov.br/Parauapebas/>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2014.

_____. Plano Brasil Sem Miséria. **Gestão e Acompanhamento**. Disponível em: <http://www.brasilsemisericia.gov.br/gestao-e-acompanhamento/gestao>. Acesso em 14 de abril de 2014.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2008.

CEPAL, PNUD, OIT. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Acesso em 09 de dezembro de 2014.

COSTA, Áurea de Carvalho. **A empregabilidade como estratégia do capital para a pulverização da classe trabalhadora**. Aurora, ano IV, n. 6, agosto de 2010, p. 21- 31.

DRUCK, Graça. A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 55-73.

DRUCK, Graça. **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?** CADERNO CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37-57, 2011.

DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. **Trabalho e precarização social**. CADERNO CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 9-13, 2011. Acesso em: 02 de fevereiro de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARAUPEBAS (SEMAS). **Orientação Profissional**. Parauapebas: 2014.

FIALHO NASCIMENTO. N. S. **A Questão Agrária, Urbana e Ambiental na Amazônia Brasileira: Notas para o Debate**. In: Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: ABBEPSS, ano 12, n. 24, p. 171-189, jul/dez. 2012.

FOLADORI, Guillermo. O desenvolvimento sustentável e a questão dos limites físicos. In: **Limites do desenvolvimento sustentável**. São Paulo. Imprensa Oficial. 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p. 4-49.

FRIGOTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. São Paulo: Cortez, 2010.

GALVÃO, Andréia. Sindicalismo e Neoliberalismo: um exame da trajetória da CUT e da força sindical. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 353-367.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p. 76-99.

GOMES, Vera Lucia Batista. Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia: notas para a reflexão sobre o estado do Pará. In: GOMES, Vera Lúcia Batista; VIEIRA, Ana Cristina de Souza; NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso. **O Avesso dos Direitos: Amazônia e nordeste em questão**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012, p. 145-176.

GORZ, André. O despotismo de fábrica e suas consequências. In: GORZ, André (org.). **Crítica da Divisão do Trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p.79-89.

PARÁ (Estado). **Plano de Mineração marca novo relacionamento do Estado com empresas e União.** Disponível em: http://www.agenciapara.com.br/noticia.asp?id_ver=100623. Acesso em: 22 de abril de 2014.

_____. **Indicadores de Qualidade Ambiental dos Municípios da Região de Integração Carajás.** Belém: 2013, p. 8. Disponível em: <http://www.idesp.pa.gov.br/pdf/indicadoresQualidadeAmbiental/IndicadoresRICarajas.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2014.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. **Resultados sobre rendimentos** – universo. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/rendimentos_preliminares/rendimentos_preliminares_tab_municipios_zip.shtm. Acesso em 15 de abril de 2014.

_____. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil/Atlas 2013.** Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013. Acesso em: 01 de outubro de 2013.

_____. **Cidades.** Estado do Pará. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pa>. Acesso em: 24 de fevereiro 2014a.

_____. **Cidades.** Município de Parauapebas. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150553&search=para|parauapebas>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2014b.

INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA (IPEA). **Emprego e oferta qualificada de mão de obra no Brasil:** impactos do crescimento econômico pós-crise. Comunicados do IPEA. n. 41. 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/100310_comunicadoipea41.pdf. Acesso em: 18 de fevereiro de 2014.

HIRATA, Helena. **A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho.** Porto Alegre: sociologias, ano 11, n. 21, jan/jun. 2009, p. 24-41.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Caderno de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

LEAL, Aluizio. **Uma Sinopse Histórica da Amazônia.** In: TRINDADE, José R. e MARQUES, Gilberto (org.) Revista de Estudos Paraenses. Edição- IDESP. Belém: IDESP 2010, p. 89- 122.

LESSA, Sérgio e TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. São Paulo, 2º ed. Expressão Popular, 2011.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (orgs.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 140-178.

MARANHÃO, César Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, Ana Elizabete Mota. **O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 93-129.

MARCELINO, Paula; CAVALCANTE, Sávio. **Por uma definição de terceirização**. Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 65, p. 331-346, Maio/Ago. 2012.

MARQUES, Gilberto. **A Incorporação do Brasil no Desenvolvimento Capitalista Brasileiro**. In: TRINDADE, José R. MARQUES, Gilberto (org.). Revista de Estudos Paraenses. Edição Especial- IDESP. Belém: IDESP, 2010, p. 67- 88.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATHIS, Adriana de Azevedo. MATHIS, Armin. **Responsabilidade Social Corporativa e Direitos Humanos: Discursos e Realidades**. *R. Katál.*, jan./jun. de 2012a, p. 131-140.

MATHIS, Adriana de Azevedo. MATHIS, Armin. Reorientação de Políticas Públicas Sociais e Novas Estratégias de Desenvolvimento: um estudo realizado na região de Carajás/Pará. In: GOMES, Vera Lúcia Batista; VIEIRA, Ana Cristina de Souza; NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso. **O Averso dos Direitos: Amazônia e nordeste em questão**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012b, p. 177-200.

MATHIS, Adriana de Azevedo; NASCIMENTO, M. A. C; GOMES, Vera Lúcia Batista. **Programa de renda mínima e o debate sobre necessidades na tradição marxista**. Revista Ser Social, Brasília, v. 12, n. 27, p. 8-12, jul./dez. 2010.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. São Paulo. Cortez, 2009.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do; PERUZZO, Juliane Feix. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, Ana Elisabete (org.). **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010, p. 35-67.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução.** Aurora, Marília, SP, ano IV, n. 6, p. 59-62, ago-2010. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/6%20NOGUEIRA,%20Claudia%20Mazzei.pdf>. Acesso em: 09 de dezembro de 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **A fraca recuperação econômica não chega ao emprego.** Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/fraca-recuperacao-economica-nao-chega-ao-emprego>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2014a.

_____. **Global employment trends 2014: Risk of a jobless recovery?** Geneva: International Labour Organization, 2014. Disponível em: www.oitbrasil.org.br. Acesso em 18 de fevereiro de 2014b.

_____. **Tendencias mundiales del empleo 2014: ¿Hacia una recuperación sin creación de empleos?.** Resumen ejecutivo. Disponível em: www.oitbrasil.org.br. Acesso em 18 de fevereiro de 2014c.

_____. **Emprego, política de emprego e política econômica no Brasil.** Brasília: OIT, 2010. Acesso em 09 de dezembro de 2014.

_____. LEONE, Eugenia. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal.** Escritório da OIT no Brasil. Brasília: OIT, 2010.

_____. **Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as unidades da federação durante a segunda metade da década de 2000.** Brasília: OIT, 2012. Acesso em 09 de dezembro de 2014.

_____. **Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica, 2006-2015.** Brasília: 2006. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/pub/agenda_hemisferica_303.pdf. Acesso em 09 de dezembro de 2014.

OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira.** São Paulo: Boitempo, 2010, p. 21-28.

PAULANI, Leda Maria. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira.** São Paulo: Boitempo, 2010, p. 109-136.

PICOLI, Fiorelo. **O Capital e a Devastação da Amazônia.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SALVADOR, Evilasio. Financiamento tributário da política social no pós-real. In: BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilasio; GRANENMANN, Sara (orgs.). **Financeirização, fundo público e política social.** São Paulo: Cortez, 2012, p. 123-152.

SILVA, Maria Alice Siqueira Mendes e Silva. **Sobre a Análise do discurso**. São Paulo: Revista de Psicologia da Unesp, 4(1), 2005, p. 16-40.

SILVA, Maria das Graças e. Sustentabilidade Ambiental e (In)sustentabilidade Social. In: MOTA, Ana Elizabete Mota (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 105 – 124.

SINE. **O que é o SINE**. 2014. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/sine/oquee.asp>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2014.

SOUZA, José dos Santos. Os descaminhos das políticas de formação/qualificação profissional. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 475-497.

SOUZA DA SILVA, Giselle. Transferências de renda e monetarização das políticas sociais: estratégia de captura do fundo público pelo capital portador de juros. In: BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilasio; GRANENMANN, Sara (orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 209-242.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2014.

UGÁ, Vivian Domingues. **A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial**. Curitiba: Revista Sociologia Política, n. 23, p. 55-62, nov. 2004.

VALE. **Relatório de sustentabilidade 2011**. Disponível em: <http://www.vale.com/PT/aboutvale/sustainability/links/LinksDownloadsDocuments/relatorio-de-sustentabilidade-2011.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2013.

_____. **Relatório de sustentabilidade 2012**. Disponível em: <http://www.vale.com/PT/aboutvale/sustainability/links/LinksDownloadsDocuments/relatorio-de-sustentabilidade-2012.pdf>. Acesso em: 24 de agosto de 2013.

_____. **Código de conduta ética**. Disponível em: http://assets.vale.com/docs/Documents/pt/investors/Corporate-Governance/Code-Ethics/codigo_etica_vale_portugues_alterado.pdf. Acesso em: 13 de agosto de 2013.

_____. **Política de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: http://www.vale.com/PT/aboutvale/sustainability/links/LinksDownloadsDocuments/Politica_de_Developolvimento_Sustentavel.pdf. Acesso em: 25 de junho de 13.

_____. **Guia de direitos humanos**. Disponível em: http://www.vale.com/PT/aboutvale/sustainability/people/Documents/Guia_de_Direitos_Humanos.pdf. Acesso em: 25 de junho de 2013.

WACQUANT, Lïc. A penalizaçã da miséria e o avanço do neoliberalismo. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (orgs.). **Além da fábrica:** trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 72-88.

ANEXO
Roteiro de Entrevista

NOME: _____

DATA DE NASCIMENTO: _____

SEXO: () Masculino () Feminino

ESTADO CIVIL: () Solteiro(a) () Casado(a) () Divorciado(a) () União estável

NATURALIDADE: _____

ESCOLARIDADE: _____

PROFISSÃO: _____

RENDA FAMILIAR MENSAL: () 0 a ½ salário mínimo

() ½ a 1 salário mínimo

() 1 a 1 ½ salário mínimo

() 1 ½ a 2 salários mínimo

() 2 salários mínimo ou mais

1. Você é de Parauapebas? Se não, há quanto tempo você está em Parauapebas?
2. O que lhe motivou vir para Parauapebas? Sua família veio com você? Você constituiu família aqui? Você quer permanecer em Parauapebas? Se sim, por quanto tempo? Se não, por quê?
3. Quando você chegou em Parauapebas, conseguiu logo emprego? Que tipo de atividade e por quanto tempo? Qual a forma de contrato que você já teve? (ex.: carteira assinada, tempo de deslocamento para o trabalho, quanto tempo você passa no trabalho, você via muito sua família, como funcionava?).
4. Você se identifica com sua profissão ou com alguma profissão em particular? O que você faz nas horas vagas?
5. Você já participou de cursos de qualificação profissional? Quais? Onde?
6. O que você queria ao procurar qualificação profissional? Algo mudou na sua vida após a qualificação profissional?

7. O que você achou dos cursos oferecidos? Atendeu suas necessidades? De que forma?
8. Você conseguiu emprego após a qualificação? Se sim, quais e quantos?
9. Você está desempregado há quanto tempo? Quanto tempo você demora em conseguir um novo emprego?
10. Quanto tempo por dia você gasta em busca de emprego? Quanto você gasta em dinheiro nessa busca? (buscando qualificação, pagando transporte, etc.).
11. Você tem acesso à internet ou às redes sociais com frequência?
12. O que você sente em estar desempregado?
13. Quais os seus sonhos pessoais no que se refere à vida profissional? O que você pensa para seu futuro?